

ACÇÃO COLONIAL

JORNAL
DE INFORMAÇÃO E
PROPAGANDA
DAS COLÓNIAS
DIRECTOR
FREDERICO FILIPE



RECOMENDADO POR

NÚMERO COMEMORATIVO
DA
EXPOSIÇÃO COLONIAL DO PORTO





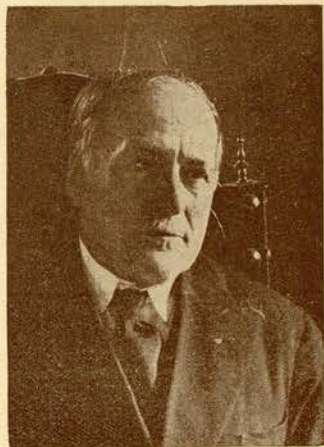
*Feliz e sem dores
graças à*

Cafiaspirina

MARINHA GRANDE

Importante Centro Industrial e de Turismo

QUEM é que não conhece a Marinha Grande, terra tão simpática e tão cheia de encantos? Ali mesmo, perto do célebre Pinhal que o Rei Lavrador mandou semear, e que é um dos sítios mais apreciáveis do País para os que amam o belo, a 12 quilómetros de Leiria, com a sua deliciosa praia de S. Pedro de Moel, tão pitoresca e



Domingos Silvestre Ferreira
Presidente da Câmara Municipal

tão saudavel, de brizas perfumadas pelo aroma do Pinhal e ricas do iodo que o mar lhe prodigaliza — rodeada pelos mais surpreendentes recantos a convidar o passeante para que se quede em extases de contemplação, a Vila da Marinha Grande, magestosa na sua arte de laborar o vidro em todas as suas modalidades artísticas, ali está, garrida e hospitaleira, atraente e num sempre alerta vigoroso para o trabalho e progresso, no qual colabora toda uma população de almas sãs. A sua vida industrial é intensa: nas suas fábricas de vidros, vidraça, cristais, garrafas e garrafões, milhares de operários trabalham com a maior pericia na indústria que deu o ser à terra e enriqueceu a economia da Nação. Edifícios modernos, ruas airozas, jardins vicejantes e floridos, boa iluminação electrica, movimentação das

suas artérias, casas de espectáculos, Escolas de Ensino Primário e Industrial, Agencias Bancárias, Estação de Correios, Telegrafos e Telefones, a Marinha Grande acompanha a vida moderna nas suas evoluções. A Câmara Municipal, de que é Presidente illustre o sr. Domingos Silvestre Ferreira e vogais os srs. Eduardo dos Santos Catita e Albano Tomé Feiteira, não é estranho todo o progresso e modernismo da Marinha, porquanto se esforçam para que ela caminhe na vanguarda de todas as vilas, apesar das finanças do municipio serem desproporcionais as exigências que o bem estar e decora da terra requerem. Assim, ela mantém no melhor asseio os esplêndidos edificios das 18 Escolas do Concelho, estando em projecto um outro na sede, cujo custo irá além de 200 contos; instalou a rede telefónica em todo o Concelho; está modificando o edificio da Câmara, reparando-o e devendo em breve começar os trabalhos para a construção de mais um andar, afim de ficarem condignamente instalados todos os seus serviços; e presentemente tem em estudo e preoccupa-se vivamente com a canalisação de águas ao domicilio.

A Comissão de Turismo, à frente da qual está a presidir o nosso amigo e brilhante espirito que é Manuel Leal Junior, e de que fazem parte os srs. José da Cunha Gil e Domingos Silvestre Ferreira, muito se têm empenhado no embelezamento da Marinha e presentemente anda em demarches para obter a comparticipação do Estado em obras de grande interesse não só para o Concelho, mas também para o turista, muito havendo a esperar da sua acção, dada a boa vontade e sacrificios de toda a ordem que a Comissão tem demonstrado, pelo que merece e tem a gratidão de todos os marinhenses.



Estação dos Correios, Telegrafos e Telefones

Fabrica de Camisas e Roupas Brancas

QUILHÓ & QUEIROZ

AVENIDA RODRIGUES DE FREITAS, 199

PORTO TELEFONE, 2353

Vendas para o Continente e Ilhas
Exportadores para as Colónias

Drogaria do Carregal

D. Moraes e Costa & C., Lda, Suc. res

Exportadores de Plantas Medicinalls
e Produtos Farmaceuticos

9, Rua Clemente Menéres, 10

PORTO — PORTUGAL — TELEFONE, 761

Completo sortido em plantas medicinalls,
nacionais e estrangeiras
Produtos farmaceuticos e drogas
Unicas depositadas dos produtos "SEMOIRA"

Casa Santa Teresinha

Paramentos e Bordaços

Filomena Monteiro & Irmãs, Lda

ANTIGA CASA PACHECO & MONTEIRO, LTD.

PRACA ALMEIDA GARRETT, 32-1.º

(em frente à Estação de S. Bento) PORTO

Cabeças, Altaiz, Sobrepezas, Altaiz,
Setins, Nobrezas, Túnicas, Ambulas, Tu-
ribulos, Estolos, Rendas, Estandartes, Sal-
vas para Comunhão e Imagens

ABADIA

TELEFONE, 102

Travessa Passos Manuel, 22

PORTO

Casa confortavel — Cosinha
à Portuguesa — Vinhos das me-
lhores regiões — Preços modestos

PENSÃO ASTÓRIA

Rua Gonçalo Cristovam, 236

PORTO Telefone, 4585

A NOVA GERENÇIA DA ACREDITADA

PENSÃO ASTÓRIA

situada num dos pontos mais saudáveis
desta cidade, com luxuosos aposentos,
quarto de banho, tratamento asmerado e
aceito. O máximo conforto e um ótimo
serviço de mesa a PREÇOS MODICOS

Fabrica de S. Bento da Batalha

FIACÇÃO D'ALGODÃO

SANTO TIRSO

TELEFONE, 28



Antonio Felix & Co.

DEPOSITO E ESCRITORIO:

Rua Alexandre Braga, 48

TELEFONE, 2474

PORTO

CASA SOUZA RIBEIRO

Fundada em 1900

CABELEIREIROS DE SENHORAS

238, Rua 31 Janeiro-PORTO

TELEFONE 1408

Ondulações de todos os géneros:
MARCEL, PERMANENTE, MIS-EN-PLUS, Etc.
Manicure, Calista e Maçagista
só para senhoras

PENSÃO Á EUROPA

Tem quartos esplêndidos assim como
quartos de banho e com toda a hygiene

Vinhos verdes e maduros escolhidos nas melhores procedencias

Elegante sala de jantar

RUA DO ALMADA, 398 (Esquina da Trindade) PORTO

PREÇOS MODICOS

J. P. VASCONCELOS

Pensão Suissa

A dois minutos da Estação e da Exposição

Qua tos bem mobilados e quarto de

banho com canalisação de água fria e quente

SERVE ALMOÇOS e JANTARES AVULSOS

Especialidade em vinhos de diversas regiões

Preços modicos

Preços especiais a familias e excursões

Rua da Galeria de Paris, 34 — PORTO

Confeitaria PRIMOR

Fabrica de Confeitaria Pastelaria e Conservaria

288, Rua de Santo Ildefonso, 290

PORTO TELEFONE, 2664

Especialidade em doce d'ovos, doce
d'amendoa, doce fino e doce para chá,
Bolachas e chocolates, Marmeladas e
geleias, Fructos doces e secos, etc. Fabrica
de amendoa, sistema nacional e
estrangeiro, Champagnes, Licores, Vinhos
finos e de Consumo

Instituto Galenico Português - Braga

Lourenço Ferreira Dias, Lda

Rua das Flores, 155 — PORTO

FARMACIA VITALIA

Passeio das Cardosas — PORTO

FABRICA DE CUTELARIA NACIONAL

"SILVA 5"

DE

José Francisco da Silva, Filho & Genro

MIRADOURO-GUIMARÃES

A melhor cutelaria

de fabrico nacional

NA EXPOSIÇÃO

Stand 131 — LARGO DE CABO VERDE

PREMIADA EM TODAS AS EXPOSIÇÕES

A QUE TEM CONCORRIDO

AGENTE NO PORTO

J. SOARES DE PINHO

R. Corpo da Guarda, 19

EVANORTE CABELEIRO DE SENHORAS
FLORENCIO TEIXEIRA

Diplomado pelo Instituto Virel de Lisboa

Rua Sá da Bandeira, 136, 1.º — PORTO — Telef. 4634 — Residencia no mesmo andar

Tabela de Preços — Ondulação permanente completa, 60\$00; Corte de cabelo, 3\$00;
Lavagem d' cabeça, 4\$00; Ondulação: Marcel, 6\$50; Mise en Plus, 7\$50; Descolora-
ções, desde 5\$00; Tintas Komol ou Enecto, desde 20\$00; Manicure, 5\$00.

ARTISTAS HABILITADOS — BOA APRESENTAÇÃO e DELICADEZA

Visite V. Ex.ª esta casa, a mais moderna e mais central do Porto

Kellogg's

Um excelente alimento que não precisa ser cozinhado

CORN FLAKES—RICE KRISPIES
WHOLE WHEAT BISCUITS—ALL-BRAN
WHEAT KRUMBLES—PEP BRAN-FLAKES

Distribuidores exclusivos: — FIGUEIRA & ALMEIDA
Rua da Madalena, 88 — LISBOA



COMPANHIA PORTUGUESA DE
MARMORES E CANTARIAS

Escritório Central: R. AUGUSTA, 176, 2.º Telef. 2 2522 e 2 8840
LISBOA

MARMORES E CANTARIAS DE TODAS AS QUALIDADES
PARA TODAS AS APLICAÇÕES

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TECELAGEM, LIMITADA

Telefone N. 30

S. JOÃO DA MADEIRA — (PORTUGAL)

Telegramas: «SIT»

Datada com os mais modernos maquinismos, executam os produtos da sua indústria PELOS PROCESSOS MAIS APERFEÇOADOS

Os produtos da SIT distinguem-se pela sua qualidade

Fábrica Mecânica de Fitas e Tecidos de Seda

GRANDE HOTEL DA BATALHA

Classificado em 2.ª classe
pelo Conselho Nacional de Turismo

P. da Batalha — PORTO

Telefone P. B. X. 1247 Do Estado 33

Um dos mais bem situados
do Porto. Perto dos Correios
e Telégrafos. Electricos para
todos os pontos da cidade.

Completamente modernizado
— Primoroso serviço de mesa
— Esplêndida sala de jantar —
Banhos. Agua em todos os
quartos — Espaçosa sala para
grandes banquetes — Almoços
e jantares — Preços módicos
para famílias e pensionistas.

Telefone em todos os andares

VIZEU INDUSTRIAL, L. DA

Serralharia e carpintaria
mecanicas, fundição, cons-
truções urbanas, ferro, cor-
vã, ferragens, canaliza-
ções, correias, emponques,
materiais para construção,
e fogões de aquecimento

«ALASKA»

Av. Alberto Sampaio — VIZEU

TELEFONE 74

LUMIAR

A LAMPADA PORTUGUESA

Fabricada pela **Empresa Nacional
de Aparelhagem Electrica**

Av. 24 de Julho, 158 — LISBOA

ECONÓMICA
LUMINOSA
DURADOIRA

Honra a Indústria Nacional

ESCOLA ACADEMICA

DO PORTO

QUINTA DO PINHEIRO

TELEFONE 4606

Alunos Internos, semi-
internos e externos.
Curso Infantil. - Instru-
ção Primária. - Curso
Comercial com exame
em estabelecimento oficial.

**CURSO GERAL DOS LICEUS
e CURSOS ARTÍSTICOS**

Prima pelas suas amplas
e modelares instalações,
bela e higiénica situação.

Seleção do seu professorado
Laboratórios de Física e Química
Museu de História Natural

Especiais cuidados com a
alimentação e cultura
física dos alunos.

VISITEM ESTE COLEGIO

Pedir prospectos e informações
à Direcção, citando o anúncio
da «AÇÃO COLONIAL»

CAFÉ

ROÇA MONTE CAFÉ

O CAFÉ QUE DEU NOME AO CAFÉ DE S. PAULO

O café que possui concentradas as melhores qualidades de paladar e perfume. Está plantado em altitudes de 700 a 1.100 metros acima do nível do mar, em regiões excepcionalmente privilegiadas para o cultivo de café Arábica. Cultura esmerada e cuidadosamente aperfeiçoada desde 1884, tendo de há muito conquistado uma merecida preferência nos mercados do Paiz.

Escritório em Lisboa
R. do Século, N.º 107-A

SOCIEDADE AGRICOLA TERRAS DE MONTE CAFÉ, L. DA
S. TOMÉ



Grande Hotel do Parque

BOM JESUS

Telefone 170

Este hotel, classificado em 2.ª classe pelo Conselho Nacional de Turismo, tem água corrente, quente e fria em todos os quartos. Grandes salas de jantar, baile e leitura. Possui também: Apartamentos de luxo e garage.

MAGNIFICO TRATAMENTO PREÇOS MODICOS

Concessionários: ALVAREZ & VIDAL

Oficina Metalúrgica DE JOÃO ARAUJO

Premiado com medalhas de ouro e prata na Grande Exposição Industrial Portuguesa (1932)

Businas de alarme

Tipo moderno, submetidas à aspiração do motor FABRICO ESPECIAL As melhores e mais baratas

56, Rua de Santo André, 58
Telefone, 135 / BRAGA

A SANITÁRIA A METÁLICA

Fundição de metais

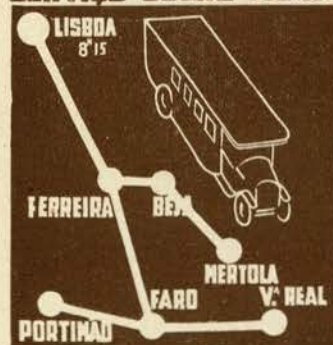
Visitem as novas instalações de

Luiz Martins Ferreira & F.º

Rua Cândido Reis, 122-138
Praça Alexandre Herculano, 55-57
TELEFONE 116
BRAGA — PORTUGAL

Depósito de tubos de ferro galvanizado. Tubo manesmom. Tubos de grés. Tubos de barro. Quartos de banho completos e todos os artigos sanitários.

SERVIÇO DIÁRIO PARA:



MARCAÇÃO DE LOGARES:

Empresa de Viação Algarve, Limitada

Avenida da Republica—Telefone 232—FARO
Sucursal em LOULÉ—Telefone 50 e 55
Agencia em LISBOA—Caes do Sodrê—
Telefone 2 1787



Costa d'Oiro—LAGOS



MESA—Lula XIV

MOBILIÁRIO ARTÍSTICO

Execução perfeita de mobiliários em todos os estilos. Restauraos, cópias e reconstituições. Tribunas, altares e tódas as ornamentações em madeira

SOUSA BRAGA, FILHO & C.ª

(Comenda de Mérito Industrial)

MEDALHA DE OURO na Grande Exposição Industrial Portuguesa—LISBOA—1932

Rua Cândido dos Reis, 85

TELEFONE, 381

BRAGA

MOBILIÁRIO MODERNO,
ESTOFOS E DECORAÇÕES



ARMARIO—Renascença Portuguesa

PROJECTOS E ORÇAMENTOS

RESTAURANTE "AGUEDA"

Este Restaurante é o mais antigo e o que melhor se vive

DE Francisco José d'Oliveira Bastos
BOM JESUS DO MONTE—BRAGA

Esta casa, a ultima na estrada do caminho para o SAMEIRO, tem sempre magnificos vinhos verdes e maduros / Servindo tanto na sala de jantar como ao ar livre debaixo dos caramanchões, tem uma esplendida sala de jantar

Peços sem competência

Pessoal habilitado

Saboaria e Perfumaria CONFIANÇA

BRAGA

FUNDADA EM 1894

TELEFONE, 53

PERFUMARIAS / SABONETES / SABÕES

AGÊNCIA EM LISBOA:

Rua dos Douradores, 177, 2.º, Esq.

AGÊNCIA NO PORTO:

Galeria de Paris, 96.

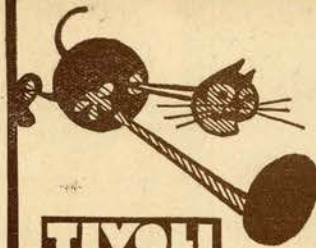
Os Fósforos Nacionais



para o Império Colonial Português

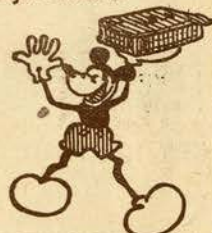
fabricados pela

SOCIEDADE NACIONAL DE FÓSFOROS



EMPRESA
EXPORTADORA
LUSITANIA, L. DA
R. da Prata, 8-10. Lisboa
Telefone: 21254.

TIVOLI
A melhor e
mais saborosa
sardinha



Grande

Hotel
Portugal
(DOS CASIMIRO)

TELEFONE, 68

Recomendado pelo Automóvel Club de
Portugal e Propaganda de Portugal

Asseio e preços módicos

|| VISEU

Pensão Pinto Bessa
Aos Touristes e Viajantes

V. Ex.^{ta} vêm ao Porto visitar a
Exposição Colonial?

A meio minuto da Estação de
Campanhã, mesmo em frente, 52
R. da Estação, 54, têm esta ma-
gnífica Pensão e Restaurante, com
todos os requisitos de um bom Hotel.
Os seus magníficos aposentos têm
todo o conforto e são modernamente
mobiados. Tem bom saneamento e
Higiene. O serviço de mesa é es-
merado e os preços são módicos.

Serviço à lista e diárias de 20\$00
a 22\$00 escudos. Almoços com vinho
8\$00. Jantares 9\$00.

Pedidos ao proprietário.

LUIZ CORREIA

TELEFONE 1844

PORTO - CAMPANHÃ



CASA AFRICANA
DE
FIRMINO MACHADO DA SILVA

Telefone, 26

Enderço: Telegráfico: CASA AFRICANA - VISEU

Rua do Comércio - VISEU

Armazém de fazendas, com estabele-
cimento de modas e novidades

Sedas, peles, malhas, veludos, casacos
para senhora, fatos, sobretudoos, vesti-
tidos, chapéus, sombrinhas, meias, lu-
vas, gravatas, camisaria, perfumaria, etc.

Colossal sortido em artigos de algodão

Correspondente do BANCO LISBOA & AÇO-
RES, e da Companhia de Seguros "FIDELIDADE"
EXPORTAÇÃO PARA A AFRICA



Hotel Avenida

Recomendado pelo Automóvel Club Portuga

TELEFONE, 130

Rua Miguel Bombarda e
Avenida Alberto Sampaio

||

Situado no ponto central da
cidade, este grande Hotel
possue um agraçável ter-
raço sôbre o jardim pú-
blico, magníficos quartos, ca-
sas de banho, etc., e oferece
as maiores comodidades

PREÇOS MODERADOS

Proprietário: **JOÃO DE MATOS**
VISEU



Edifício - Séde

Resultado final do ano lectivo
932-933 - 37 exames officiais: 10
distinções e 27 aprovações

Professores competentes a quem
se deve mais um ano de triunfo
para o Grande Colégio Português

Foi louvado pelo Governo da República e publicado no Diário do Go-
vêrno, teve a medalha de ouro no IV Congresso Beirão pelos bons e
perfeitos trabalhos expostos, ultimamente com a visita dos Ex.^{mos} Mi-
nistros foi condecorado com o

Grau de Cavaleiro da Ordem de Instrução Pública

Grande Colégio Português

EDUCAÇÃO DE MENINAS

Largo de S. Sebastião - Telefone, 182

VISEU - Fundado em 1921

INTERNATO E EXTERNATO

Ensino Primário, Secundário, Trabalhos a Piano

Instalações higténicas e confortáveis no
melhor local de Viseu

Alimentação abundante e esmerada



Edifício da Colónia à Beira-Mar

Possue na linda Praia da Granjo um Palacete, si-
tuado à beira-mar, isolado e muito bem adaptado
para as férias do verão, servindo para repouso e
cura. Banhos de mar, sol e bons ares

Pedir programas a Directora:
Delfina Amaral Balula Cid

SUMÁRIO

PREFÁCIO



Exposições Ultramarinas

PAGS.
3

Do Passado e do Presente Colonial — Paiva Couceiro	4
A Civilização do Africano através do Ensino e da Educação Portugueses — Capitão Gastão Sousa Dias	5
Macau e o seu futuro na economia da Nação — Governador António José Bernardo de Miranda	7
¿ O genovês Cristóvam Colombo será o português Gonçalves Zarco? — Oliveira Abrantes	7
Propaganda do Ultramar — Frederico Filipe	8
Índia	9
Os lavradores do Império — Dr. Francisco Veloso	10
Os servidores do Império — Conde de Penha Garcia	11
O colono mais antigo de Angola	12
Correio do Mato — Príncipe africano Domingos José Franque	12
As Províncias Ultramarinas na Economia de Portugal — Dr. Nuno Simões	13
Cabo Verde — Machado Saldanha	17
Do Riso e da Ironia na Raça Preta — Pinto de Magalhães	18
Aspectos da Exposição do Pôrto	20 e 21
A minha concepção do Império Português — General Norton de Matos	22
Missões Católicas — Olho de Lince — Dr. João Evangelista, Arcebispo de Ossirinco	26
Timor ignorado — Doutor Osório de Castro	27
A Radiodifusão e o Ultramar — António Gomes Néné Junior	28
Ressurgimento Ultramarino — General João de Almeida	29
Os grandes empreendimentos do Ultramar — Companhia do Açúcar de Angola	30
Da Guiné Portuguesa ¿ Bolama ou Bissau? — Carlos Craveiro	31
Braga e o Império — José Constantino Ribeiro Coelho	33
A Expansão do Idioma Pátrio — Xavier Fernandes	34
S. Tomé e Guiné Agrícolas — António Monteiro Filipe	35
Da Imprensa do Ultramar	37
O Algarve — Octávio Fernandes	38
Faro — Sousa Gago	38
Companhia de Moçambique	39
Vista aérea de Macau	40

CARTAS GEOGRÁFICAS DE:

Angola / Moçambique / Timor / Índia / Guiné

PUBLICIDADE

NÚMERO ESPECIAL

EXTRA-SÉRIE

Director: FREDERICO FILIPE

Editor: F. G. BORGES FILIPE

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Carmo, 20—PORTO

TELEFONE 2285

PROPRIEDADE DA ACÇÃO COLONIAL

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

DA EMPRESA DO ANUÁRIO COMERCIAL

Praça dos Restauradores, 24—LISBOA

1 9 3 4





A' Acção Colonial pelo seu entu-
siasmo nacionalismo.
III-934
General Camarão

EXPOSIÇÕES ULTRAMARINAS

Em 4 de Março de 1894 inaugurava-se no Palácio de Cristal, do Pôrto, a *Primeira Exposição Insular e Colonial Portuguesa*. Escolhera-se aquela data para comemorar o quinto aniversário secular do nascimento do Infante D. Henrique.

Quando a Câmara Municipal do Pôrto tomou a resolução de celebrar aquela data memorável, já a direcção da sociedade do Palácio de Cristal havia elaborado o projecto da Exposição. Ela foi por um feliz acôrdo das vontades patrióticas daquele tempo um dos actos que se planeou e verificou para comemorar uma data das mais gloriosas da Nação. Assim o escreve logo nas primeiras linhas do volumoso Catálogo Oficial da Exposição, que tem 621 páginas, impresso pelo governo na Imprensa Nacional em 1895, o Conde de Samodães, presidente da direcção da sociedade do Palácio de Cristal e portuense eminente cuja actividade mental deixou nome inconfundível entre as figuras mais notáveis da velha Invicta.

A Comissão executiva da Primeira Exposição Colonial Portuguesa foi constituída pelos homens mais eminentes de ha quarenta anos. Além do Conde de Samodães, por parte da sociedade do Palácio de Cristal, figuravam na Comissão, Augusto César Cardoso de Carvalho, capitão de mar e guerra e antigo governador do Ultramar, como delegado do Governo; Joaquim de Azevedo Sousa Vieira da Silva Albuquerque, lente da Academia Politécnica do Pôrto, presidente da delegação da Sociedade de Geografia no Pôrto e delegado da mesma; e José Bento Ferreira de Almeida, capitão de fragata, delegado da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Reúniram-se assim as entidades mais autorizadas para organizar êsse certame, em que pela primeira vez Portugal ia demonstrar o seu formidável esforço colonizador e as realidades vivas da sua administração ultramarina.

A primeira Exposição Colonial do Pôrto foi um admirável êxito. Acorreram a êsse notável certame 323 expositores coloniais e insulares, entre os quais se contavam todos os governos ultramarinos e todas as companhias majestáticas.

Entrava a Nação a saldar o compromisso moral contraído com a civilização humana, por essa prova objectiva da sua capacidade colonizadora e administrativa, realizada através de inúmeros sacrificios. A colonização importa uma responsabilidade grave, isto é, o acto de ocupação permanente de territórios mais ou menos povoados de populações autoctones, não se justifica apenas pelo simples facto histórico. A posse histórica é, perante as realidades sociais, um argumento muito subjectivo. A civilização humana exige um pouco mais de nós, como nação possuidora de vastas possessões ultramarinas, do que o poema heroico da descoberta e da conquista, mas provas concretas de como nos desempenhamos dessa elevada missão de constructores de nações novas que o destino nos legou.

Nas províncias do Ultramar, como de resto em toda a parte, existe o problema das relações da familia e da corporação com o agregado social. A sociedade religiosa entra em relação e, várias vezes, em conflito com a sociedade civil. O agrupamento e os outros agrupamentos entram em contacto e são forçados a regular de comum acôrdo os seus interesses. Mas um elemento, inexistente nas metrópoles, intronete-se e complica todas estas relações sociais. No mesmo território, sôbre os mesmos seres humanos, duas civilizações exercem a sua acção: a da metrópole, formidável enigma, sobretudo na origem, para os indigenas; e da colónia, radicada por uma tradição secular tenacíssima. Ambas se entrelaçam e se ajustam como podem. Não possuem nem o mesmo estatuto familiar, nem a mesma estrutura politica, nem o mesmo regime de terras, nem a mesma organização de trabalho, nem a mesma crença, nem os mesmos ritos, nem o mesmo potencial de expansão. Uma dispõe talvez duma poderosa reserva de riquezas e é susceptível de produzir um prodigioso impulso. A outra vive dia a dia, na imprevidência, na rotina, dobrada sôbre si própria. Uma dispõe do formidável poder das técnicas experimentadas e cultas; a outra reduzida aos precários instrumentos da humanidade primitiva. Uma é pletórica da experiência dos séculos; a outra viveu sem horisontes, confinada nos seus hábitos milenários. Uma é manifestamente superior à outra em poder e supõe-se por igual — e sob vários aspectos pode sêr que o seja — superior em sabedoria. Pretende, por isso, conduzir a outra, dirigir-lhe o trabalho, infundir-lhe lentamente a sua própria experiência e as suas maneiras de viver.

Este fluxo e refluxo de duas civilizações, esta penetração de uma noutra, modifi'am os elementos da generalidade da questão social, introduzindo-lhe variadíssimas complicações que desconhecem os países que se governam a si mesmo. Por outras palavras, a colonização abre uma crise social que tem o seu cunho original e característico. Isto basta para compreender toda a extensão das gravíssimas responsabilidades que sobre Portugal impendem, perante o mundo culto, como Nação colonizadora.

De como resolvemos nós a crise social aberta pelo próprio tacto da colonização, de que soluções provemos a crise populacional, os problemas da família, da propriedade, da cultura, da autoridade, do poder, das relações diárias, da industrialização rápida, dos mil e um aspectos da obra civilizadora que desempenhamos em larguíssimos territórios, cuja grandeza colonizadora ex-

cede por demais a nossa capacidade administrativa, é que uma exposição colonial pode e deve revelar ao mundo culto pelas provas efectivas do nosso esforço organizado em todas as suas modalidades.

Ora a prova manifesta das realidades vivas, só a pode fornecer uma Exposição Colonial. Foi o reconhecimento da sua transcendência e da sua elevação que inspirou os lidimos patriotas do Pôrto de há quarenta anos a realizar a primeira Exposição Insular e Colonial Portuguesa no momento em que o Município portuense comemorava o quinto aniversário secular do nascimento desse gigantesco Príncipe da grande dinastia de Aviz que havia de elevar a Nação aos acúmes do maior esplendôr histórico, dando à humanidade a posse universal do mundo e a Portugal a glória imorredora da Revolução mais formidável.

Era então uma época de admirável

renascimento ultramarino, vizinhando-se a Nação dos dias gloriosos da guerra conduzida pelo general Galhardo que nos dava a ocupação definitiva do sul do Save e de quantas mais páginas de grandeza administrativa, de sacrificio missionário, de esforço colonizador, Portugal pôde inscrever na sua história gloriosa

A *Ação Colonial* rememora êsse facto com desvanecimento, na cidade onde se edita, porque o Pôrto está ligado indissolúvelmente à tradição da compreensão do problema ultramarino. É mais um titulo que enobrece a Cidade Invicta no heroísmo e no amor da grandeza da Nação, que ela sabe interpretar com o mesmo ardor e a mesma fé com que soube defender sempre a sua liberdade.

Desejaria bem conhecer a cláusula do testamento de Adão que me excluiu da partilha do mundo.

FRANCISCO I DE FRANÇA.

Do Passado e Presente

PAIVA COUCEIRO

Colonial

A estreiteza das nossas fronteiras continentais conduziu-nos o espirito, em tempos idos, para os ideais da expansão marítima e ultramarina. Apertados dentro de casa, procurávamos logicamente a grandeza fóra dela. E cometendo o duvidoso mar num lenho leve, — como canta o nosso poeta nacional, — rompemos as fronteiras do Mundo antigo, e fomos, por vias nunca usadas, conquistar entre remotas gentes novos domínios para a nossa Soberania, forte, progressiva e humana.

Esses mesmos naturais motivos, que outrora nos levaram para as contingências do Mar Tenebroso, ainda subsistem com força igual no momento que passa. E se, ontem, descobrimos, conquistámos e demos principio à obra civilizadora, — continuá-la é dever de hoje, e necessidade que se impõe. A missão tradicional não sofre interrupções nem paragens. Os portugueses, colonizadores catedráticos e construtores profissionais de Países novos, prosseguem na mesma carreira, com o "Talent de bien faire", que sempre lhe dedicaram. Perpetuando, por êsses nobres caminhos, o nosso nome através do espaço e do tempo, e criando, desde logo, elementos colaboradores de força moral, e de potência económica e militar, garantias da prosperidade e da dignidade nacional.

Magna obra, que envolve o Poder Naval. E, na base dêste, o aumento em grande escala da produção económica, aquíem e além-mar, e o aumento correspondente da marinha mercante, e frotas de pesca, os quais aumentos do Comércio, e da Navegação Comercial,

não só representam alicerce necessário para o desenvolvimento da Marinha de Guerra, mas são êlo, ao mesmo tempo, de sumo valor, para a ligação entre a Metrópole e o Domínio Ultramarino, constituídos como um todo económico, solidário e interdependente. Eis o que pretendemos. E o Atlântico, lago português, como era, aliás, aspiração de D. João IV.

Não nos faltam, para isto, elementos geográficos. No Atlântico-Norte, a própria Metrópole com a sua abundância de portos, nomeadamente Lisboa, e Lagos à bôca do Mediterrâneo. No Atlântico-Sul, Angola, onde a nossa colonização se implanta com fortes raízes, frente a frente com o Brasil, sangue do nosso sangue, belo e frondoso ramo do nosso tronco criador. E, regularmente distribuídos sobre a vastidão Oceânica, entre Europa, África e América, o rosário das nossas Ilhas Atlânticas, — Madeira, Açores e Cabo Verde, escalas comerciais e estratégicas, servindo e comandando as grandes estradas do Mar. E comandando as de tal maneira que, sem o seu apoio intermédio, difficil será a qualquer Potência Naval exercer, em tempo de guerra, a policia e a defeza directa do tráfego marítimo. A questão está em sabermos aproveitar o valor natural dessas posições, preparando-as como pontos de apoio ou bases navais, com as instalações e meios de defesa marítima, fixa e móvel, e de defesa aérea e anti-aérea, para desempenharem o seu papel, em conexão com o problema estratégico geral da posse do Atlântico. Esta posse só pôde ressaltar-se inteiramente com a intervenção de esquadras do alto mar, que não se encontram, pelo menos na sua totalidade, dentro do nosso actual alcance financeiro. Mas os pontos de apoio devidamente organizados, representam a valiosa contribuição, com que pagaremos a cota parte de Senhores do Atlântico.

Assim garantida contra eventuais emergên-

(Segue a pág. 16)

A CIVILIZAÇÃO DO AFRICANO ATRAVÉS DO EN-



MISSÃO CATÓLICA DO TXIVIGUIRO, INSTALADA NUM FORMOSO VALE DA SERRA DA XELA, NOS GRANDES PLANALTOS

SINO E DA EDUCAÇÃO PORTUGUESES PELO CAPITÃO GASTÃO SOUSA DIAS.

Para que uma população indígena africana se transforme num povo civilizado serão precisos muitos séculos; trata-se de uma obra de muitas gerações passadas e vindouras.

NORTON DE MATOS.

I.

SE é certo que as determinações legais acerca da forma de actuar sobre o indígena são, desde o início, impregnadas de espírito cristão, não é menos certo que elas se caracterizam também por prudentes recomendações de actuação lenta e gradual.

O indígena foi sempre considerado pelos portugueses como elemento precioso a aproveitar na valorização das terras conquistadas. E, se a lei insiste, desde os mais remotos tempos da expansão ultramarina, no aproveitamento do indígena, sempre os homens por ela orientados a assimilaram brilhantemente na letra e no espírito. Para poder realizar a sua formidável obra colonial — obra que se alarga e engrandece perante os nossos olhos à medida que o estudo nos leva a desvendar a linha condutora de tão ingente esforço — preciso se tornava que o português albergasse dentro em si um sentimento humano

e fraterno, que o colocasse como irmão em face de todas as raças do mundo.

Não se regista na nossa larguíssima expansão colonial uma única destruição sistemática, dessas hecatombes em que o homem se substitui ao homem, pura e simplesmente, por não saber tolerar o contacto de seres inferiores ou por não ser dotado daquela paciência que exige séculos, mas que é indispensável para a elevação dos seres menos bem dotados que a natureza lhe confiou.

De facto, tais recomendações vêm de muito longe e o que estamos fazendo, com prudência e método, não é senão o prosseguimento duma tradição muito honrosa. Já a carta régia de 1 de Março de 1518 recomendava insistentemente que se procurasse ganhar a colaboração dos indígenas; e no campo da acção, os nossos homens já jamais desmentiram esses intentos.

Assim é que Paulo Dias de Novais, primeiro Governador de Angola, logo se empenhou em chamar a si a colaboração dos negros *empacasseiros*, com a ajuda dos quais conseguiu progredir na conquista e pacificação dos territórios do *reino do Dongo*. E, passados muitos anos, quando já essa conquista tinha criado fortes raízes e portanto a ajuda do gentio

perdéra grande parte do seu valor político, ainda os *regimentos* passados aos governadores indicavam como melhores meios de captação, a persuasão e a tolerância: «e, dando-les (sobas) licença à pregação, os não obrigareis a me serem tributários, senão quando eles por si se oferecêrem a o ser, por *Eu os mandar defender e amparar como vassálos Meus contra seus inimigos*» (1).

Sendo este o espírito que guiava o nosso esforço na obra de proselitismo cristão, breve nascêram novas idéas sobre o aproveitamento espiritual do gentio. Se o preto era mais do que um valor material, que não só convinha aproveitar, mas que era dever arrastar para um destino mais alto, *salvando-o* da sua própria gentildade, não valeria a pena procurar iluminar-lhe o espírito, melhorá-lo, ensiná-lo, instruí-lo, fazer dêle um verdadeiro homem?

A *missão*, de início centro de atracção exclusivamente religioso, transforma-se em *escola*; e o missionário, queimador de ídolos, que conseguira confundir-se e sobrepôr-se na imaginação do indígena ao feiticeiro (*n'ganga*), era agora o mestre, que agregava em volta de si a mocidade das senzalas e lhe ensinava, com lentidão e paciência, a par da doutrina cristã, a língua portuguesa.

(1) Regimento passado ao Governador Francisco Correia da Silva (1611) — Angola, Alfredo de Albuquerque Felner, pág. 442.

Devia ter sido esta a origem do ensino em África.

Quando mais tarde Gaspar Alvares, no governo de João Correia de Sousa (1621-24) fez o seu testamento a favor dos padres da Companhia de Jesus do Colégio de Luanda, para que estes fundassem um seminário «onde terão por obrigação sempre doze Moços para cima... e os terão à sua custa dando-lhes o necessário para vestir e comer, e *todo o mais sustento e ensino*», já uma evolução enorme se operára: o preto não era sómente capaz de *aprender* a doutrina e a língua; era também apto para as *ensinar* aos seus semelhantes!

Será difícil encontrar, em tempos tão afastados, no espírito de qualquer outro povo colonizador, esta maravilhosa intuição do valor do indígena. Dela se orgulham presentemente as nações colonizadoras modernas, julgando ter descoberto processos originais, métodos novos para a sua valorização!

Frizámos de entrada que sempre os portugueses andaram sem precipitação, actuando gradualmente na elevação do indígena. Tais propósitos continuam na boca dos mais modernos legisladores. O tempo largo em que a nossa acção se tem exercido deu-nos ensinamentos seguros contra erros de que hoje sabemos desviar-nos cautelosamente. *O Estatuto Político, Civil e Criminal dos indígenas de Angola e Moçambique* (João Belo) (1), quando trata da evolução dos indígenas, continua a manter o mesmo fito «de os levar a todos os adiantamentos desejáveis dentro dos próprios quadros da sua *civilização rudimentar*, de forma que se faça gradualmente e com suavidade a transformação dos seus usos e costumes».

Não avançamos precipitadamente, porque a prática nos diz que, em matéria de civilização do indígena, por cada passo precipitado, se recuam de seguida três ou quatro passos.

Essa prudência manifesta-se igualmente na natureza do ensino ministrado ao indígena. «Será laborar num grave e perigoso erro o imaginar-se que alguma coisa de bom, de útil e de apreciável se conseguirá dos habitantes de Angola pelo simples facto de montar — se isso fôsse possível desde já — uma escola de instrução primária, à guisa das nossas escolas da metrópole, em cada povoação» (2).

Por isso é que a mais moderna legislação sobre o ensino põe este problema de uma forma nítida e segura: «nas escolas para indígenas, a acção do educador e mestre deve basear-se, por isso, no trabalho manual, de preferência profissional» (3).

O ensino indígena, tanto em Angola como em Moçambique, onde o problema assume um maior interesse, molda-se no princípio fundamental que fica expresso: é um ensino de *carácter profissional*.

E, se alguém estranhar que, sendo nós os mais antigos colonizadores, não tenhamos levado, senão muito excepcionalmente, o in-

(1) Decreto n.º 12.533, de 23 de Outubro de 1926.

(2) Projecto de organização da instrução publica na Província de Angola (1913), pág. 4 — Norton de Matos.

(3) *Diploma Legislativo n.º 518* de 16 de Abril de 1927 (*Preâmbulo*).

digena até o ensino secundário ou superior, poderemos responder que, trabalhando nós em África com raças mal saídas ainda da fase pastoril e guerreira, tais ensinamentos seriam calamitosos para elas e para nós. Se cometêssemos tal erro, isto é, se encaminhássemos o indígena para um ensino puramente literário, negaríamos uma experiência cinco vezes secular, a qual se vem somando a lição de erros nesse sentido praticados por outras nações colonizadoras modernas que, mercê de uma imprudente acção, se acham a braços com problemas verdadeiramente angustiosos. Tendo elevado os indígenas a graus de ensino exageradamente avançados, verificamos, sem fácil remédio que, se por um lado só conseguiram criar inadaptados perigosos que *evolucionaram fora dos quadros da sua própria civilização*, por outro notam que essa evolução se fez sem que os indígenas pudessem subtrair-se à tirania dos seus costumes animistas. E poderíamos responder ainda que não nos deixamos arrastar para esse tentador plano inclinado, porque na história da educação portuguesa há uma segura lição a aproveitar: tendo os missionários em Ambaca encaminhado os indígenas para uma cultura demasiadamente literária, deles fizeram ridículos *requerimentistas*, que nas suas insatisfeitas pretensões ainda citam com frequência as disposições... da Carta Constitucional!

A educação do indígena português, tanto nas missões, como nas escolas-oficinas, como



Angola — Educação profissional

nas escolas rudimentares ou rurais, é hoje acentuadamente profissional.

Em Moçambique, onde este género de ensino tomou notável incremento, existem 5 escolas de *ensino profissional* oficial e 31 missionárias; 123 escolas de *ensino rudimentar* oficial; 94 missionárias católicas, sob a acção do Governo Português, e 71 estrangeiras.

Em Angola, se bem que norteadas pelos mesmos princípios, é mais modesta a obra realizada.

Reclamado de há muito, por quantos haviam abordado o problema da instrução, o ensino profissional foi regulamentado por decreto do Alto Comissário, n.º 242, de 22 de Fevereiro de 1922. Definindo os fins desse ensino, o mesmo diploma diz, no seu art. 2.º, que «o objectivo das escolas-oficinas é prover ao aperfeiçoamento e moralização dos hábitos e carácter das populações indígenas, disseminando o ensino de profissões manuais, de educação moral e da língua portuguesa, como necessárias e graduais etapas do seu progresso na evolução para uma civilização mais perfeita».

Para realização deste objectivo, a instituição das escolas-oficinas abrange escolas com regime de semi-internato, onde os alunos do sexo masculino recebem educação e auxílios de alimentação e vestuário, e asilos-escolas onde os menores indígenas, além da educação, recebem assistência material completa. Existem escolas da mesma natureza destinadas ao sexo feminino.

Funcionam presentemente na Província de Angola 14 escolas-oficinas dos vários tipos que acabamos de apontar.

O Diploma n.º 518 de 16 de Abril de 1927, que reorganizou o ensino primário, criou o *ensino rural indígena*, com o fim de secundar o esforço missionário exercido em sentido idêntico, procurando estabelecer escolas onde não existissem missões católicas. Tem esse ensino como fim especial divulgar entre o gentio a língua portuguesa e gerar nas crianças indígenas hábitos de higiene, de compostura e de trabalho, predispondo-as a receberem os benefícios da civilização.

Funcionam presentemente em Angola sómente 20 dessas escolas, regidas por professores indígenas. A fim de preparar esses professores, foi fundada no Bailundo (1) uma *escola normal rural*, que pouco tempo esteve em funcionamento.

II

Da notável *circular aos administradores e capitães-mores* de 19 de Abril de 1913, de Norton de Matos, constam estas palavras modelares: «Fazer do indígena de África um *agricultor*, um *artífice* independente e livre, possuindo uma gleba de terra, uma pequena oficina, com *instrução profissional* e instrumentos que lhe permitam viver com relativo conforto e produzir mais de que precisa para a sua alimentação e sustento, inundando assim o mercado de géneros e artefactos de toda a espécie, criar pequenos proprietários ou pequenos industriais, são os fins a que principalmente devem visar a administração e o governo de uma Colónia como Angola».

Neste período há um programa a cumprir interessante apenas saber qual a melhor forma de lhe dar execução. Nele sublinhamos intencionalmente as palavras *agricultor, artífice e instrução profissional*, porque elas, delimitando nitidamente os objectivos a alcançar, alguma coisa dizem já acerca dos meios a empregar para esse fim.

¿Precisaremos de mais alguma coisa, além do existente, para formar agricultores e artífices das raças de Angola e Moçambique, que, saindo da fase pastoril e guerreira, se encaminham lentamente para a fase agrícola e industrial?

Forçado a abandonar a actividade bélica, que lhe garantia o mantimento, o gado, os escravos e as mulheres, o indígena viu-se na necessidade de se aplicar à lavra da terra. Mas a agricultura indispensável à colheita dos cereais, base da sua alimentação, era feita pelo braço das mulheres, que a poligamia lhe assegurava, sendo abandonada a terra após a colheita; e a indústria elementar do ferro e do cobre, destinada ao fabrico das armas, dos utensílios de lavoura e dos

ornamentos, não ocupava mais que uma minoria de artífices.

Transformar, pois, esse preto indolente e incapaz de se servir mais que do seu arco e do seu machado de troglodita num agricultor ou num artífice, eis a obra que nos esforçamos por levar a cabo, muito lentamente, como convém a transformação tão profunda, prevenindo retrocessos e reprimindo rebeldias, cada dia mais limitadas e mais enfraquecidas. Do nómada mal saído da idade do ferro temos procurado fazer um homem fixado à terra; do ser imprevidente incapaz de alcançar o futuro para além do dia de hoje, temos procurado fazer um homem com amor à propriedade, capaz de revolver profundamente o solo, de o adubar, de o semear e de tirar dele, sem escravização de outrem, o seu próprio sustento.

¿Em que altura vai esta obra? Não é lícito calculá-lo, cumprindo apenas afirmar que ela, levando muito tempo ainda, levará contudo muito menos do que se o preto estivesse entregue à sua natural evolução.

— E serão próprias para realizar essa transformação as instituições de ensino a esse fim destinadas?

Conhecemos de perto as escolas-oficinas de Angola. Nelas se ensina a prática agrícola em granjas anexas, que são simultaneamente um meio de educação e um valioso auxiliar da manutenção das escolas; nelas se ministra o ensino oficial de carpintaria, seralharia, sapataria, tipografia e os ofícios de pedreiro, cerâmico e serrador, para o sexo masculino, e de costureira, lavadeira-engomadeira e cozinheira, para o sexo feminino; nelas se professam, finalmente, ensinamentos literários muito rudimentares, mas suficientes para a aprendizagem profissional.

¿Mas é este o ensino bastante para o indígena?

Em princípio — contando sempre que trabalhamos com raças de evolução muito atrasada — devemos considerar como bastante para o indígenato o ensino existente, pois ele satisfaz perfeitamente as suas rudimentares exigências intellectuais e corresponde por completo às suas necessidades materiais, garantindo-lhe o aperfeiçoamento de aptidões natas, pelas quais poderá ganhar mais desfogadamente o pão para si e para a sua família.

E, pois, esse um problema arrumado: quem concebeu as *escolas oficinas* e as *escolas rurais* encontrou-lhe a verdadeira solução.

Falta apenas intensificar esse ensino, disseminando-o largamente, especialmente em Angola, onde se acha ainda na fase embrionária. Em vez de 14 escolas-oficinas, que são as existentes, seriam necessárias 80; em vez de 20 escolas rurais seriam necessárias 200 ou mais, uma pelo menos em cada Posto de administração civil, onde obrigatoriamente deveria funcionar uma escola rudimentar, uma oficina e uma granja.

¿Mas quer isto dizer que devemos fechar ao indígena o acesso aos cargos públicos e às profissões liberais?

Nunca o fizemos, para o fazermos agora. O indígena pode, como qualquer outro cidadão português, aspirar a todos os cargos, para o que tem entrada livre nas escolas das Colónias e da Metrópole.

Fixemos todavia primeiramente a natureza dos cargos que mais convém confiar aos indígenas, para de seguida vermos se as escolas existentes poderão prepará-los para essas funções dentro das próprias colónias ou se nelas será preciso criar escolas novas.

O indígena pode exercer, entre outros cargos, o de professor das escolas rurais, funcionário dos Correios e Telégrafos, dos

(1) *Diploma Legislativo* n.º 222, de 16 de Dezembro de 1929.



Macau

e o seu futuro na
economia da
Nação

PELO SR. GOVERNADOR ANTÓNIO JOSÉ BERNARDES DE MIRANDA

Os Portugueses do século XVI, empreendendo «a conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia», tomaram contacto com o antigo, vasto e rico Império do Meio.

Iniciou-se o movimento comercial entre a China e Portugal; e, para intensificação e comodidade desse comércio, os Portugueses procuraram estabelecer uma feitoria na costa chinesa. Serviços prestados ao Celeste Império na repressão da pirataria deram-lhes ensejo a fixarem-se pacificamente na pequena península hoje totalmente ocupada pela cidade de Macau.

Durante muito tempo esta pequena Província teve uma alta importância comercial, pois, era por meio dela que se fazia quasi toda a troca de riquezas entre o Celeste Império e os povos do remoto occidente.

Mas Portugal não pôde manter o seu poderio em todos os continentes e mares; e, outras nações da Europa, seguindo as estradas por elle abertas, vieram negociar com os povos do Extremo Oriente.

A importância comercial de Macau foi diminuindo, e mais baixo caiu quando os ingleses fundaram e rapidamente desenvol-

veram a colónia de Hongkong. Hoje, o movimento comercial de Macau é insignificante se o compararmos com o que anima o esplêndido pórtico da vizinha colónia inglesa.

Nem o nosso pórtico pode permitir, sem despesas formidáveis, o tráfego por meio dos grandes navios que ora são exigidos pelas necessidades do intenso movimento comercial.

No entanto, Macau pode e deve ser um factor de certa importância na economia do Império Português.

Por um lado, com effeito, a nossa pequena colónia é como que uma porta aberta sobre o mercado da China, mercado que, com o progresso que se vem realizando na grande república, se tornará imenso em poucos anos.

Por outro lado, o formidável esforço de ressurgimento dos Portugueses, effectuado na Metrópole e propagado ao Império Colonial, determinou o estudo dos problemas que interessam à economia do conjunto. E, em consequência disso, alguma coisa se fez já, tanto em legislação, como em realização pratica; sendo de prevêr que continue e se intensifique esse movimento de progresso.

O Império Português pode fornecer à China matérias primas e productos manufacturados, e pode comprar-lhe também, mais do que até agora, mercadorias varias.

A introdução dos productos portugueses na China, através de Macau, seria facilitada se, para certas mercadorias de origem chinesa reexportadas por Macau, fosse concedido um tratamento benevolente quanto ás taxas de importação na Metrópole e nas outras provincias portuguesas do Ultramar.

Devidamente estudado este problema, a sua solução não só elevaria fortemente o movimento comercial de Macau, como tornaria esta nossa pequena colónia um elemento de considerável valor na economia de Portugal.

Macau, Março de 1934.

¿o genovês cristóvam colombo será o português gonçalves zarco?

O século XV, tão fértil em aventuras guerreiras, depois da tomada de Ceuta, com a instituição da Escola de Sagres, trouxe, segundo Rui de Pina, até o nosso continente, um genovês cardador e aprendiz do cartógrafo de nome Cristobal Colón.

Só quatrocentos anos após a morte de Cristobal Colón se consegue fazer verdadeira luz sobre a pátria do descobridor do Novo Mundo.

Parece, com effeito, que Colón nascera em Génova mas de descendência portuguesa, e de alta estirpe.

Seu pai teria sido o infante D. Fernando, duque de Bragança, cuja cabeça rolara no cadafalso de Évora e a mãe, uma filha do donatário da ilha da Madeira. A estas conjecturas chegaram os srs. Santos Ferreira e Ferreira de Serpa, que após longos anos de laboriosos estudos conseguiram desvendar o mysterio do verdadeiro nome do descobridor da América.

O *Teatro Genealógico* de D. Tivisco de Nasao Zarco Colonya, transliterado para o hebraico, foi decifrado, como misteriosissima charada, por Santos Ferreira.

A assignatura de Colón, forneceu o verdadeiro nome do navegador por transliteração hebraica.

Assim o explica o sr. Santos Ferreira:

S.
S. A. S.
X. M. Y.
XPO FERENS./

Se o ponto e o traço finais são o colon grego, ler-se-ia a assignatura Cristóvam Colón sobrepujada por uns sinais cabalísticos, que queriam dizer: Christo Salvo, Maria Salva, Joseph Salvo.

Mas porque não escreveu elle J. M. J. em vez de X. M. Y.? Para que se pudesse obter por transliteração hebraica uma frase que quere dizer *Salvador*; e escreveu M. A em vez de M. para que o S mediano sobrepujasse a assignatura, com determinado intuito.

Se a frase hebraica obtida por transliteração de X. M. Y. quere dizer *Salvador*, os SSS passando em claro os nomes dos três patronos — Christo salvo, Maria salva, Joseph salvo — significam *consalves*. O S que sobrepuja a assignatura — e aqui está a razão porque Colón o collocava em lugar de destaque — é o sinal hebraico *zarco* cuja forma é igual ao nosso S.

Eis como o sr. Santos Ferreira decifrou o enigma que durante tanto tempo permaneceu encoberto e que se poderia julgar sepulto para sempre nas trevas da ignorância, se o seu paciente trabalho de investigação o não levasse a estas deducções.

Por transliteração hebraica do frontispicio do *Teatro Genealógico* o sr. Santos Ferreira descobriu o seguinte:

SALVADOR GONSAVES ZARCO
PELO PRIOR
D. TIVISCO DE NASAO ZARCO, Y COLONYA
Em Napoles. Por Novelo de Bonis.
ANNO MDCXCII

é o cryptograma de: *Este impio tendo sido collocado em governador na ilha de Chios, maltratou e defraudou o seu principe e fugiu vestido como jornalista do arrabalde e fingindo-se mudo; e correu mundo; e envergonhado e arrependido, emendou-se e voltou para o seu pais natal e tomou o nome de Cristobal Colón.*

Do resto do frontispicio da citada obra o sr. Santos Ferreira traduziu: *Frei David da Costa encontrou dentro da orla de uma tapeçaria, seis pergaminhos que declaram a ascendencia e as culpas do insigne explorador conhecido até agora como Cristobal Colón, o qual os escreveu na lingua hebraica, junto do padre Joane Eanes de Saa.*

No verso do frontispicio e sob as palavras A QUEM LER existe um pensamento de S. Jerónimo que quere dizer o seguinte: *O intendente Clemente Innocencio Vieira determinou que os pergaminhos que tinham estado na orla da tapeçaria fossem escondidos immediatamente dentro de uma botella, num vão da parede ao caso do claustro da cisterna do convento de Nossa Senhora dos Remedios dos nossos padres marianos de Lisboa, à mão direita de quem está voltado para a entrada do refeitório.*

Se Colón era um cardador como pretendem os seus coevos que de Génova se viera estabelecer na Madeira onde começou a aprender cartografia, porque razão se foi hospedar em casa de pessoas de tão elevada categoria como Bartolomeu Perestrelo, casando com uma filha deste?

E porque entregaram os reis de Espanha o

(Continua na página 9)

P ROPAGANDA

Todos nós, os que sentimos vivamente o fervor da nossa grandeza e valores ultramarinos, procuramos despertar no espirito dos ignorantes e anestesiados de intellecto o interesse pelos belos e ex-

ção o arado que lhe rasgue o ventre fecundante, e lhe colha os pomos de ouro que há tanto tempo generosamente nos vem oferecendo.

Por cima de todas as coisas e de todos os seres que se relacionam em dado momento da vida, paira sempre uma força grande a atrair e a unir para a continuidade, subjectiva que ela seja. Aconteceu isso com os nossos avoengos na sua rota de descobrimentos e conquistas, parando apenas quando nada mais havia a desvendar, e essa mesma força continuará a actuar hoje, porque sendo, na expressão de Oliveira Martins, inteligentes os portugueses, não podemos desmerecer da rica herança que o esforço consciente dos nossos avós prodigalizou. E tenho fé nessa continuidade, apesar do grande torpôr que de certa data para cá nos invadiu a vontade, dando a impressão de que somos incapazes de qualquer espécie de sacrificio, porque os abnegados existem hoje como existiram ontem, e os glóbulos vermelhos de sangue português, que por todos os cantos do glóbo

nossas provincias extremenhas do Continente. Logo, é-nos mais fácil manter a unidade do Império agora do que então.

O que se modificou foi a maneira de agir.

Temos capacidade para conceber e para executar planos de toda a ordem, quer no campo económico, quer no campo social. Possuimos bastos capitais na banca estrangeira e nacional, ha gente que se encaminha para todas as bandas do orbe e que se organiza em núcleos de grande força económica, como acontece no Brasil, Congo Belga, Africa Francesa, Ilhas Hawai, etc., etc. E no entanto, as nossas Provincias de além-mar reclamam quem as arroteie, requerem a nossa acção e a nossa presença!

Nas Provincias ultramarinas ha delicados recantos cheios de beleza, de bom clima e de fartura, onde podemos trabalhar com alegria, viver sã felicidade e construir muitos lares acomodados á civilização hodierna, fazendo perdurar e engrandecer a raça lusa — a grande finalidade que Deus nos deu e que foi o pensamento dos esforçados heróis nossos ascendentes, que souberam batalhar com a espada aliada á intelligência.



DO

está vertido, deslizam rutilantes ainda nas nossas veias.

A nossa apatia presente provém da rapidez brusca com que se transmutou o plano em que girava a razão de ser da nossa vontade que era a força moral, a grande mola intima que nos impelia e que se partiu, mas que é preciso consertar.

Quando os portugueses eram em deminuto número, elles formaram um império tam vasto que o sol não chegava nunca a desprender-se dos seus dominios. Levaram a toda a parte as benesses da civilização e foi possível immortalizar a raça.

Porque não havemos nós, hoje, fazer o mesmo, avivando na alma de todos os portugueses o elevado sentimento que nos guiou em épocas de antanho e nos fez impôr ao mundo inteiro?

A gente, a lingua, os costumes e a fé estão dilatados; mais civilização, mais progressos, mais facilidades de toda a ordem material.

Distâncias que nós levávamos meses a percorrer, fazemo-las agora em dias; chegamos hoje a Angola no mesmo espaço de tempo que levávamos outrora a ir a qualquer das

Mudaram os tempos, mudaram os processos. A noticia dos velhos tesouros já não leva meses a chegar; segundos bastam. E a imprensa esclarece e dá minúcia, entusiasma e incita. E os tesouros que o nosso Ultramar encerra preciso é que sejam conhecidos por todos os portugueses do Continente e que deles curem com a maior naturalidade e com interesse vivo. Foi este o pensamento que presidiu há 4 anos á fundação da *Acção Colonial* por um grupo de rapazes entusiasmados, meus amigos, de quem não posso deixar de citar os nomes: Henrique Mouta, José Sarmento e Sá Couto.

E como tínhamos palmilhado as plagas africanas, e das suas estranhas estuantes de abundância ouvimos comovidos gritos de immediata laboração e amparo, em que se caldeasse o vigôr do nosso trabalho á riqueza que nelas jaz — eis que, levados pela idéia de vulgarizar entre nós o que é nosso, nos metemos a caminho... Desilusões não faltaram, mas a nossa vontade não sossobrou, pois, a necessidade clara e absoluta de uma intensa e afinçada propaganda para defezo do nosso bom nome de povo colonizador não deixava esmorecer-nos. Se a indiferença da quasi totalidade do público nos revoltava, ao mesmo tempo que percorríamos de lés-a-lés o país, mais forte se tornava o desejo de redobrar o nosso propósito, porque víamos a

tensos rincões de além-mar — não só como preito ao heroísmo e elevação moral dos que nos legaram tam admiravel património, mas, também, porque a terra escaldante de fertilidade, lá dos trópicos e bem portuguesa, está sempre a clamar junto do nosso cora-

U LTRA MAR

(Segue na pág. 12)



INDIA

Na Índia Portuguesa, regardingo a legitimamente de seu passado e civilização, mantem a mais ardente feição dos seus filhos e pela valorização de seus recursos para a grandez e unidade do Império.

Um. fin 24/1904.

General Craxim Zafes.

Os habitantes da Índia Portuguesa pertencem, principalmente, ao grupo scito-drávida, segundo a classificação do imminente antropologista Herbert Risley.

Esse tipo scito-drávida ocupa toda a nesga malabárica que se estende desde o Guzerate até Coorg.

A classificação, porém, de Risley pertence à realidade actual, por se basear em elementos positivos que lhe serviram para organizar a carta antropológica da Índia onde Risley distingue os tipos antropológicos.

Mas Kethar, na sua *The History of Caste in India*, entende que tal classificação não pode resolver o problema da ancestralidade das tribus indígenas, porque ha-de atender-se às migrações dos povos e à acção do meio.

Assim, para Kethar, os drávidas, os arianos e os scitas são povos e não raças antropológicas. Vaidya, criticando a classificação de Risley, chega mesmo à conclusão de que os povos da Índia ocidental descendem duma raça ario-drávida, predominando o elemento ariano nas costas (jatis) mais altas. Todavia o problema etnológico da população indo-portuguesa ainda aguarda solução, visto não estar solucionado o problema antropométrico.

A população indígena da Índia Portuguesa divide-se em católica e não católica que abrange a hindu e maometana. Em Damão e Diu encontram-se também alguns párocos parses, descendentes dos persas que, por motivos religiosos, emigraram da Pérsia e se estabeleceram na costa de Guzerate, cerca do século VIII da Era Cristã.

No distrito de Gôa a população católica predomina nas Velhas Conquistas e a hindu nas Novas Conquistas.

Entre os cristãos de Damão e Diu não há distinção de castas. O fenómeno singular da

existência dela entre os próprios cristãos de Gôa, atribui-se ao facto das conversões em massa que fez que o mecanismo da casta não se desconjuntasse, nem se dissolvessem os agregados sociais endogâmicos.

As classes ilustradas do povo goano, principalmente as famílias católicas, falam e escrevem o português, havendo muitas escolas officiais e particulares do ensino em lingua portuguesa, espalhadas por todo o País. O comum do povo fala, no entanto, o concani.

Os hindús aprendem nas escolas o marata, lingua que empregam na sua correspondência particular ou comercial, circulando entre elles livros e jornais em marata.

O número de hindús que fala e escreve em português é relativamente pequeno, quanto apresente tendências para aumentar, em anos successivos.

Os brâmanes chitpavans, curadés, quirvonts e padés, que nas Novas Conquistas exercem a profissão agricola ou sacerdotal, embora falem em publico o concani, em familia exprimem-se em marata mais ou menos con-canizado.

Em Damão e Diu as famílias católicas falam português. O povo, em geral, fala o

guzerati e aí circulam os periódicos escritos nessa lingua publicados na Índia Britânica. Em Praganá Nagar-Aveli há tribus, sobretudo do interior, que falam o marata.

Os maometanos falam em Gôa o concani e o hindustani, em Damão e Diu o guzerati e o hindustani e escrevem em caracteres árabes.

Existem também no país, principalmente no concelho de Bardez, várias familias de emigrantes católicos que fazem uso da lingua inglesa, e é considerável o número de colégios onde o ensino se faz naquêl idioma.

Nêste remoto Estado da Índia Portuguesa, formado hoje apenas do distrito de Gôa, na costa do Malabar, do de Damão, na costa do gôlfo de Cambaia e do de Diu, na costa do Guzerate, gloriosos restos do grande Império que dominamos e comunicamos pelo mar com o Ocidente, o problema étnico não é, como deixamos escrito, o menos curioso. As castas não terão na Índia Portuguesa a força desagregante e o sentimento revolucionário que caracterizam as da Índia Britânica, mas conservam a fisionomia secular e característica dêsses povos herdeiros duma civilização grandiosa e deslumbrante.

¿o genovês Cristóvão Colombo será o português Gonçalves Zarco?

(Continuação da página 7)

comando duma esquadra ao aprendiz de cartógrafo e antigo tecelão?

Naquêles tempos em que o feudalismo imperava, Bartolomeu Perestrelo não ia entregar a filha, D. Brites, em cujas veias corria sangue do mais nobre de Portugal, sangue semelhante ao do rei e vindo do Condéstavel, se o hospede fôsse apenas um cardador e aprendiz de cartógrafo!...

Depois da descoberta da América, os reis católicos nomeiam-no Almirante do Mar Oceano mandando que o seu braço seja da seguinte forma: *un Castillo e un Leon, que Nos vos damos por armas: conviene a saber, el Castillo de color dorado en campo verde, en el cuadro del escudo de nuestras armas, en lo alto a mano derecha, y en el otro cuadro alto a la mano izquierda un Leon en campo blanco rampando de verde, y en otro cuadro bajo a la mano derecha unas islas doradas en ondas de mar, y en otro cuadro bajo a la mano izquierda las*

armas vuestras que sabades tener, las cuales sean conocidas por vuestras armas y de vuestros fijos y descendientes para siempre... etc.

Las armas vuestras que sabades tener; aí está porque um cardador ou tecelão não possuia brazão de armas e as armas que Colón sabia ter eram cinco besantes de ouro em campo azul postos em santor.

Porque razão se escondiam na orla duma tapeçaria os seis pergaminhos declarando a ascendência e culpas do explorador conhecido até agora como Cristóbal Colón?

Razões de estado, decerto, obrigaram a isso.

Esquadrinhado o convento dos Marianos, a boceta patenteou-se, mas os seis pergaminhos aí collocados tinham desaparecido num auto de fé, para assim ficar occulta a alta estirpe donde proviera o grande navegador, e, dêste modo, faz-lo passar por um tecelão e aprendiz de cartógrafo oriundo da familia dos Colombos de Génova.

Pois se nem, após a descoberta do Novo Continente, appareceram os seus parentes italianos a reclamar o seu quinhão na gloria do grande navegador, o que parece pouco verossimil, visto que o seu feito foi dos que deu brado e a familia devia sentir-se orgulhosa de possuir tal parente!...

Isto mais vem confirmar a ascendência portuguesa de Cristóvão Colón e identifica-lo como Salvador Gonsalves Zarco.

OLIVEIRA ABRANTES.

O S LAVRADORES DO IMPÉRIO

DR. FRANCISCO VELOSO



FALAR, escrever do colono português em terras de Além-Mar, não é tarefa que submissamente se aceite sem uma dupla meditação, que tire primeiramente de nós mesmos a mais viva coação de civismo, e lance depois os olhos da nossa memória para os quadros, as realizações, as paisagens, os planos da evocação histórico-social da vida nacional no curso da sua evolução secular...

Falar, escrever do colono português é fazer uma recapitulação do que fomos e do valor que somos ainda, e responder a esta pergunta: — Seria e será possível o Império sem o Colono?

Na Exposição do Pôrto, bem que incompletamente, encontra-se uma lição viva dessa resposta: — o que fizemos e o que fazemos foi o realizado e realizável porque o Colono português o sedimentou, o alicerçou e o garantiu.

E propositadamente usamos aqui da expressão *colono português*. Sem excessos nem vaidades, nós podemos estremá-lo, no ambiente natural dos climas e das terras, nas relativas condições sociais dos aglomerados de que nasceram vilas e cidades, no tráfico primitivo das caravanas como no tráfico dos entrepostos de comércio do interior ou dos portos, como um *colonus* latino e luso por excelência.

Muitas vezes, através de visitas de estudo por essa Angola, sempre admiranda e saudosa, pelo norte Moçambicano (sobretudo na Zambézia e no distrito de Inhambane) onde deixámos na terra a sacholada fecundadora e imperecível, me detive a avaliar em conjunto das virtudes do nosso colono português que fez de São Tomé um monumento de modernidade agrico-industrial no cinto do equador, e na Guiné imaginou como outro nenhum o sistema cultural da terra no dedalo dos rios e ribeiras, e a feição de um regime de delta

que sob o rigor do clima tropical, com planificações privativas, dá a nossa imaginação as visões do talento dos povos que, como os egípcios, do nada refartaram a terra do império dos Ramsés.

Vã, extraída do canhão de memórias sempre vivas, um traço, entre muitos, do que é o valor inventivo e cheio de senso (o senso comum é o talento colectivo dos povos bem dotados) do nosso colono.

Andávamos, eu e o Dr. Alves da Cunha, quasi incumbidos disso pelo querido amigo que foi Tavares de Carvalho, homem cheio de saber directivo, prestígio e de bondade, que ocupava então com inteligente prudência o governo interino da colónia, a cuidar e estudar regulamentações para o regime do trabalho indigena, na base de êle ser adoptado a fisionomia costumeira e a natureza das populações e de se ajustar às instituições civis do nosso direito.

Certa manhã, eramos no Huambo, com Tavares de Carvalho, e acompanhámo-lo de visita oficial a um posto da Circunscrição Civil nas imediações da pitoresca capital do grande planalto. Vinha conosco o administrador. Em determinada altura da jornada, parámos numa fazenda cujo dono e chefe acudiu a saúdar o governador interino da provincia. Quedavam as duas casas-sédes no tópo de um daqueles aboleados cabeços que fazem dos panoramas ao sul da hoje Nova Lisboa, avistados lá de cima, uma erupção sísmica de planos graduados, e súbitamente resfriada no transe de uma das suas convulsões. O ar é translúcido, e perpassavam nele difusos os primeiros tons das tardes tropicais adoçados pelas brisas das serranias.

O sr. Barros mostrou-nos os domínios da sua concessão de terras. Veigas formosíssimas e abençoadas ostentavam ricos cultivos de milho e trigo. A água entrecorria lá farta.

Tavares de Carvalho perguntou como tinha obtido êle aqueles viços da terra, se eram quasi unisonos e gerais os clamores contra a falta de braços na mão de obra.

O sr. Barros estirou um braço e apontando para sanzalas circunjacentes, por entre cujas cubatas sirandavam indigenas, explicou:

— A mão de obra está ali...

E o administrador Madureira acrescentou, para mim e o dr. Alves da Cunha:

— Oijam agora a solução do problema que os senhores andam a estudar.

E Barros contou como descido no Lobito há anos, de saco e magros vinténs nas mãos, fôra primeiro dono de um estanco de bebidas, breve falido, e em seguida metera a caminho do planalto, com um titulo de concessão daquelas terras como segredo e condição de viver. A terra era boa e ubérrima. Faltavam braços. E eis que o Colono português surgiu em Barros — vindo e sentindo o regime quasi comunitário dos sobados e seculados, e indo propôr aos chefes dessas comunidades, contractos a meias e a terças, para fornecimento de mão de obra, como aos jornaleiros e caseiros da sua provincia da Beira Alta...

Aceitaram-lhe as propostas. Dias depois o ajuste passava a escritura na secretaria da Circunscrição, e Barros, repetindo periodicamente os contractos, obtinha, com plena garantia legal e em termos de direito, a dese-

jada mão de obra, descobrindo aquilo mesmo que ficara criado mas inaplicado no célebre decreto 44 de Norton de Matos. E as terras eram o primor que ali se viam!...

Fixámos o episódio, eu e o dr. Cunha, e mais tarde, em Luanda, o aproveitámos para os trabalhos em que andávamos, quando nos chegou um número da *Congo* com um artigo sobre mutualidades agricolas indigenas em que era citado o regime do nosso Código Civil (o caso Barros) como padrão...

Saco das memórias de estudioso destas coisas coloniais, êste entrecho para dar nota viva do poder criador do nosso colono-lavrador de terras exóticas.

Êle é, lá em baixo, o radiador vigoroso da Pátria. Foi sempre assim. António de Freitas ao dealbar do constitucionalismo apontava-o num estudo célebre dirigido ao Conselho Ultramarino, como a mais forte riqueza e o mais valioso penhor que nos restava e do qual haveríamos a utilizar.

Quasi sempre lavrador, raro mercante, saído das massas óptimas do nosso povo com aquelas virtudes que floresceram no *soldado de Africa*, exaltadas como modelos das da nossa raça pela pena clássica de Mousinho na sua carta ao Príncipe, — o colono foi e é o fermento que levedou o Império. E hoje, rendido o preto aos chefes e heróis, justo é que se dê ao Povo Português de Além-Mar, à nossa Grei longinqua, a homenagem devida aos obreiros sem medalhas nem recompensas que, curando de viver curam da Nação; nunca viraram a cara às crises; e são de facto (é ver agora o que fazem sob a crise em Angola e em Moçambique) os grandes suportes do nosso direito, aqueles que sabem criar e manter, como alguém disse, a Pátria — longe da Pátria!

A política dos estados está na sua geografia.

NAPOLEÃO I



Se na realidade a noção do Império pedesse comportar a expressão de completa unidade que a palavra exprime talvez devesse reservar-se para todos aqueles que exercem funções públicas o significativo título de *Servidores do Império*.

Neste conceito máximo de organização imperial desapareceria o Ministério das Colónias e os serviços públicos de todo o Império seriam agrupados pelos diversos Ministérios. Já na nossa legislação um sistema tão completamente unitário existiu aliás por pouco tempo.

Se tal sistema fôsse aconselhável, os quadros do funcionalismo público, abrangeriam a Metrópole e as Colónias conjuntamente.

Examinadas porém de perto as coisas é fácil reconhecer que ao conceito de unidade política não pode corresponder uma realização completa de unidade administrativa. Sob este aspecto a diferenciação entre a Metrópole e as Colónias e entre estas entre si é inevitável e flagrante.

São meios sociais diferentes separados por longas distâncias e em condições diversas de evolução económica. Daí a necessidade de diferentes organizações burocráticas e administrativas e até de condições e formação especial para uns e outros funcionários. E' esta a razão porque em todos os países coloniais existe um Ministério especial das Colónias abrangendo variados serviços a cada um dos quais corresponde na organização metropolitana um Ministério diferente. Por isso o Ministro das Colónias é na verdade como um chefe de Governo do Império e tem que dirigir os múltiplos serviços que na Metrópole estão confiados à superintendência de diversos Ministros. Tarefa exaustiva e complexa, que necessita tanto saber e bom senso, como energia e actividade.

Os seus colaboradores são funcionários de diversas categorias que constituem a burocracia do Império. Estão eles agrupados por diversos quadros, uns de carácter geral, outros privativos de cada colónia.

No seu conjunto estes quadros correspondem em geral a tantas divisões de serviços como de Ministérios compreende a organização metropolitana.

Há porém uma diferença profunda entre os funcionários metropolitanos e os coloniais. Uns e outros precisam conhecer o meio em que vivem e a técnica própria das funções que exercem. E' porém muito diverso o meio colonial do meio metropolitano e a própria técnica oferece num e noutro caso sensíveis diferenças. Se os quiséssemos diferenciar dando à expressão Império um sentido restricto sob o ponto de vista administrativo poderíamos chamar especialmente aos funcionários coloniais os *Servidores do Império*. A eles compete uma parcela maior ou menor na administração do Império ultramarino, com os correspondentes deveres e correlativa responsabilidade. Recrutam-se estes funcionários na Metrópole e nas próprias colónias. Podem os escolhidos de entre os nativos de cada colónia conhecer melhor ou peor o meio em que vivem, mas precisam possuir a técnica especial do serviço a que se consagram. Se porém forem servir noutra colónia já se encontram em face da necessidade de lhe conhecerem o meio. Quanto aos funcionários coloniais oriundos da metrópole necessitam sempre de aprenderem a conhecer os meios coloniais em que irão viver e a técnica especial de cada serviço.

Estas simples considerações têm como corolário o reconhecimento da necessidade absoluta de uma preparação especial para todos os funcionários coloniais sem distinção de origem. Poderá ela variar consoante a natureza dos cargos. Poderá para os oriundos das colónias e para cargos modestos tomar em conta o já conhecerem o meio em que vivem.



CONDE DE PENHA GARCIA OS SERVIDORES DO IMPÉRIO

Terá porém sempre que se amoldar às exigências da obra colonial de que devem ser os obreiros. Esta tarefa é cada vez mais complexa e delicada. Justapõem-se e atropelam-se por vezes, elementos étnicos muito diversos, mentalidades diferentes, civilizações afastadas, interesses opostos.

E' necessária uma formação especial para colaborar em qualquer serviço público em tão difíceis condições. Por isso todos os países coloniais têm consagrado cuidadosa atenção ao recrutamento e preparação do seu funcionamento colonial. Escolas de preparação, concursos severos, cautelosa escolha, são de um modo geral as formas em uso para a selecção dos *Servidores do Império*. A organização, disciplina e movimentação dos quadros, têm uma grande importância para a eficiência dos serviços.

Na nossa administração colonial estamos caminhando há alguns anos para a melhoria e adestramento da nossa burocracia colonial. A tarefa tem porém sido e continuará a ser difícil, e lenta a sua realização. As situações criadas constituem um peso morto de que só vagarosamente nos iremos aliviando. Há contudo um facto que hoje domina o problema e impõe a sua solução. Ninguém de mediana cultura contesta a absoluta necessidade de uma preparação especial, particularmente cui-

dada, para os funcionários coloniais. Ninguém se atreve a sustentar que para exercer cargos nas colónias basta estar lá, ou ir para lá. Pelo contrário todos reconhecem, que a existência e continuidade do Império dependem essencialmente, da sabedoria política de quem dirige, e da capacidade de quem executa.

Um dos característicos da colonização moderna é o seu carácter científico, que exige dos funcionários uma técnica correspondente.

O funcionário ignorante, simples autómato de serviços burocráticos, se já não tem lugar na Metrópole, menos o pôde ter nas colónias. Ali precisam-se *Servidores do Império*, capazes moral e profissionalmente de colaborarem na grande obra da colonização portuguesa.

Na Carta Orgânica e na Reforma administrativa já o Sr. Ministro das Colónias reconheceu e firmou os sãos princípios da selecção cuidadosa do funcionalismo colonial. A lei porém é como a música. Tudo depende da sua execução. Dê-se ao delicado problema das situações adquiridas a solução humana que elas pedem, mas inicie-se vida nova; e prepare-se uma nova geração de funcionários coloniais, que pela sua preparação correspondam ao honroso título de *Servidores do Império*. Eu sei bem que a muitos dos funcionários admitidos, quasi sem saberem ler e escrever, deu a experiência apreciáveis qualidades, sei de muitos que com grande dedicação e sacrificio têm desempenhado os seus cargos, suprimindo com boa vontade e trabalho o que lhes faltava em conhecimentos, não ignoro que na sua maioria têm sabido ser portugueses e intuitivamente sentido a importância da obra em que colaboram. E' porém forçoso reconhecer que seria lógica errada argumentar com excepções e que se há principio incontestável e universalmente aceite é o da necessidade de escolha e de preparação cuidadosa do funcionalismo colonial.

Este delicado problema comporta diversas soluções algumas das quais já estão em via de realização entre nós; há porém muito ainda que fazer para lhe dar solução cabal.

Há pouco tempo o *Kolnische Zeitung* apreciando com merecidas palavras de louvor a notável obra do Sr. Dr. Salazar, terminava o artigo com as seguintes frases sibilinas: «Portugal não tardará muito a vir ocupar o seu posto na vida internacional. Será então interessante vêr qual dos caminhos Portugal tomará: o seu desenvolvimento como país agrário da Europa com 90.000 quilómetros quadrados de extensão e seis milhões e meio de habitantes, ou a organização de um Império colonial português com 2.100.000 quilómetros quadrados e quinze milhões de habitantes, em quatro partes do Mundo.» Em boa verdade os dois caminhos não se excluem como parece dar a entender o jornal alemão. São um função do outro.

E' do desenvolvimento do país agrário, que resultará a consolidação do Império colonial. E' do fortalecimento da Metrópole que virá a própria vitalidade do Império. Metrópole e colónias são países agrários cuja unidade é fácil manter em um justo equilíbrio de interesses e aspirações.

Para isso é necessário porém contar com uma sã, previdente e esclarecida orientação governativa, e com colaboradores instruídos, activos e patriotas.

Na vida moderna, com as tendências cada vez mais fortes da centralização do Estado e da autocracia, o funcionalismo desempenha um papel predominante. Mal irá aos países que o não saibam escolher e preparar.

Na vida colonial a sua acção é ainda mais forte e intensa, por isso não será exagero dizer que o futuro do Império depende da preparação e selecção dos funcionários. Cuidemos pois na legislação e na prática, de resolver o problema acertadamente.



FRANCISCO PORTELA GUIMARAES, que desembarcou no Chiloango, a 9 de Fevereiro de 1868, com a idade de 13 anos, tendo levado tódá a sua vida em África, quasi que ininterruptamente, muito tendo auxiliado o Governó e colonas militares para a occupação efectiva daquela região do nosso litoral angolano.

Vive actualmente em Santo António do Zaire e é um português de lei, cheio de vivacidade e de patriotismo.

Excerpto da *História de Cabinda*, por Domingos José Franque, Príncipe nativo e um dos principais nobres de Cabinda actual—*inédita*.

A noticia dum facto, mesmo insignificante que elle seja, circula entre os nativos com velocidade pasmosa, chegando ao conhecimento de milhares de pessoas com incrível rapidez.

Explica-se isto pela extrema curiosidade e loquacidade do nativo, não se encontrando dois individuos que se conheçam sem pararem e conversarem demoradamente, porque o tempo não tem para elles valor algum. Se a noticia tem qualquer vulto os próprios desconhecidos não resistem á tentação de a transmitir, quando se encontrem no mesmo caminho.

Alem disso, outro costume favorece a diffusão das noticias. O Cabinda sempre que sabe algum facto que o interessa, mesmo de longe, se não o prejudica divulgar, vai pelo caminho descrevendo em voz alta e comentando a nova. Nenhum ruido de voz elle deixará de escutar, como nunca deixará de perguntar ao próprio desconhecido que encontra os permenores daquilo a que o passante se ia referindo, ouvindo com grave interesse a a sua descrição minuciosa, que elle acolhe com exclamações e comentários.

Nos grandes períodos diários de ociosidade entretem o tempo falando. Nos numerosos ajuntamentos a que as suas repetidas cerimónias rituais dão causa as noticias são por igual o pasto predilecto das reuniões. O cabinda faria um sacrificio indizível em tór de se calar.

Uma nova marchará assim de bôca em bôca tanto mais rapidamente e a tanta maior dis-

tância quanto maior fôr o interesse que ella disperte.

Quando os brancos precisam comunicar entre si a distância, mandam algumas vezes um cabinda com o recado verbal. A confusão porém resultante das alterações que o mensageiro faz por sua conta são de tal monta, que o recado chega ao seu destino inteiramente deformado. Por isso o branco recorre sempre ao recado escrito que o portador enfia na fenda aberta numa lasca dum bordão, que aperta e limita dos dois lados do papel, amarrando fortemente com cordel ou haste de trepadeira ou de canção verde em volta da régua de 3 a 5 centímetros de comprimento, ficando o papel junto dum extremo e empunhando-o pelo outro. O recado tem o cuidado de envolver-lo em papel grossoiro ou em qualquer tecido espesso, a-fim-de evitar todo o risco de se humedecer. Se o caminho a percorrêr é mais longo do que meio dia de marcha, dá-se-lhe alimentos, em geral arroz e peixe seco, para cozinhar onde quizer; se a viagem é maior os alimentos serão proporcionais ao tempo que dispender. Quem recebe o recado premeia sempre o portador com um copo de aguardente, o mata-bicho, ou qualquer outra coisa.

Se um branco precisa tratar com prêtos, manda-os chamar a casa a trôco de qualquer pequena coisa que lhes envia, mas se julga importante o que necessita, se é de consideração social o nativo a quem se dirige, se a distância é grande e não quiere sujeitar-se á viagem, manda então uma embaixada por preto de confiança que o representa munido de qualquer objecto conhecido vulgarmente como seu, que acredite o embaixador como seu enviado junto daquele com quem vai tratar em seu nome. Quando o europeu tem de tratar dum questão com indigenas, em fundação será obrigatório e fóra dela facultativo, fazer-se representar por procurador ou advogado.

Propaganda do Ultramar

(Continuação da página 8)

imperiosa precisão de aturada propaganda em pról dos nossos domínios ultramarinos.

De resto, poucos meses após a saída do nosso jornal, viamos, com desvanecimento, organizar-se o grupo Pró-Colónias, de que foram alma António Domingos de Freitas e Antero Moreira — do qual entusiasticamente participamos, e de onde saiu a actual Exposição.

Satisfaz-nos a realização do certame — embora esteja bem longe das aspirações da minha alma de colonialista — e as palavras de encorajamento que nos dirigem todos aqueles que, palmilhando o sólo africano, ficaram embuidos de amor por elle.

Que o grande público fala de colónias sem saber o que de grande e valoroso ellas representam para a vida nacional, isso é demasiadamente conhecido, verdadeiro.

Porquê?

Pelo simples motivo de que não há uma efectiva propaganda colonial. De vez em quando, aparecem publicações nêsse sentido. Como o público, porém, não está senhor das questões do Ultramar—desconhecendo, mesmo geográficamente, os seus pontos e cidades mais importantes — essas publicações, tantas vezes de altos princípios a guiá-las, passam como a briza fagueira e... morrem, esquecidas do público e sem que a propaganda haja ganho, pois, que uma coisa é função da outra. Desta arte, a vida das revistas e jor-

nais coloniais entre nós não passa de cintilações de pirilampus na selva.

Existem, de facto, duas admiráveis publicações no género, não só pela sua optima coordenação de assuntos e colaboração, como pela sua continuidade, a que não podemos deixar de fazer justa referência: o *Boletim das Colónias*, que emparceira brilhantemente com os congêneres estrangeiros, e o *Jornal do Comércio e das Colónias*, muito apreciável diário que trata cautelosa, probramente e com devido carinho o nosso Ultramar.

E' triste, porém, dizê-lo, mas a realidade é muito desagradável para os amigos da propaganda. Se o leitor procurar em qualquer quiosque ou tabacaria onde se vendem publicações, o *Boletim* não se encontra á venda, é mesmo desconhecido e se existisse não teria compradores porque é... caro. Publicação official, bem elaborada, versando assuntos com proficiência, a sua propaganda passa desapercibida, é muito restricta. O *Jornal do Comércio e das Colónias*, tam brilhantemente feito, nunca o grande público o compra, e vêmo-lo apenas em cima dos balcões de commerciantes que o assinam para ver as... cotações. Uma excelente revista que se publica em Lisboa, *Portugal Colonial*, tem-se publicado regularmente há já três anos; pois, há dias percorremos todos os quiosques e tabacarias do Rossio á procura dela e, excepção feita dum casa, ninguem nos soube dar noticia porque a... desconheciam.

Recentemente está-se publicando a expensas officiais o *Mundo Português*, que também não é de grande proveito para a propaganda no grande público, pela sua feição literária — e que tem o defeito de possuir um grupo

de agentes na angariação de anúncios, prejudicando todas as outras publicações de caracter particular — visto ser este meio o principal da sua manutenção — além de se tornar immoral pelas especulações a que pode vir a dar origem.

Os jornais da chamada grande tiragem, êsses, raras vezes abordam as sérias questões ultramarinas, a não ser que dai lhes advenha pecúnia...

Fazendo o balanço, podemos concluir por dizer que o País está ainda no *a b c* da propaganda colonial, longe, muito longe, de possuir jornais, revistas e *magazines* da especialidade, com a devida expansão e á altura não só das necessidades de propaganda mas, também, da nossa categoria de terceira potência colonial do mundo.

A verdade, nua e crua, é esta.

Podemos continuar assim, descurando tam primordial problema para o rejuvenescimento do Império? Impossivel, e o Estado não deverá deixar vegetar este género de cultura se quizer bem servir os interesses da propaganda do Ultramar.

Evidente se torna que o gôsto pelas coisas do Ultramar deve começar a sentir-se desde os bancos da Escola, de qualquer grau que ella seja.

Tem o Estado, porém, tratado devidamente êsse capital problema nos seus programas de Ensino?

E a propaganda do nosso Ultramar, séria, criteriosa, bem orientada e com brilho, propaganda que alicie e que cultive o amor por êsses portuguezissimos rincões de além-mar, é tam necessária como o oxigénio á chama de uma lâmpada...

As Províncias Ultramarinas na Economia de Portugal

No prefácio que escreveu, em 1931, para a obra monumental que é *Le domaine colonial français*, o General Lyautey, colonizador e mestre de administradores coloniais, exortou a França a tomar consciência perfeita das magníficas possibilidades e das vantagens políticas, económicas e sociais da posse do seu grande Império ultramarino.

Ao mesmo tempo que apelou para essa consciência, corajosamente pôs, diante dela, os perigos e as ameaças que correm as nações coloniais que não usam de todos os direitos e não cumprem todas as obrigações que essa super-qualidade lhes atribue.

Assim, naturalmente, lhe caiu do bico da pena uma máxima que é, nas circunstâncias actuais do mundo, uma verdade que não sofre contestação, sendo conjuntamente uma norma fundamental para os povos coloniais.

Disse o criador de Marrocos:

«Assim, e a menos que por *partir pris*, estejamos resolvidos a viver a margem dos problemas políticos e económicos primordiais da época presente, é impossível deixarmos de preocupar-nos com as questões coloniais.»

A verdade francesa, proclamada por um dos grandes construtores da França imperial, resulta, para nós mais clara, mais sugestiva, mais ineludível e mais imperiosa, se tivermos em conta as características especiais da nossa colonização cuja origem é muito diversa da dos povos colonizadores modernos.

Realmente, como notava no último número do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, o Dr. Manoel Peres:

«Inglezes, franceses, holandeses, alemães, italianos e belgas começaram a interessar-se pelas terras de além-mar, há tão pouco tempo, que se lhes pode aplicar o advérbio recentemente.»

«A França e a Inglaterra, com mais de mil anos de nacionalidade, não contam quatro centos de empresas ultramarinas; para elas a obra ultramarina é um simples episódio da sua história. Para Portugal, pelo contrário, a história do Ultramar é a história da Nação. Começou pouco depois da fundação da nacionalidade; é quasi tão antiga como ela. Antes do início da empresa ultramarina, antes da expedição do Mestre de Aviz a Ceuta, pode dizer-se que não há uma história marcadamente portuguesa; há uma história peninsular: guerras entre os reinos cristãos da península e expulsão sistemática dos mouros. Portugal, Castela, Aragão e Navarra, todos fizeram o mesmo e todos o fizeram idênticamente. Onde a política portuguesa se distingue da de todas as outras nações é na preparação da expansão ultramarina, já evidente no tempo de D. Deniz — preocupado com o desenvolvimento da marinha, — e na sua execução posterior.»

Essa expansão ultramarina foi a continuação e o natural complemento da formação da nacionalidade. Prosseguiu acrescentando ao núcleo inicial portugalense as terras da moirama, as da península primeiro, as do norte de África, depois.

«Rei de Portugal e dos Algarves» — e não só do Algarve, — o que considerando o Algarve peninsular, alheio ou pelo menos posterior à iniciação portugalense, implica também a ideia da conquista de todas as terras moiras, mesmo as de além do mar. E assim o mestre de Aviz foi «rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além-mar em África.»

Enquanto a Europa se dividia e dilacerava em intrigas, lutas e guerras, Portugal mantinha-se-lhes estranho, voltado para a continuação do seu esforço inicial, para o alargamento da fé e do império, para a afirmação do seu sentido de universalidade.

Assim se foram integrando sucessivamente e do mesmo modo na Nação portuguesa as terras e as gentes que os descobridores, conquistadores e civilizadores portugueses trouxeram para a posse da coroa, para o convívio da civilização latina e para a comunhão da fé cristã.

Porque a colonização portuguesa — se colonização pode chamar-se-lhe — foi ao mesmo tempo uma obra de expansão política e de expansão religiosa.

Estava reservado aos modernos povos colonizados, — simples beneficiários do esforço português e usurpadores da sua influência política e dos seus territórios, — fazer da colonização uma obra exclusiva e por vezes até baixamente mercantil que, mais tarde, teve de regressar aos princípios portugueses e cristãos da nossa expansão ultramarina para poder legitimar-se perante o mundo, em que a dignidade humana passou a conquistar prerogativas e a ditar leis, em benefício das populações atrasadas, que há muito estavam na nossa tradição política e civilizadora.

Como comparar uma obra em que o descobridor e civilizador empenhou tudo: vidas, fazenda, reli-

gion não sucedeu nunca voltar contra a Europa a energia e a riqueza da sua nova existência. Os portugueses não se misturaram nunca nos negócios da Europa; nunca foram perigosos para ela, não procuraram nunca perturbar-la.»

O testemunho é autorizado e completo e vem do tempo em que alguns estados europeus retribuam a nossa obra oportuna de salvação da Europa e o nosso esforço pacífico de construção latina e cristã fora dela, continuando a despojar-nos dos restos da nossa passada grandeza, restos que, perdido o Império da Índia e independente o império do Brasil, puderam constituir ainda um império, pela extensão mas sobretudo pela solidariedade política que une à Mãe Pátria os territórios portugueses do Ultramar e as raças que os povoam e a que damos, em séculos de elaboração civilizadora de esforços e sacrificios, a consciência fraterna de uma assimilação e de uma colaboração compreensivas e criadoras que, no último século, só a ambição alheia conseguiu, e poucas vezes, perturbar.

Com tal origem e com tais características políticas e morais o Ultramar português é, foi sempre, o prolongamento da terra portugalense e a projecção das virtudes da grei que nela se firmou. Tão português o índio como o preto, como o malio a quem Portugal ensinou a sua língua, deu a sua religião, e conferiu, perante a lei, iguais direitos no que respecta à liberdade individual, a constituição familiar e a vida de relação. Como *naturais de Portugal* considerava o filho de Afonso de Albuquerque os povos da Índia por seu pai submetidos e consagrados ao trabalho pacífico.

Esse cavaleiro Rui Dias, que foi mandado enforcar por Albuquerque, sob arguição de amores com uma cativa moura, não expiaria, mais do que um prejuízo de raça, a falta de respeito pela mulher que não era a sua e que pelo casamento podia vir a sê-lo?

As questões ultramarinas, — mais e melhor do que se dissesse as questões coloniais, são, por tudo isso, para nós portugueses, da nossa própria estrutura nacional.

Entre a Pátria continental e os seus prolongamentos nos outros continentes, para o sentido universalista da lusitanidade, nem o mar conseguiu constituir separação. Menos poderia sê-lo, agora, que as outras nações coloniais procuram estreitar, por todas as formas os laços que prendem as colónias às Metrópoles, solidarizando, cada vez mais os interesses entre elas coordenáveis e que a crise económica tornou complementares.

Há, sem dúvida, entre Portugal e as suas províncias ultramarinas uma solidariedade política perfeita, anterior e superior a todas as que os tratados e as convenções internacionais estabeleceram e a força material possa ter mantido entre outras metrópoles e colónias.

Em que poderão povos colonizadores, muito diferentes e muito mais modernos do que nós, dar-nos lições?

Pretende-se que tomemos as que eles oferecem quanto à organização dos interesses económicos metropolitanos e coloniais?

Mas ainda ao toma-la, a nossa tarefa seria diferente.

Eles estão organizando duas economias recentemente associadas.

Nós temos de organizar uma única: a economia portuguesa daquém e da além-mar que não se fechou nunca à participação da navegação e do comércio de estranhos, senão quando eles esqueceram que eram nossas as terras e portuguesas as gentes com as quais comerciavam e os mares em que exerciam o seu tráfico.

Não lembremos o que nessa matéria foram as explorações e os desastres do século passado. Não distingamos já entre os que à custa da nossa fraqueza moral e política se fizeram colonialmente grandes e os que habilmente exploraram em seu benefício, o desinteresse e a isenção do nosso espírito de cooperação internacional.



gião, tudo, mesmo pouco ou nada utilizando em seu benefício, com a dos que se limitaram a ocupar territórios por outros descobertos e a sujeitar populações que outros pacificaram, sem quererem saber do seu atraso, dos seus costumes anti-humanos da sua selvajaria e do seu horror à civilização ou até contra elas, quando expoliadas e violentadas, usando de repressões que deixaram a perder de vista a selvajaria sertaneja?

No capítulo 2.º do tomo I da sua obra *Des colonies*, publicado há mais de um século, escreveu M. de Pradt, antigo arcebispo de Malines:

«Portugal, quasi desconhecido na Europa, tornou-se um colosso na Ásia: dir-se-ia que ele tinha em reserva, para além da linha, qualidades que lhe faltavam aquém dela e o que há de único e de mais honroso ao mesmo tempo na sua história é que lhe

— Ponhamos de banda toda a capciosa ambição espoliadora que, tácita ou expressamente, reside no fundo das injustiças, das deturpações históricas, das especulações internacionais, dos boatos caluniosos que têm, desde o princípio deste século, visado a nossa obra civilizadora no Ultramar.

Não consideremos, agora, a pobreza de recursos materiais com que temos prosseguido na vasta obra de civilização ultramarina. Não invoquemos o esforço que fez a unidade do Brasil para cujo engrandecimento — penhor da eternidade da raça e da civilização portuguesa, — continuamos a dar uma contribuição étnica desigualável.

Não recordemos, finalmente, sequer, que foi o nosso interesse nacional ultramarino que nos levou a participar na grande guerra, já que a paz podia muito bem vir a ser feita à custa das nossas colônias, se não estivessemos atentos e firmes em Versailles.

Nada disso é preciso para que o problema ultramarino naturalmente implique a própria essência do problema português da hora presente, tanto sob o ponto de vista político como económico, certo como é que a maior parte da população portuguesa vive além-mar, em territórios nossos e extranhos; os territórios portugueses do Ultramar têm uma extensão mais de 20 vezes superior à da Metrópole e pela variedade da sua situação geográfica, dos seus climas, das suas populações e da sua produção, esses territórios tão estreitamente ligados, sob o ponto de vista político, realizam possibilidades enormes para o prosseguimento da expansão pacífica e construtiva dos portugueses e permitem que Portugal continue a sua cooperação tradicional para a paz do mundo e para o progresso humano, pelo enaltecimento da Europa, da raça latina e da lusitanidade.

Essa obra requer, porém, acima de tudo, neste ciclo de crise aguda e arruinante e de esforços desesperados de todos os povos para a conquista da sua autarquia económica, que à unidade política da Nação continental e ultramarina, corresponda um esforço inteligente, amplo e conjugado para a organização racional da produção, da distribuição e do consumo, em todo o mercado português da Europa e do Ultramar.

Esse mercado define-se pela população dos territórios que o integram, pelas aptidões geo-económicas desses territórios e pela posição geográfica excepcional que alguns deles têm nos grandes rumos do comércio mundial.

Nos 2.172.562 quilómetros quadrados que são a área da nação portuguesa na Europa, na África, na Ásia e na Oceania, vivem 14.534.034 habitantes. Não são eles toda a população portuguesa pois, fora do seu território, tem Portugal bastante mais de um milhão de expatriados da Metrópole na sua grande maioria, que vivem no Brasil, nas outras Américas, do Norte e do Sul, na União Sul Africana, no Congo Belga, na Índia Inglesa, na Espanha e na França mais especialmente.

As necessidades e a capacidade de produção, de consumo e de aquisição dos habitantes do território português são muito diversos. So os núcleos populacionais dos centros mais importantes do Ultramar — e esses mesmos de reduzido número, — podem atribuir-se necessidades e aptidões idênticas à da população da Metrópole e ilhas que é, pelo último censo, de 6.825.883 indivíduos.

A restante população — e é a maior parte — tem condições de produção e consumo muito mais restritas. E tendo a população da Metrópole uma economia simples, não exagere classificar de rudimentar a das populações ultramarinas.

Na realidade se a terra da Metrópole oferece condições razoáveis, não podia dizer-se que mesmo essas tenham sido já bastante aproveitadas. Não o foram também ainda todas as outras possibilidades que uma população relativamente densa poderia facultar.

E assim a Metrópole exporta mão de obra, produtos agrícolas, matérias primas de outra origem e mercadorias de fácil ou rudimentar industrialização. Indústrias propriamente ditas na Metrópole trabalham quasi exclusivamente para o mercado português daqui e além-mar, pois, para o estrangeiro além das conservas, de alguns artigos de cortiça e dos bordados só vão da Metrópole matérias primas: cortiças, minérios, resinas, e géneros alimentares: vinhos, azeite e frutos.

Grande parte das matérias primas consumidas na Metrópole, muitas das manufacturas, géneros alimentares e maquinaria paga-os a Metrópole ao estrangeiro já que tem de considerar-se reduzida, mesmo em relação às matérias primas e substâncias que elle produz em abundância, a participação do Ultramar no abastecimento da Metrópole.

O Ultramar recebe da Metrópole vinhos, azeite e outros produtos alimentares, tecidos de algodão, matérias de construção e algumas manufacturas.

Do estrangeiro lhe vão maquinaria e materiais para o seu aparelhamento económico, alguns produtos alimentares, tecidos e manufacturas.

Por sua vez, as províncias ultramarinas vendem a

Metrópole matérias primas e substâncias e umas às outras produtos alimentares, sendo certo que o mercado interno só uma parte mínima de produção delas tem colocação garantida, o que as coloca na dependência dos mercados estrangeiros, dos contíguos, em primeiro lugar, e dos grandes mercados consumidores europeus, depois. Para os países contíguos exportam também as províncias ultramarinas mão de obra que como a emigrada da Metrópole bem podia e bem carecia de ser empregada no aproveitamento de terra portuguesa e de riqueza nossa.

Esta rápida indicação basta para se fazer ideia das condições geo-agrológicas dos territórios portugueses e das possibilidades de produção e de consumo da população que a habite, — da sua economia portanto. A definição completa-se, se se disser que o extenso litoral e os magníficos portos, de que esses territórios dispõem lhes atribui posições singulares, pelo que se refere ao comércio de trânsito de algumas zonas estrangeiras de importante produção e consumo.

O caso do Lobito em relação ao Congo Belga; o de Lourenço Marques e Beira, em relação à União Sul Africana e às Rodézias; o de Macau e mais especialmente o de Mormugão em relação ao trânsito na Índia.

Sem aludir ao que em território português se produz e é consumido, — e seria difícil referir-lo pois só na Metrópole há estatísticas cuidadas de produção, — importa conhecer a extensão e capacidade do mercado nacional daqui e além-mar, medidas as suas trocas por valores estáveis que permitam noção exacta delas.

No quinquênio 1927-1931 (e não se pode actualisar mais por falta de estatísticas ultramarinas), — sujeitos os números a rectificações que, em devido tempo e lugar próprio se indicaram, — o valor médio anual do comércio especial do Portugal metropolitano e ultramarino foi de 203.727 contos-ouro. Nesse total as trocas da Metrópole e do Ultramar com o estrangeiro figuraram com 190.151 contos-ouro ou sejam 93,35 % do total, reduzindo-se as trocas entre a Metrópole e o Ultramar a 5,98 % e as trocas das províncias ultramarinas entre si a 0,67 %.

Dos 190.151 contos-ouro que exprimem o valor das trocas do Portugal continental e ultramarino com o estrangeiro couberam à Metrópole 125.034 contos-ouro e ao Ultramar 65.117 contos-ouro. Quere isto dizer que o valor médio anual do comércio especial do Ultramar no quinquênio 1927-1931 representou um pouco mais de 30 % do comércio especial da Metrópole.

As importações do estrangeiro foram, em média anual, no período referido: na Metrópole: 91.377 contos-ouro; e no Ultramar: 40.951 contos-ouro, o que significa que o valor das importações do estrangeiro para o consumo no Ultramar é apenas 44,8 % do das mesmas importações na Metrópole.

Quanto às exportações para o estrangeiro o valor médio anual das da Metrópole foi, no período estudado, de 33.656 contos-ouro enquanto que as do Ultramar somaram 24.165 contos-ouro ou 71,7 % do valor das da Metrópole.

O valor médio anual do deficit do balanço comércio especial do Portugal daqui e além-mar com o estrangeiro, foi de 74.507 contos-ouro. Confrontado esse valor com o valor médio anual no quinquênio de todo o comércio especial do território português vê-se que equivale a 36,6 %. Se o confronto for com o valor médio anual das importações do estrangeiro para consumo, no mesmo território, atinge 56,3 %. Se for com o das exportações metropolitanas e ultramarinas para o estrangeiro, no mesmo período, elevar-se-há a 120 %.

Como se distribui esse deficit? 77,4 % cabem à Metrópole e só 22,6 % ao Ultramar.

Depreende-se de tudo isto que estamos muito longe de produzir em território português o necessário para a população que o habita e que o valor do excesso da actual produção portuguesa sobre o consumo, mal chega para pagar ao estrangeiro metade do que somos forçados a comprar-lhe. Dispensamo-nos de salientar a gravidade da situação que se accentua tendo-se em conta a repartição entre a Metrópole e o Ultramar do deficit do balanço do comércio especial com o estrangeiro.

E que tudo indica ser mais fácil aumentar a produção e exportação do Ultramar e regular o seu consumo, do que restringir o consumo da Metrópole e aumentar a sua exportação.

Examinemos agora as trocas do comércio especial entre a Metrópole e o Ultramar e o comércio especial inter-ultramarino no quinquênio 1928-1932.

A Metrópole vendeu ao Ultramar, segundo as suas estatísticas, em média anual, 4.472 contos-ouro e comprou-lhe 7.986 contos-ouro. No comércio especial da Metrópole esses números equivalem a 11,61 % do valor médio das exportações e a 8,6 % do valor médio das importações para consumo.

No comércio especial do Ultramar e segundo as estatísticas deste, a participação da Metrópole nas importações para consumo no quinquênio 1927-1931 foi de 14,81 % e nas exportações (incluindo as que a Metrópole depois reexportou para o estrangeiro) foi de 26,13 %.

O valor médio anual no mesmo quinquênio do comércio especial entre as províncias ultramarinas foi de 1.335 contos-ouro: 805 de importações para consumo e 530 de exportações.

O valor do comércio especial entre a Metrópole e o Ultramar e o das províncias ultramarinas entre si tem, assim, uma significação restritíssima.

Acresce que as províncias do Oriente cujo comércio especial é importante pode dizer-se que não têm relações comerciais com a Metrópole e que as não têm com as outras províncias ultramarinas, havendo, pois, nas possibilidades que o mercado português além mar oferece à produção metropolitana que desconta o consumo das nossas províncias orientais, enquanto continuarem privadas de comunicações marítimas portuguesas com a Metrópole e com as províncias de África e mesmo entre si.

Em tais condições o que importa principalmente considerar, quando da natureza das trocas entre a Metrópole e o Ultramar se trate e se examine a capacidade de as desenvolver, é o Ultramar africano que, no comércio especial com a Metrópole, participa em 99,3 %.

Vejamos em primeiro lugar a importação para consumo na Metrópole de algumas matérias primas que as províncias africanas produzem e exportam:

No ano de 1931 a Metrópole importou do estrangeiro para consumo: 27.680 toneladas de algodão em rama, amido, borracha e similares, cera, couros e peles em bruto, marfim, óleo de palma, sementes oleaginosas, sisal e tabaco em folha. Das províncias africanas importou no mesmo ano 37.565 toneladas dessas matérias primas.

Mas confrontadas as quantidades importadas do Ultramar na Metrópole com o total das exportadas por elle, verifica-se que, com excepção do algodão, dos couros e do tabaco, cuja exportação total do Ultramar foi inferior a importação total na Metrópole respectivamente em 12.848,442 e 2.603 toneladas, de todas as demais matérias primas citadas houve, na exportação do Ultramar, um excesso de 62.057 toneladas.

De um dos quadros que organizei para informação da tese, que apresentei ao I Congresso da Indústria Portuguesa sobre o Ultramar como fornecedor e cliente das indústrias metropolitanas decorre que o Ultramar comprou ainda ao estrangeiro em 1931 de produtos que a indústria metropolitana podia fornecer: 100 toneladas de águas minerais; 80 de lachas e biscoitos; 100 000 pares de calçado; 943.830 litros de cerveja; 83.561 chapéus; 18.998 toneladas de cimento; 162 toneladas de fósforos; 363 toneladas de ferramentas para artes e officios, agricultura e jardinagem; 213 toneladas de louças de barro e porcelana; 277 toneladas de manteiga; 77 toneladas de papel de escrever; 30 toneladas de perfumarias; 677 de pregadura; 87 de queijo; 138 de sabão; 39 de sabonetes; 3.138 de sacos; 2.994 de tecidos de algodão; 740 de tintas em pó e preparados e vernizes; 81 de velas para iluminação e 649 de vidraça e vidro em obra.

Não seriam precisos mais números, parece-me, para se vêr a importância do mercado ultramarino na economia geral da Nação. Citarei, contudo, mais alguns:

Em 1932 a Metrópole comprou ao Ultramar 97.939 toneladas de açúcar, café, peles, sementes oleaginosas, algodão e arroz tendo comprado ainda ao estrangeiro 66.957 toneladas dos mesmos produtos.

Em 1933 as importações desses produtos do Ultramar subiram a 106.000 toneladas e as do estrangeiro desceram para 60.317 toneladas.

Andou a roda de 200 000 hectolitros o vinho português que o Ultramar consumiu, em 1933. De tecidos de algodão exportou a Metrópole para o Ultramar, no último ano, 2.609 toneladas, no valor aproximado de 50 000 contos-papel.

E apesar de a crise económica mundial cuja repercussão nas actividades ultramarinas foi de verdadeira ruína, pela baixa súbita e brutal de preços, têm elas continuado e ampliado o seu esforço de modo considerável. Registemos que Angola, em 1933, quasi decuplicou, em relação ao ano anterior, o saldo positivo do seu balanço de comércio, tendo aumentado a sua exportação de cerca de 42.000 toneladas de produtos; 1.000 cabeças de gado e 225 000 quilates de diamantes.

Não são, porém, somente os interesses comerciais propriamente ditos e antes expressos, que definem a importância das províncias ultramarinas na economia geral da Nação. As inter-dependências da economia ultramarina e metropolitana são muito mais vastas e complexas do que as trocas entre ambas denunciam.

Sem o Ultramar como viveriam a viticultura e a oleicultura metropolitanas? E as nossas indústrias, — grande número delas como as de tecidos de algodão, calçado e chapéus, — como poderiam prescindir do consumo, mesmo reduzido como é actualmente, do Ultramar, assim interessando directamente a alguns dos mais importantes sectores do trabalho metropolitanos?

Vamos porém, mais longe: Há nas províncias portuguesas de Alem-Mar 60.000 portugueses brancos dos da Metrópole. Como viveriam eles? E as dezenas de milhar de outros portugueses que eles

sustentam? Não paga o Ultramar aos seus funcionários, o maior número evidentemente da Metrópole?

A 620.000 contos se elevaram as despesas públicas feitas pelo Ultramar em 1933-1934, com recursos próprios e contas equilibradas.

O orçamento de todas as despesas da Metrópole feitas com as províncias ultramarinas, no mesmo ano, não passou de 28.000 contos, isto é, 4,4% das despesas próprias do Ultramar.

Devem, é certo, as províncias ultramarinas ao tesouro metropolitano (e Angola também a uma empresa concessionária do Estado) uns 8 a 9 milhões de libras de empréstimos de que pagam juros embora pequenos e cuja amortização têm de fazer. Mas como o sr. Vicente Ferreira escreveu: «Trata-se, portanto, de uma vulgar colocação de capitais, como a pôde fazer qualquer agiota ou modesto capitalista. Mas o principal lucro da operação é indirecto».

Realmente que recursos materiais não colhe a Metrópole, não colhe o Estado da existência do Ultramar?!

Começemos pela marinha mercante:

A que temos de longo curso, pôde dizer-se, que com excepção da que serve o tráfego insular, explora exclusivamente o tráfego africano. Mesmo as chamadas carreiras do Norte da Europa que chegaram a mobilizar anualmente, como em 1932, mais de 500.000 toneladas de frete tiveram por base o tráfego de extensão colonial, embora fosse o bonus paulo o seu outro e fundamental sustentáculo.

Dois grandes empresas de navegação vivem do tráfego africano. Cerca de 300.000 toneladas transportam elas anualmente de e para o Ultramar. Em 1933 tiveram mais de um milhão de libras de receita bruta, por elas percebida em regime de exclusivo de bandeira, perfeitamente justificado sob o ponto de vista político mas também no de monopólio mercantil a que, pela melhoria constante dos serviços é preciso buscar justificação económica completa.

E que pessoal de escritório, embarcado, de oficinas e de carga e descarga, representam essas companhias?

São 3 a 6.000 pessoas que vivem a expensas delas. E há que notar que a favor dessas companhias e do Porto de Lisboa exclusivamente suportam as províncias ultramarinas uma redução de 20% nos direitos alfandegários das mercadorias que venham nacionalizar ao porto de Lisboa.

Como suportam o agravamento dos direitos pautais sobre os tecidos de algodão estrangeiro, em parte para benefício da navegação nacional, a que procurou assegurar-se o frete do algodão em rama ultramarino que antes procurava mercados estrangeiros.

Quanto recebem de prémios de seguros dos navios e das mercadorias ultramarinas, as companhias metropolitanas?

A quanto montam as receitas alfandegárias pagas na Metrópole pelos produtos do Ultramar importados e pela exportação dos produtos que ao seu consumo se destinam?

E onde ficam os lucros de reexportação para o estrangeiro dos géneros ultramarinos e os da reexportação das mercadorias estrangeiras para o Ultramar?

O que representa o Ultramar nos portos portugueses e especialmente no porto de Lisboa?

Vimos já o movimento de mercadorias no intercâmbio da Metrópole com o Ultramar: à roda de 300.000 toneladas anualmente.

Nos 25 milhões de toneladas de arqueação de navios de propulsão mecânica entrados em 1923 nos portos portugueses do continente e ilhas quasi 1/6 é de navegação portuguesa. Será demais atribuir 2/3 desse movimento ao serviço do tráfico ultramarino?

Nos 12.725.699 toneladas brutas de arqueação dos navios que entraram no porto de Lisboa, em 1933, 1.307.126 foi de navios portugueses, sendo 1.111.244 de navios de longo curso, a maior parte empregados nos serviços ultramarinos. Esses navios de longo curso tinham uma tripulação de 16.830 indivíduos.

Nos entrepostos do porto de Lisboa entraram, em 1933, provenientes do Ultramar umas 103.000 toneladas de mercadorias e nos cais livres 68.715. Das primeiras foram expedidas para o estrangeiro 16.000 toneladas.

Embarcaram e desembarcaram em 1933, em navios nacionais, no porto de Lisboa, 15.000 passageiros, cuja maior parte proveio ou se destinou à África Portuguesa, sendo de notar que muitos portugueses embarcados ou desembarcados de navios estrangeiros vieram ou foram para o Ultramar.

Que movimento deu o Ultramar aos correios e aos telégrafos, com e sem fios da Metrópole?

Receberam-se do Ultramar, em 1931, 2.258.746 unidades de correspondência postal: cartas, bilhetes

postais, jornais, impressos, amostras, etc., e para lá se expediram 2.404.919 unidades. De correspondência sujeita a cobrança expediram-se para o Ultramar 12.925 unidades.

Encomendas postais receberam-se do Ultramar 3.066 e expediram-se para o Ultramar 54.039. Passaram em trânsito do estrangeiro para o Ultramar 13.814 e do Ultramar para o estrangeiro 1.365.

Vales do correio emitiram-se para o Ultramar 483; telegráficos 11 e legalizaram-se 43.423 do correio e 237 telegráficos.

Telegramas transmitiram-se, em 1933, para o Ultramar 13.530 e receberam-se 23.339.

Radiogramas no mesmo ano transmitiu a Marconi para Angola, Cabo Verde e Moçambique 23.236 e dessas províncias recebeu 42.919.

Os números citados bastam para se fazer uma ideia da participação que o Ultramar tem no movimento dos Correios e Telégrafos da Metrópole, nas suas receitas e portanto na sustentação do seu numero pessoal.

Não é apenas nesses sectores da vida e actividade metropolitanas e nos dos transportes terrestres cujo movimento as mercadorias de e para o Ultramar reforçam, que se projecta directamente a actividade ultramarina.

Dois bancos exploram a indústria da emissão e do crédito no Ultramar.

Apesar da crise que o assoberba e a que o Estado teve de acudir, o Banco Ultramarino ainda em 1929 teve lucros brutos globais de 87.777 contos que, pagos todos os encargos, ficaram em 19.530 contos, dos quais o Estado recebeu 5.484 contos e os obrigacionistas e accionistas 13.128 contos.

Explorava é certo esse banco negócios na Metrópole, no Brasil, na Inglaterra e na França. Mas não foram eles que lhe deram os lucros. Os lucros foi busca-los ao Ultramar, na sua grande maioria.

E só na sede o Ultramarino sustenta, ainda hoje, uns 400 empregados a que há que acrescentar mais 500 em toda a Metrópole, além de 300 no Ultramar, 250 no Brasil e alguns em Paris e Londres nos bancos em que tem larga participação.

O Banco de Angola, apesar da crise tremenda que tem assoberbado a provincia, teve, no exercício de 1933, 16.599 contos de lucros brutos com que pagou na sede 2.518 contos de despesas gerais, 170 contos de contribuições, 92 de amortizações, 214 para a Caixa de Reformas; e nas dependências 9.025 contos de encargos, tendo um saldo positivo de 4.572 contos.

O Banco de Angola tem na sede, em Lisboa, 85 empregados, 1/3 dos que tem nas suas dependências de Africa.

Não é fácil averiguar o pessoal empregado nas empresas coloniais com sede, agências ou dependências na Metrópole. Mas sendo elas algumas dezenas, não é de extranhar que esse pessoal suba a centenas de indivíduos, vindo, pelas famílias que sustentam, a somar mais alguns milhares de pessoas

directamente dependentes da actividade ultramarina.

Muitos outros elementos poderiam invocar-se e usar-se na demonstração de que se o Ultramar é para Portugal uma razão de ser politica, os interesses actuais que d'elle derivam são já de tal modo importantes que a economia metropolitana não poderia dispensa-los, sem prejuizo essencial.

Mas esses interesses encontram possibilidades ilimitadas de desenvolvimento e expansão.

Viu-se como podem aumentar-se os negócios comerciais entre a Metrópole e o Ultramar, reduzindo muito o desanimador deficit do balanço de comércio especial com o estrangeiro: Compras de matérias primas e substâncias pela Metrópole ao Ultramar que podem quasi duplicar e em curto prazo; compras de artefactos pelo Ultramar à Metrópole que tem ainda largo campo a conquistar aos fornecedores estrangeiros.

Um tal esforço estimulando e intensificando a actividade geral portuguesa, concorrendo para o enaltecimento do interesse politico e económico nacional, pelo aumento das trocas entre o aquém e o além mar, desenvolveria extraordinariamente a navegação e todas as comunicações que os servem, activaria a vida das empresas ultramarinas e facilitaria a deslocação para o Ultramar, e a fixação nelle do excesso de população metropolitana que, até agora, tem tido de procurar terra que, nem por acolhedora, amiga e até fraterna, deixa de ser alheia.

Há que trabalhar por elevar as terras e populações do Ultramar ao grau de progresso e civilização da Metrópole. Isso implicará o aumento da sua produção e do seu consumo e consequente aumento da actividade produtora e consumidora metropolitanas. Isso importará a prosperidade económica e promoverá o aumento do prestígio politico da Nação.

Um Ultramar cada vez mais aproveitado, organizado e progressivo oferecerá as actividades metropolitanas, possibilidades enormes.

Mas para que o possa ser, necessário é que a Metrópole o queira, com consciencia do seu dever de contribuir para isso e do seu interesse de tal beneficiar.

Um programa de conjunto em que se considerem em pé de igualdade as actividades portuguesas daquém e d'além mar, para as pôr a cooperar estreitamente no desafio económico e no engrandecimento politico comuns, impõe-se cada vez mais. O problema do inter-câmbio comercial entre a Metrópole e as províncias ultramarinas é um capitulo apenas desse programa que, para se effectivar com êxito, impõe o exame, em todos os seus aspectos, do problema das relações luso-ultramarinas cuja solução o condiciona.

Para a Metrópole poder reivindicar para a sua produção, sem prejuizo do consumidor, os mercados ultramarinos, tem de começar por procurar assegurar as províncias d'Além Mar, não só o consumo

Um aspecto de aldeamento Bijagós na Exposição do Porto



actual das suas matérias primas mas o desenvolvimento, melhoria e embarcamento da sua produção. Há que criar ao produtor e consumidor ultramarino necessidades materiais e morais crescentes, mas procurando facultar-lhes recursos para as satisfazer.

Esses recursos provirão das condições de concorrência com a produção dos outros países, que se lhes forem criando.

E bem complexas são elas e de muitos factores dependem. Sem aumentar e muito a população branca e indígena no Ultramar; sem as orientar, defender e proteger a ambas de todas as hostilidades do meio; sem lhes assegurar instrução e assistência profissional e financeira; sem, pela melhoria do aparelhamento económico, lhes facilitar e embarcear a produção e a circulação dos produtos; sem lhes dar patentes que sejam auxiliares do trabalho, em vez de, como até agora, máquinas exclusivamente fiscais; sem marinha mercante que corresponda aos deveres de soberania e seja um instrumento propulsor da actividade ultramarina em vez de ser, como tem sido, mero e oneroso beneficiário dela; sem que se organize e regularize financeiramente o intercâmbio comercial facilitando e garantindo as transferências; e sem que finalmente a produção ultramarina possa ter à entrada na Metrópole o tratamento de nacional que lhe é devido, não se pense em que a capacidade de produção e consumo do Ultramar não de tender para o nível a que chegaram os da Metrópole que carece também e muito de ser ainda elevado.

Para que a participação do Ultramar na economia nacional se amplie ao que deve ser, necessário é dar a toda a nação consciência da sua unidade política e da obrigação de trabalhar quanto possa, para a sua autonomia económica.

Essa consciência presuppõe uma mentalidade generalizada quanto possível a todos os cidadãos para que Nação e Estado não distingam entre territórios e populações portuguesas da quem e além mar, senão para o efeito de adaptação das leis conforme as condições do meio, o grau de civilização, os usos e costumes e o nível moral e cívico de que tem de se cumprir. Só assim, promovendo e fortalecendo uma perfeita solidariedade de política, moral e económica entre os portugueses da quem e além mar se coordenariam e integrariam as suas actividades para o alto e superior objectivo de prosperidade comum que tem de ser o ideal colectivo da hora presente.

Para o atingir é indispensável que o Estado, pela finalidade dos Poderes públicos e pela sua acção de organização, direcção e defesa da colectividade; que as actividades particulares, pelas suas instituições dirigentes e que todos os cidadãos, aptos pelo seu estudo e conhecimento directo do Ultramar a devotarem-se ao apostolado da valorização das terras e enaltecimento das gentes que o integram, prossigam na obra verdadeiramente nacional de revelação, propagação, e de ilicitação das questões ultramarinas dando a produtores e consumidores, — nessa qualidade, — a noção exacta do que são actualmente já e do que podem vir a ser, em um próximo futuro, para as necessidades e para os interesses nacionais, as terras portuguesas além mar.

Ou essa noção se integra em todos os sectores e em todos os fins da actividade nacional ou nós não correspondemos ao dever que a génese e a evolução política do Ultramar nos impõem e que é também o nosso fundamental interesse económico, presente e futuro.

O cumprimento dêsse dever tem, por isso, de ser a religião cívica de quantos, para além das coisas mínimas e mesquinhas que conseguem às vezes dar aos homens, — pelo muito que lhes limitam o objectivo social, — a impressão de que são alguma coisa, sabem visionar os objectivos nobres e belos para que rumam as verdadeiras aspirações nacionais do progresso material e do prestígio moral e político da greei e perante as quais os homens, mesmo os grandes homens, não-deo afinal reconhecer que são muitíssimo pouco.

¿ Um «tipo» único de Colono? Não existe. Tanto como não existe um tipo único de escritor ou de padre ou de soldado.

Há centos, há milhares. Aquele que negocia em café ou em gado ou em algodão, na Nova Caledónia, é também diferente daquele que negocia em borracha na Cochinchina, como um norueguês é diferente de um chinês.

E aquele que corta lenha no Gabão ou na Costa de Marfim parece-se tanto com um vinhateiro de Argélia, como um braman indio se parece com um cura da Bretanha.

PIERRE MILLE.

Do Passado e Presente Colonial

(Continuação da pag. 4)

ciás a liberdade dêsse Mar, e a segurança das nossas comunicações Ultramarinas, poderá levar-se à prática sem receios, em Portugal e seus Domínios, o grande sistema de Agricultura, Indústria, Comércio e Navegação, cujo vasto desenvolvimento é nosso objectivo nacional.

Evidentemente, as relações e conhecimentos, pessoais e locais, dos portugueses estabelecidos, em vários pontos do Globo, constituem, desde logo, portas abertas e officiosas agências, que muito podem facilitar a nossa expansão mundial. Verdadeiros pontos de apoio de uma obra de paz, eminentemente apropriados para fundar, encaminhar, e sustentar, as correntes comerciais e marítimas.

E, já por virtude de modernas emigrações, em busca da fortuna, — já como resultado da nossa aventureira vida anterior, de descobridores e conquistadores, — muita alma de ascendência portuguesa se encontra plantada por todos os hemisférios, fóra do território português propriamente dito: — quer na margem ocidental do Atlântico, — Brasil, Guiana Inglesa, e Estados Unidos da América do Norte, — quer no Pacífico, — Califórnia e Ilhas de Hawai ou Sandwich, — quer no Extremo Oriente, — Changai e Hong-Kong, Bombaim, Calcutá e Malaca, — etc., etc.

Verifica-se, pois, que temos auxiliares naturais em todas as partes do mundo, prontos muitos deles, — estamos seguros disso, — a demonstrar praticamente o seu arvor por esta pequena orla do Atlântico-Norte, cume da cabeça da Europa toda, de onde saíram os seus avós, próximos ou remotos, e estão de pé, ainda, os templos, os monumentos, e os arquivos, que consagram as origens ilustres da sua própria genealogia.

A' sombra dêsses bons entendimentos, torna-se possível, evidentemente insinuar e irradiar, em largas proporções, o trato mercantil, e a influência económica, e dar vida, por conseguinte, a uma grande navegação que os sirva.

Por outro lado o todo económico do Império Português, no seu conjunto, é susceptível de importantes acréscimos demográficos e produtores, e, implicitamente, bancários, mercantis, e marítimos. Senhores da Navegação e do Comércio, da Ethiópia, Arábia, Pérsia e China, — com carta e patentes de antigas eras, — porque é que não havemos de actualizar título tão soberbo, em harmonia com as circunstâncias do presente, — convencidos, demais, como todos estamos, Aquém e Além-Mar, de que a grandesa e o prestígio, da nossa Pátria Comum, se fundam, agora como no passado, e pelas mesmas razões, na expansão marítima e Ultramarina em ligação com a economia da Metrópole?

Estas perspectivas que, muito ao correr da pena, estivemos aqui desenrolando, podem, talvez figurar-se a atavismo sebastianistas, ou devaneios de imperialismo sonhador, mais do que objectivos susceptíveis de realização efectiva.

Mas convém, no entretanto, recordar-nos

de que muito maior razão teriam os nossos antepassados se, no alvorecer do século xv, supozessem conto fantasioso das mil e uma noites, o dobramento do Cabo da Boa Esperança, a dominação da Índia, — Socotrá, Ormuz, Gôa e Malaca, — e mais avante, China e Japão, Sumatra, Java, e Molucas, — tributos e vitórias, — Impérios e Cristianidades — especiaria ardente, e jóias finas, — pérolas e ouro, rubis e diamantes. E, contudo, o sonho tornou-se realidade indiscutível, cuja fama retumbante impôs, o Portugal dessa época, ao respeito, e à admiração do mundo inteiro.

Bem sabemos que tudo isto implica, e requiere, novos conceitos de vida, particular e pública, — do prosseguimento dos quais conceitos poderíamos acaso duvidar aqueles que, ainda há poucos anos, conheceram e viram os portugueses degladiando-se, e consumindo o tempo e as energias, na pugna estéril e ingloria, do politiquismo sectário e truculento.

E', todavia facto constatado pela experiência, na História portuguesa, que, em cada vicissitude critica, em cada iminência de naufragio, quando parece que a Nacionalidade vai a pique, nas vagas do temporal desfeito, — desperta a consciência nacional, e o patrio-



tismo, e o valor dos seus filhos, salva a nau, prestes a submergir-se. Assim succedeu, por exemplo, em 1383, em 1640, e em 1807.

E a história repete-se. Governada desde 1834 por oligarquias partidárias, monárquicas ou republicanas, sob o ambiente desmoralizador de eleições corrompidas, e de favoritismos a benefício de interesses particulares, — a Pátria Portuguesa decaiu.

E a massa popular, vendo ao alto os gôsos egoístas duma sociedade burguesa, sem a chama viva dos ardores patrióticos, sem o poder comunicativo dos civismos entusiásticos, — perdeu a crença em tudo, e tornou-se apática, fatalista e indiferente.

Longe ficavam, sem dúvida, os tempos de Aviz. Esses tempos em que, — por haver ideais positivos, — fé e ciência a guiá-los, — mando consciente, e virtudes fortes, a servi-los, — os Portugueses venceram ondas e perigos, dominaram terras e mares, difundiram leis e ensinamentos, e edificaram, emfim, cidades e fortalezas, civilizações e Impérios, como a Índia e o Brasil.

Esses tempos em que Portugal, numa palavra, tinha assento nos conselhos do Velho Mundo como Potência de 1.^o ordem.

Duro contraste com o Presente, que, todavia, bem se explica: Gases deletérios, de filosofia abstracta e mystificadora, invadiram, nomeadamente desde o século xix, o nosso riquíssimo património de conquistas morais e materiais, e penetrando as instituições, as ideias, e os costumes, conduziram o País, por degraus sucessivos, até às condições de perdição, e dissolvença social e política.

A situação da Província de Cabo Verde aufere presentemente aspectos especiais que responsabilizam a administração por uma obra.

Cabo Verde foi sempre uma província ultramarina em que a importação sobrelevou a exportação, sem que este facto significasse balança de pagamentos externos deficitária, pois, até hoje, tem vivido dos próprios recursos, consentindo até que as contas de exercício das suas gestões financeiras apresentem, no seu encerramento, quantiosos saldos.

A balança comercial, em face dos valores de importações e exportações, nos últimos três anos, com exclusão do carvão de pedra e dos óleos combustíveis, mostra-se no seguinte quadro:

Anos	Importação	Exportação
1931.....	28.779.284,533	2.317.135,900
1932.....	33.729.812,551	2.724.375,550
1933.....	21.313.524,550	2.006.211,553

O desnível que este quadro salienta sempre se verificou, como se comprova com este outro quadro relativo aos anos de 1909 a 1911:

Anos	Importação	Exportação
1909.....	115.558,82,3	235.803,88,1
1910.....	2.053.302,11,5	519.007,26,2
1911.....	1.074.510,56,3	201.020,51,7

A fragilíssima posição comercial da Província vem sendo robustecida por recursos económicos especiais, entre os quais se devem destacar:

a) As receitas do tráfego do Porto Grande de S. Vicente;

b) A comparticipação da Província no rendimento das taxas terminais dos cabos submarinos;

c) As remessas de mesadas e capitais feitas pelos emigrantes, especialmente da América do Norte.

Para se aquilatar do volume desta forma consignada a economia do arquipélago, é curioso atentar no volume das receitas do carvão e óleos importados para o reabastecimento da navegação transatlântica no Porto Grande de S. Vicente:

Anos	Carvão	Óleos	Total	Porcentagem no total da receita das alfândegas
1931	686.185,221	632.639,216	1.318.824,437	25,35
1932	426.435,506	1.343.305,241	1.770.050,747	20,75
1933	381.239,550	1.010.499,779	1.400.659,329	19,02

Verifica-se que a percentagem das receitas de carvão e óleo vem diminuindo, o que tem explicação na diminuição do tráfego do Porto Grande. Esta circunstância reflecte ainda na vida da cidade de S. Vicente ásperas contingências de desemprego de populações e decréscimo de movimento comercial.

Quanto à comparticipação que cabe à Província pelo rendimento das taxas de trânsito dos telegramas transmitidos pelos cabos sub-



Entrada do Campo Experimental de Culturas Trindade a cinco quilómetros da Cidade da Praia - Santiago de Cabo Verde

CABO VERDE

marinos, a arrecadação feita nos últimos anos económicos apresenta os seguintes números:

1929-30	6.043.616,87
1930-31	5.805.544,82
1931-32	6.531.274,35

Embora este rendimento não indicie na sua evolução anual qualquer tendência de decréscimo rápido, o que é certo é que as Companhias participantes repetidas vezes têm levado até o Ministério das Colonias o aviso de que a situação do seu tráfego não permite o encargo que aquela receita estadual lhes acarreta.

Paralelamente, as difíceis condições de trabalho na América do Norte e demais países para onde os caboverdeanos vinham emigrando, vieram recrudescer todo o conjunto ameaçador que se vem desenhando.

E' curioso focar o que as estimativas feitas indicam como sendo a diminuição da remessa de mesadas e capitais dos emigrantes em relação aos Estados Unidos da América, que é afinal o país para onde aportaram os maiores contingentes:

Em 1927	1.560.000 dólares
Em 1928	1.250.000 "
Em 1929	1.070.000 "



Machado Saldanha

tudo levando a crêr que em 1933 a entrada de dólares tenha descido para 250.000. A agravar esta diminuição ainda vem a desvalorização cambial que afectou o dólar.

A tornar mais incisivo o panorama económico já descrito, ainda se referem outras notas, tais como:

O tráfego do Porto Grande de S. Vicente:

1929.....	1.363	embarcações
1930.....	954	
1931.....	850	
1932.....	728	
1933.....	586	

e, sob o ponto de vista social, a inconstância do reabastecimento a aumentar em relação a embarcações a óleo, quando é certo que o serviço de cargas de carvão é o que ocupa braços.

Anos	Embarcações	
	que tomaram carvão	que tomaram óleo
1930-31.....	564	118
1931-32.....	436	231
1932-33.....	250	241

E também, mórmente para uma província ultramarina com condições difíceis de ocupação e trabalho, o aspecto crítico da diminuição da emigração, causada pela política de defesa adoptada pelos países, que se verifica no seguinte quadro do movimento de emigração:

Destinos	Anos		
	1910	1920	1930
Argentina	71	157	93
Brasil	14	126	14
América do Norte	1.054	1.467	63
Guiné	283	519	3
Senegal	88	103	263
Outros destinos	150	164	37
Soma	1.660	2.536	473

As compensações indicadas que corrigiam o desequilíbrio da balança comercial já indicada, apresentam, como se expoz, uma posição precária que fazia admitir como certa, num futuro próximo, uma difícil vida económica a província.

A Administração de Cabo Verde houve que encarar o problema e o actual Governador, o capitão Amadeu Gomes de Figueiredo, considerou como fulcro de toda a sua gestão o apetrechamento económico de Cabo Verde.

E' a indicação da obra que se está realizando, as considerações que a justificam e os objectivos que se determinam, que neste ligeiro estudo se pretende apresentar.

O plano do apetrechamento económico do arquipélago apresentado pelo capitão Amadeu de Figueiredo, curou de todo o conjunto do problema e obteve do actual governo a assistência financeira necessária para a efectivação das principais obras.

Essas obras podem-se dividir em:

- I — Estradas e portos de fomento;
- II — Hidráulica agrícola;
- III — Granjas e campos experimentais e de culturas.

DO RISO E DA IRONIA NA RAÇA PRETA

POR PINTO DE MAGALHÃIS.

QUANTO mais se procura prescrutar a psicologia do africano, mais se emaranha a densa teia das nossas observações. O preto é fora de dúvida para mim apenas um homem retrogradado, nunca um homem primitivo. A cada passo surgem na sua maneira de ser psíquica, manifestações morais que deixam compreender o resíduo duma tradição civilizada, diluída pelo trabalho aniquilador dos séculos mas não tam completamente que não deixe de sobreviver em lampejos furtivos no ser africano.

Ora o riso e a ironia são dessas manifestações psicológicas onde mais comumente se advinha que ele pertenceu a um estado determinado de civilização, remotíssima embora, porque o riso não tem nele o carácter duma simples contração dos zigomáticos, nem as coisas ridículas em acção na sua vida social, quer no círculo restrito do seu *habitat* quer no âmbito mais largo da vida colonial, deixam de merecer-lhe um comentário irónico e subtil.

Essa emoção alegre, resultante da vista duma desproporção que nada tem de funesta, segundo a fórmula aristotélica, possui-a o preto como nós. Tanto a desproporção física, entre uma cara e um tipo humano, entre um movimento e o fim a atingir, como a desproporção intelectual, entre a palavra escapada e a verdade que se agarra sob essa palavra, como ainda a desproporção moral que resulta duma extravagância de carácter, isto é, a desproporção entre a realidade e as pretensões do individuo, todas essas manifestações se observam no preto.

O preto não se compraz apenas em comentar alegremente as coisas e os seus semelhantes, mas vai mais longe, porque espregueia e observa pormenorizadamente o branco ao qual dá sempre com uma justeza de critério crítico e um equilíbrio de análise subjectiva, a alcunha própria, certa e definitiva, de rara concisão epigráfica.

O branco fica desde esse momento definitivamente catalogado na opinião sertaneja, sob o dístico que o define, que o interpreta, que o esclarece e que o acompanha mesmo além da morte ou do seu desaparecimento do tabuleiro da vida africana.

Nunca me esquecerei a alcunha de *Tapeca* que os muxopes de Zavala davam a um desses aventureiros de infima espécie que por ali passou como administrador daquela circunscrição do distrito de Inhambane. *Tapeca* é o nome do instrumento de madeira com que a paciente e sofrida preta bate o solo da palhota, até que o *matique* adquira a consistência do barro cosido. O biltre confirmava toda a sua acção administrativa em malhar sem piedade nos pretos sob os pretextos mais fúteis...

Outro aleijado moral que ali estivera antes fôra baptizado pelos pretos de *Manguana*. O monstro era todo ele informe de vícios e corrupções sinistras, afogado sórdidamente na crápula de devassidões cujo eco chegava ao continente e de modo tal absorvido pela própria miséria, que os negócios indígenas nunca lhe mereciam nem uma hora sequer de atenção, a menos que se tratasse de embolsar quinhentas ou libras de ouro reluzente. Assim, fôsse qual fôsse o milando que levasse um indígena a pedir-lhe remédio, ele respondia invariavelmente: — Amanhã!, para se desembaraçar do trabalho de ouvir o quei-



ROSITA
Tipo de beleza preta, na Exposição

xoso e provê-lo de justiça. Tanto bastou para que desde Zandamela, limite sul da circunscrição, até as grandes lagoas de Coelela, o devasso não fôsse conhecido senão pelo *Manguana*, isto é, pelo simples apôdo do Amanhã, do homem que sempre para o dia seguinte deixava o cumprimento dos seus deveres, mas um dia seguinte que nunca chegava embora fôsse sempre anunciado...

A ironia do africano, o seu admirável senso crítico, o riso, aquela fortuna dos pobres de que nos fala S. Francisco de Assis, que ele expande a cada passo na sua vida social, é o sentimento próprio das almas simples, a quem Deus dá a quietude interior, mesmo que elas não vivam na graça de conhecê-Lo.

Eu sempre encontrei pretos alegres na minha vida em África. Desde o espírito gracioso do cabinda, a ironia prescrutante do landim. Nunca encontrei homens tristes em África que não fôsem brancos, mormente da nossa gente, não porque os atormenta a nostalgia da pátria longínqua, mas porque os absorve o tédio resultante apenas de não possuírem nem vida interior, nem cultura, nem vontade sequer de organizarem uma vida mental.

Afirmava Vieira de Casto, em Luanda, onde foi morrer no degrêdo, que ali não se vivia, nem pensava. Não. Não era possível naquela ambiência de degrêdo pensar, nem viver, aos que lhes faltava por completo um espírito de solicitações mais elevadas do que a satisfação imediata de desejos brutais ou de materialidades rasteiras. Foi por ter querido dar à vida estercorária de Luanda uma parcela de ideal, que Morais Sarmento foi abatido, há 4 anos, a tiro por uma horda de crápulas.

Quando em Lourenço Marques publiquei o meu jornal de caricaturas *Aglhas e Alfinetes*, a primeira publicação aliás do seu género que se publicou em África portuguesa, eu não tive apenas um sucesso de venda entre os colonos, mas entre os naturais. As ironias políticas mais subtis eram facilmente assimiladas pela gente africana, porque o espírito crítico dela é muito mais apurado do que a nossa. Quero referir-me, como é óbvio, aos africanos com instrução que me liam em toda a Província e que deliravam com as minhas caricaturas sobre o impagável Bartolomeu dos Mártires Severino, que eu conhecera a arrastar a vida miserável dos jornais republicanos de há vinte e cinco anos e depois ia ver ali encadernado de secretário provincial do Interior, uma espécie de ministro de via reduzida, mordendo um charuto caro, de bigode à Charlot, lunetas e pasta sobraçada; a inaugurar oficial e gravemente o palácio maçónico e a sequestrar ao sr. de la Palisse algumas vagas providências políticas amparado nas muletas do secretário geral Malheiro, gerado na Carbonária, que olhava para o Bartolomeu com a mesma gravidade e compostura com que um jumento olha para um quadro de Greuze...

Duma vez o Rafael, um preto de olhar vivo e expressivo que me servia com rara dedicação e que eu ensinara a ler e a escrever nas horas vagas, ao ver-me desenhar uma caricatura do alentadíssimo capitão Vasco da Gama, comentou:

— esse branco não come mandioca...
Passados dias, quando já circulava a caricatura na rua, o meu Rafael vindo de fazer um recado, confidenciou-me:

— Patrão, Eu vi o branco que não come mandioca. Ele não tem só três galões. Tem um outro fininho em cima. O mais está bem, e ele mesmo.

A observação era duma perfeita juste-

za. Eu havia-me esquecido do galão dos gases.

Podia multiplicar vários exemplos semelhantes do senso crítico do preto, mesmo nos seus estados mais inferiores, mas isso levar-me ia longe.

Quanto ao riso... Recebia eu duma vez a visita dum branco esgaselado, muito magro, daquelas criaturas a quem a anemia palustre escalha e amarfanha a pele como um pergaminho velho. E foi ele aparecer na soleira da palhota que me servia de escritório e um preto, dos que me serviam de estafêta para os recados longe, comentar para outro numa risada larga:

— Olha um mabeco branco!
O mabeco é o cão escanzelado, de pêlo hirsuto, que se encontra a miúdo pelos aldeamentos sertanejos.

No olhar profundo do africano, quantas vezes se surpreende o comentário irónico que lhe suscitam as atitudes ridículas dos brancos que só se lembram que o são entre pretos e guardam nesse argumento parvo a razão de ser de todas as suas vilanias.

Ai de nós! se o preto pudesse então adivinhar o que escreve em letra de fôrma o cabotinismo colonial sobre aquilo a que ele teima estupidamente chamar *colônias*, por



Na Exposição
Turismo de Farnel

incompreensão da nossa *unidade* tradicional, aqueles poemas sincrónicos, tautológicos, de estupidez massiça, dum fossilismo plúmítico que alinha essas estafadas frases, vazias de sentido, esses malabarismos de vocábulos, esses *clichés* esmoldos e amolentados pelo abuso da inépcia, do nosso *passado glorioso, da terceira potência colonial, do futuro de Portugal nas colônias, da identificação do problema colonial com o da Nação*, do nosso *esforço colonizador* e de quantas mais frases feitas, de quantos conceitos de prateleira, de quantas convenções de hipocrisia existem que contrastam com as realidades vivas...

Porque se ao preto fôsse dado medir toda a extensão da farsada que representa esse

colonialismo que desconhece África, que desenha um preto de convenção como aqueles decoradores de vacaria que pintaram frizos no Palácio de Cristal, o preto não diria que rebentaria com riso o coz das calças, porque não as usa, mas havia de rebolear-se na esteira em gargalhadas homéricas!

O preto que, nós outros que *vivemos* África, conhecemos é bem outro daquele sobre que discorre o cabotinismo plúmítico.

E uma das faces mais curiosas e sugestivas desse homem é o seu admirável senso crítico, o seu grande poder de assimilação, a sagacidade e a agudeza dos seus conceitos e a insatisfação do seu saber.

Para despertar a atenção duma criança nossa, temos de recorrer aos métodos mais subtis da pedagogia para que o estudo lhe interesse, porque o branco é por natureza e por circunstâncias sociais um satisfeito, amolentado pela indiferença e pelo tédio.

Procure-se, porém, ensinar a um pretinho de cinco anos os segredos do alfabeto e ele nem um instante sequer lhe esmorece o desejo ardente de aprender.

Além disso, o preto possui o plasma artístico e musical, sinais evidentes dum sentimento estético interligado ao da observação. As suas criações de Arte revelam por vezes um profundo senso crítico. Assimilam com rara facilidade a técnica do desenho, deixando na penumbra muitos dos nossos produtores de curiosidades convencionalmente artísticas da vanguarda, do cubismo órfico e outras etiquetas.

O preto tem, finalmente, a rara virtude de honestidade dos processos. Seria incapaz de pertencer à Academia, mas calça umas botas, enfia um fraque e põe na cabeça um chapéu armado, com a gravidade dum director geral, rindo-se a bandeiras despregadas da sombra que projecta no solo, ao parecer o molungo grande que ele surpreendeu nalgum acto oficial quando os azares do xibalo o levaram um dia até a cidade...

Mas ri sem hipocrisia, comenta sem malícia, desenha ou esculpe sem ser para a galeria e tange o unicórdio ou as marimbas arrancando honestamente desses instrumentos primitivos harmonias mais suaves do que muitos dos nossos improvisados maestros de revista.

As provas incontestáveis da sua espiritualidade observam-se a cada passo. O antigo superior geral dos Padres do Espírito Santo, monsenhor Leroy, um dos mais eminentes missionários africanos, recolhia esta declaração comovente que entre os Batatas lhe fez um dia um régulo:

— Os brancos vieram para aqui. Comerciarão. Instalaram soldados,

Chamaram estrangeiros. Fizeram vir navios carregados de mercadorias. Tudo isso está bem. Mas os meus filhos já não creem em coisa alguma. As minhas filhas andam por toda a parte dispersas. Os velhos não são mais ouvidos. Os brancos arrancaram-nos as nossas crenças e em troca não nos deram nada para *lhe pôr no seu lugar*. e isso que nos faz morrer. — (Albert Muller, *Principes chrétiens et colonisation*, Bruxelas, 1927, p. 28).

Esta lástima ouvia-a eu também entre libolos. Em Angola, mais do que em qualquer outra Província, nunca houve compreensão do grave problema espiritual. Nenhum observador das sociedades indígenas ignora o lugar que nelas ocupa a religião, a preocupação muito imperfeita, sem dúvida, mas constante, do divino, que imprime uma espécie de carácter sagrado às leis, aos usos, às instituições, aos grandes acontecimentos da vida familiar e social e à própria cultura do solo. Ora, de caso pensado ou não, a colonização abala a cada passo as crenças tradicionais, arrancando os indígenas das práticas habituais. Assim, por exemplo, os trabalhadores forçados, quando são arrancados ao seu meio social, não podem mais fazer as suas rezas diárias na tumba dos antepassados. Eles próprios não podem ser amortalhados segundo os seus ritos, o que repre-

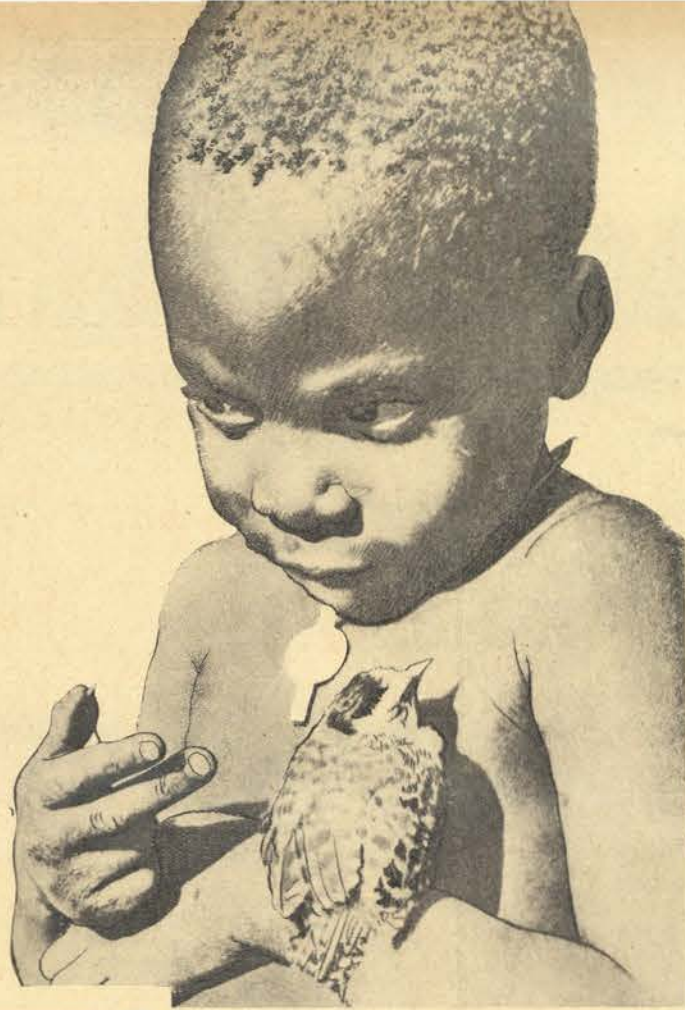
(Segue na pag. 32)



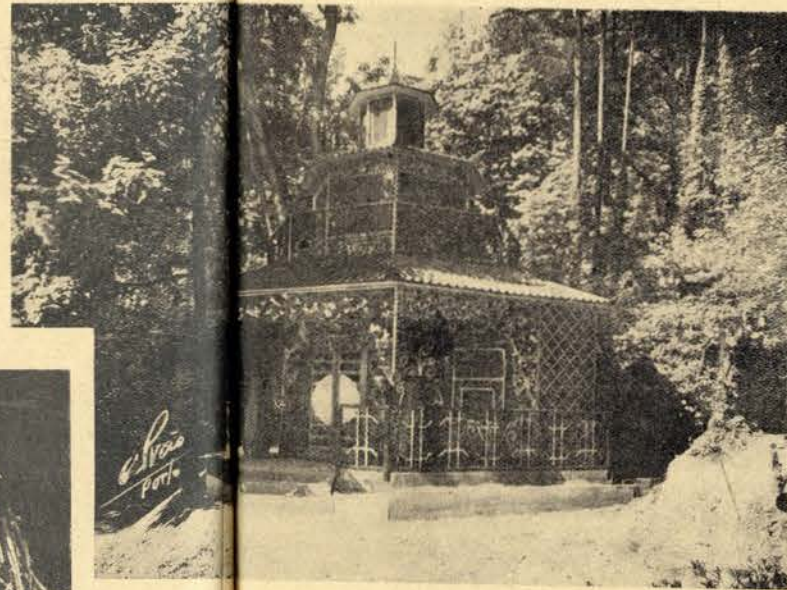
Aspects da Exposição do Pôrto



Tipo de mulher indo-portuguesa



Candura



Bailadeiras e cantores indianos

Pavilhão de Mar

Pretos de Gabão

Beleza Africana

Pretos no Lago do Palácio de Cristal



Dois aspectos dos interiores actuais do velho Palácio de Cristal

Reconstituição do farol da Guia no extremo Oriente



Pavilhão de Honra da Exposição, de linhas estereométricas à maneira de Hollywood, de planos brancos e luzentes



GENERAL NORTON DE MATOS MINHA CONCEPÇÃO

Foi diante dos muros da fortaleza de Diu — como isto vai longe! — que pela primeira vez se ergueu perante mim, em traços nítidos e fortes, reduzindo a um instante único o passado, o presente e o futuro, — o grandioso designio, a suprema expressão da vontade de um povo, a concepção, a ideia, quasi a forma real e tangível do *Império Português*.
Até então não tinha compreendido bem.
A grandeza do passado não se harmonizava com a decadência do presente, e que poderia eu esperar de um futuro, cujas raízes tinham de beber na sáfara tristeza daqueles dias do despontar do século actual?
A minha vida na Índia foi uma iniciação. Dez anos seguidos por lá andei, sem vir a Portugal, lendo e meditando nos intervalos dos meus trabalhos geodésicos, apenas cortados por poucos demorados serviços de carácter militar ou administrativo, percorrendo os territórios de Gôa, Damão e Diu, e as terras vizinhas, o mar que as liga e que outrora foi exclusivamente nosso, como o foi Bombaim, o grande porto de hoje, topando a cada canto com fortalezas, com formidáveis linhas defensivas, com templos,



Feiticeiro

com ruínas, — sombras colossais de uma tenacidade quasi sem exemplo na história.
E em mim, sem eu dar por isso, ia-se formando a convicção alentadora de que tão proeminentes qualidades se não podiam ter obliterado por completo na alma portuguesa.
Mas foi diante das muralhas de Diu, a seguir a sensação de espanto, de grandeza, de entusiasmo e de orgulho nacional, que me produziu a sublime fortaleza, que a cristalização se deu.
Tinha desde a mais tenra infância Diu na memória e no coração. Aprendera a ler pela *História do segundo cerco de Diu*. Abençoados tempos aqueles em que se não enchiam as almas das crianças com inúteis «lições de coisas», e em que se preferia, como educadora a retórica empolada mas palpitante de broto nacional, de Jacinto Freire de Andrade, aos «contos da carochinha» dos actuais livros de leitura para os diversos graus de instrução primária.
Embarcara pela tarde em Pangim numa pequena canhoneira. Ao alvorecer do dia seguinte a *Bengo*, que se tinha feito ao largo durante o noite, tomara o rumo de leste e navegava em direcção de um pequeno cabo, onde parecia que iam encalhar. De repente o barco guinou para estibordo e appareceram-se a formidável fortaleza. Batia-lhe em cheio o sol nascente e as suas pedras douradas pelo tempo, brilhavam com esplendor. A grandiosa construção,

erguida na aridez e na desoluição da costa, dava no seu conjunto, em que a arte sobria das linhas harmónicas se misturava à força indestructível das muralhas e dos baluartes, a sensação empolgante de uma sublime espiritualidade aliada a um grande poder!
Como devia ter sido de efeitos fulminantes nas civilizações da Índia daqueles tempos esta obra de uma civilização diversa, dominadora e avassaladora e ao mesmo tempo indicadora de um colossal propósito espiritual. Teria bastado ela para mantermos a hegemonia no mar das Índias e nas terras que elle banha, desde o cabo Camorim ao golfo de Cambaia, se o forte querer das primeiras décadas não nos tivesse falhado...
Algumas semanas vivi na Ilha de Diu e durante elas não houve dia algum em que, ao romper e ao cair do sol, não saísse para fora das muralhas, conservando-me a contemplar longamente a fortaleza, a rememorar a sua história, a história do nosso império indiano.
Julgo ter descortinado nessas solitárias e longas meditações o sentimento dominante do povo português, o sentido e a significação do seu esforço, as linhas fundamentais das suas missões históricas no passado e no futuro, os princípios basilares da sua organização, e com este conhecimento e com esta concepção me abalaneei ás modestas e humildes realizações da minha vida. Foi com este *credo* que trabalhei pelo engrandecimento de Portugal. Que me importa a mim que os áridos métodos da ciência histórica cheguem a conclusões diferentes daquelas a que eu cheguei, se esta é a minha crença. O que nos importa, a nós realizadores, é ver as coisas sob um aspecto que nos permita espiritualizar o nosso esforço e levar para nível superior ao da mesquinha animalidade os nossos combates de cada hora.

E foi, antes de mais, a compreensão das intenções primeiras. — O aparecimento de uma consciência nacional na região lusitana, provocado pela conquista romana, unindo num só bloco para a defesa comum as pequenas aldeias ou *castros*, fazendo surgir um povo, formando a multidão com os elementos dispersos das épocas findas. Conquistados pelos romanos, os lusitanos esqueceram a sua língua primitiva, aceitaram leis e instituições diferentes das dos seus antepassados; obrigados pela politica colonial de Roma a abandonarem os seus *castros* e a fixarem-se nas planícies, mais se uniram, e dos cumes das montanhas, onde tinham vivido durante tantos séculos, trouxeram o amor da família, a pobreza, a rudeza e os sentimentos fundamentais colectivos: — o culto exacerbado da independência e da liberdade, a enérgica vontade de conservar para sempre a terra que lhes pertence, — o torrão familiar, o território da Nação. Nem as invasões dos bárbaros nem as dos árabes conseguiram obliterar estas qualidades da raça. Latentes, elas surgiram desde que chegou o momento histórico propício, — a reacção, que abrangeu toda a península ibérica, contra a dominação muçulmana.
Acabara a época primitiva, longa de muitos séculos, iniciada em idades remotíssimas e durante a qual despertou e lentamente se formou o espirito nacional. — Outra se seguiu, de três séculos apenas, a da formação e da consolidação da Nação e da afirmação espiritual e material da sua independência perante os povos ibéricos.
Entrou-se a seguir na grande época. O que se tinha feito, durante tresentos anos de indomável energia, não bastava; — ao nosso lado erguia-se o

poder formidável da Espanha, era necessário igualar os dois poderes vizinhos. Portugal carecia de territórios que lhe fornecessem homens e riquezas, as reservas militares, a mão de obra, as matérias primas, e só sulcando os mares podia encontrar tudo isto. Era mister entrar numa vida nova, — a vida imperial.
Numa conferência que, em lingua diferente da minha, fiz, há três anos, em Antuérpia, apresentei a minha concepção do império português sob a forma de uma tese que me propus defender.
«As regiões que Portugal descobriu, conquistou e ocupou na África, na Ásia e na América foram sempre consideradas pela Nação como aumento e prolongamento do território português, como a expansão do espirito nacional».

«Cantando espalharei por toda a parte... as memórias gloriosas Daqueles Reis, que foram dilatando A Fé, o Império...»

diz o Poeta.
Deram-se àquelas regiões os nomes de «descobertas», de «conquistas» e de «provincias». As novas terras do ultramar formavam, á medida que iam sendo ocupadas, novas provincias portuguesas, tal qual acontecera ao Algarve mouro, conquistado havia um século, no extremo sul do Portugal da Europa.
A nossa história colonial é a história do esforço nacional para dilatar o território, para engrandecer a Nação. A politica da Metrópole, em face dos novos territórios, foi sempre a de os aproximar dela, de os unir a ella, de os identificar com ella. Caminhamos sempre e caminhamos ainda para a unidade territorial e não para a diversidade de territórios, para a estabilidade de uma nação única e não para a instabilidade de uma comunidade de nações.



Como o preto se senta

Tenho de repetir a cada passo palavras mais de uma vez por mim pronunciadas; não quero evitá-lo, pois que as sei de cór, e as digo diariamente como uma oração.
Desenrola-se a epopeia; manifesta-se a energia nacional em toda a sua pujança; revela-se o génio colonizador dos portugueses. — É a conquista e a ocupação de Marrocos; o Império da Índia; a colonização do Brasil. E assim fomos

realizando, com passadas de gigantes, as nossas missões históricas, no norte de Africa, na Ásia e na América, e preparando a que nos resta ainda concluir, a *civilização da Africa*.

Para desempenharmos cabalmente e rapidamente a parte que nos toca na civilização da Africa, temos de transformar em realidade palpável e insofismável a unidade e a solidariedade do *Portugal total*. Muito, nos últimos anos, se tem falado em *unidade nacional*, e na consequente *unidade económica*, e, caso curioso, dezenas de portugueses apresentam estas concepções como cousa nova, quando é certo que ella constitui, como acabei de dizer, o nosso pensar de sempre, o indicador fundamental da nossa história. E, caso mais curioso ainda, muitos daqueles que apregoam a *unidade nacional*, ou não a compreendem ou lhes convém cobrir com a bandeira da *Nação una* uma politica contrária àquella unidade.

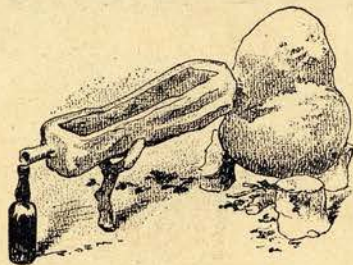
E assim que oficialmente se diz *Império Colonial em vez de Império Português*. Portugal e o seu Império, quando apenas existe Portugal sem mais e sem menos. Desta forma divide-se em lugar de unir. Quando se passa para o caso particular da *unidade económica*, consequência logica e forçada da *unidade nacional*, é que aquella falta de compreensão mais se revela. A solidariedade entre as diversas partes da Nação está muito longe ainda de ser uma realidade: — o que é bom para Angola não é para Moçambique ou para a metrópole, dizem nos; se vale a pena gastar dinheiro com qualquer região do Minho ou do Algarve, será um desperdício dispendioso seja o que for com a Guiné ou com qualquer outra provincia ultramarina; se reconhecemos a necessidade de melhorar as condições materiais e espirituais da vida dos habitantes brancos das provincias metropolitanas, encolhemos enfastiados os ombros se se nos fala do tremendo fardo que pesa ainda sobre os pretos portugueses de Africa; fecha a nossa balança comercial com um *deficit* visível de 28.000 contos ouro, e estamos longe de seguir a politica financeira e económica que fácil e rapidamente nos conduziria a importarmos das provincias ultramarinas em boas condições de preço mais de metade do que somos obrigados a importar do estrangeiro, e se algumas medidas se tomam com este objectivo, não são ellas cercadas de prescrições que evitem que muitos artigos coloniais se paguem na metrópole mais caros do que os de proveniência estrangeira; em materia de regime aduaneiro é tremenda a desorientação: — as barreiras do império deviam desaparecer por completo e nas alfândegas metropolitanas e ultramarinas apenas se fariam incidir direitos sobre o comércio com o estrangeiro, tendo o cuidado de os não exagerar, de os aplicar sempre com um espirito de solidariedade internacional, apenas limitada por aquele imperativo que obriga as nações a evitarem suseranias de qualquer espécie, que neste caso seriam suseranias comerciais; em questões financeiras exige a unidade económica um *Banco Imperial*, mas bem sabemos que esse banco não existe e que nem o Banco de Portugal nem o que se conserva ainda sob o nome de Banco Nacional Ultramarino, desempenham por qualquer forma uma acção financeira imperialista: — não exige a unidade económica que a moeda seja a mesma em todo o território nacional, ainda que vantagens haveria em que na Africa elle fosse a da Metrópole, mas o que é indispensável é que se estabeleçam as relações dos valores de cada moeda com o valor da moeda me-



DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

tório português, todas as energias dos seus habitantes e dos núcleos portugueses fixados em diversos países se devem enfiar, harmonizar, solidarizar para construir em indestructível bloco a unidade nacional.
Vários aspectos da Unidade Nacional. — Segundo encarmos uma ou outra faceta da cristalização, que será a Nação Una, o Império Português, assim nos surgirá a *unidade territorial*, a *unidade económica* e a *unidade de acção*.
Unidade territorial. — Não queremos parcelas, tudo devemos fazer para tornar, por meio de comunicações e ligações de toda a espécie, cada vez menos sensíveis as soluções geográficas de continuidade; temos de tender para um território unico, cujas partes se conservem sempre unidas; queremos um conjunto em lugar de parcelas: — ca minhamos, repito, para a estabilidade de uma nação única e não para a instabilidade de uma comunidade de Nações.
Unidade económica. — Como sua resultante também, surge da unidade nacional, a par e passo da unidade territorial, a *unidade económica*.
A unidade económica consiste no aproveitamento integral e harmonico de todos os recursos, de todas as forças da Nação, materiais e espirituais. Integral, porque nem um recurso, nenhuma energia, nenhuma força poderão deixar de ser aproveitados e porque esse aproveitamento tudo se deve fundir para produzir a força única, propulsora do desenvolvimento e da civilização da Nação; harmonico, porque as medidas de progresso applicadas a uma porção do território nacional, de modo algum poderão prejudicar as porções restantes. «Tudo para todos», sem isto não poderá haver unidade económica. Sacrificios e vantagens terão de ser gerais.
Unidade de acção. — Como consequência também da concepção da unidade nacional apparece-nos a *unidade de acção*. Sem ella a unidade territorial não se manterá e a unidade económica nunca chegará a existir. Será ella exercida pelo Estado por intermédio dos poderes constitucionais: — é, em última análise, a Nação que a exerce e todos terão de se submeter a essa acção una.
A mecânica da unidade de acção. — Para exercer a unidade de acção haverá um organismo unico: — o *Alto Conselho do Império*, orientador, propulsor e fiscalizador, onde estejam representados todos os territórios e todos os interesses nacionais, tanto metropolitanos como de além-mar, presidido pelo chefe do Governo, que perante elle será o portador da vontade nacional, expressa pelo Parlamento da República. Em volta dêsse Alto Conselho deverão agrupar-se elementos de estudo, de informação, de fiscalização e de transmissão de ordens.
Fácil é visionar a importância desta organização central; tudo dependerá do espirito nacional que a anime, elle oriente a actividade e elle fixe a finalidade.
Aforismos orientadores.
— A *valorização das colonias* passa a ser exercida por uma acção mais larga, — a *valorização da Nação*.
— Não há *politica colonial* há apenas *politica nacional*.
— Realizada a unidade nacional, o mais alto dever da Republica será sempre a *consolidação dessa unidade*.
— Com a unidade nacional e graças a essa unidade, caminharemos a largas passadas para a alta civilização que conduz ás legítimas hegemonias.
O Pacto Colonial. — Está muito longe ainda de

ter desaparecido em Portugal por completo essa funesta mentalidade das nações com territórios coloniais. Só a unidade nacional e as conseqüentes unidades, territorial, económica e de acção, acabarão de vez com esse gravíssimo erro de administração colonial. A concepção unitária não permitirá, de facto e como já foi formulado, a existência de interesses privativos de uma parte da nação, que prejudiquem o integral desenvolvimento do conjunto. Isto é, da nação inteira e una. E assim não seguiremos o exemplo de outras nações coloniais, que acabaram é certo, com os perniciosos efeitos do pacto colonial



Alambique para distilação de «sopa»

mas vendo-se obrigadas para o conseguir a separar em vez de unir.

As autonomias administrativas e financeiras. — As autonomias regionais, metropolitanas e coloniais, não terão de desaparecer perante a realização da concepção unitária. As administrações autónomas continuarão a constituir a única forma de se manter o espírito vivificador, de «cons» ante renovação e de continuo progresso, cuja existência é indispensável para desenvolver as regiões atrasadas de que se compõe a nação. Sem administração e governos baseados em largas autonomias, essas regiões não progredirão, cairão em marasmio; que fatalmente conduzirão a terríveis retrocessos ou a expropriações internacionais.

E mister não confundir unidade nacional e principalmente unidade de acção com poder pessoal, com absoção de poderes e de liberdades publicas, com predomínios, com humilhantes sujeições e com inadmissíveis tutelas. Varrer tudo isto para bem longe, opondo-se a tiranias administrativas ou pessoais, tem de ser a função primordial do Alto Conselho do Império.

Sem dúvida fará surgir a unidade nacional restrições diversas ao amplo exercício das autonomias regionais. Mas essas restrições não são nem depreciativas nem esterilizadoras e concorrendo para o bem geral, dignificam e fazem prosperar o todo e todos que a elas se sujeitam.

E assim, citando algumas dessas restrições para definir o âmbito das autonomias, as províncias ultramarinas, como as da metrópole, não poderão realizar empréstimos no estrangeiro sem consentimento do Governo Central, não terão liberdade plena no que respeita a regimes monetários e alfandegários; porque a isto se opõe a *unidade económica*; não terão absoluta autonomia no que se refere a concessões de terrenos, de portos, de caminhos de ferro, de direitos mineiros e outros, de estabelecimento de linhas de comunicação e transporte que saltem fóra da área das regiões respectivas, porque dessa forma poderiam ir contra a *unidade territorial*; não lhes será permitido tomar medidas que afectem directa ou indirectamente a vida das outras regiões, porque medidas dessa natureza poderiam destruir a *unidade nacional*.

Os recursos do Império. — Com que recursos poderemos realizar a obra do nosso engrandecimento? Com os nossos: — com a nossa vontade, com o nosso trabalho, com a nossa gente. *Muito com pouco* foi sempre a nossa divisa. Uma nação que sente e confessa que só pode prosperar, deixando subsistir a sua actividade pela de estranhos, é uma nação em decadência.

A cooperação e a colaboração de elementos que não pertencem à nacionalidade serão bem recebida; desde que nos convenhamos de que se colocam ao nosso lado de boa fé e sem intenção de nos traírem; mas devemos sempre evitar que as actividades nacionais sejam superadas por actividades estranhas à Nação.

Renovação. — A quem cabe a realização desta ingente e profunda transformação? Sem dúvida alguma ao povo português e só a ele. Mas um povo para realizar carece de guias e de chefes capazes de incarnar o sentimento popular. Não pode elegê-los o povo português dentre os poucos que restam de uma época que colheu a glória de implantar no país as instituições republicanas, mas que não soube iniciar em todos os seus aspectos e pôr acima de tudo o engrandecimento da Nação, que era o grande e quasi único fim que o povo esperava atingir com a proclamação da República.

A época presente, figurará na história como executora das eliminações de ordem política indispensáveis ao advento de uma nova época, da *renovação nacional*.

Neste fim de vida, que uma grande serenidade envolve e suaviza, é consolador reconhecer que essa *renovação* está em marcha. O ço os passos firmes da legião dos novos.

Serão eles os realizadores dos grandes planos que encheram os nossos sonhos durante uma vida inteira, e levantarão a insigne obra de alta civilização, que nós apenas conseguimos esboçar, porque a justiça foi sempre em torno de nós uma palavra vã, a dignidade humana uma ficção de idealistas e uma plutocracia nefasta não deixava vingar nenhuma realização.

E a *Nação Unita* continuará então a civilizar a África!

Não como até hoje, nem arrastar de contrariedades constantes, com desfalecimentos e hesitações, com brilhantes mas quasi instantâneas manifestações de energia, com de oladoras e longas paragens, com criminosos retrocessos; mas com a vontade de realizar, com a certeza de realização, sem precipitações e sem desânimo, afastando serenamente os obstáculos que se levantam à sua marcha, caminhando sem parar, com tranquilidade e alegria até se atingir o fim de paz e de civilização que a história nos legou.

E teremos cumprido a nossa última missão histórica. Deixem-me acreditar, já que noutra eternidade não creio, que nos milénios seguintes (e para quê fixar-lhes limite?) a nossa raça, cada vez mais fundida com outras, continuará a viver pacificamente, sem rivalidades nem ódios, trabalhando e sacrificando-se continuamente pela maior civilização do mundo.

Na Índia, depois de Alexandre, fomos os primeiros europeus que pensaram na construção de um império asiático dirigido pela civilização europeia, e o que a nossa raça realizou naquelas paragens tornou possível a acção dos anglo-saxões e preparou, portanto, a grande civilização indiana, que está desperdando, com características sedutoras de humanismo, nas terras onde Albuquerque sonhou implantar a civilização portuguesa.

Na América fomos os únicos, durante séculos, com os olhos e panhois, nossos visinhos, que soubemos colonizar e civilizar. E ali levantamos, na parte gloriosa que nos tocou, o formidável edificio da civilização latina, que tão grande missão desempenhou quando assentava sobre uma província portuguesa, que tão ingente e brilhante missão tem desempenhado depois de se ter transformado na Nação Brasileira.

Muito fizemos já na África, mas quasi nada se o compararmos com o que naquele continente temos de realizar.

O problema da Índia foi uma questão de poder militar e de poder económico; na América tínhamos de ocupar e de colonizar e foram relativamente poucos obstáculos que se ergueram a contrariar a nossa acção.

Mas a questão de África é altamente complicada e carece, para a podermos resolver de harmonia com a nossa finalidade histórica, que se enleixem todas as energias da raça. Carecemos de poder económico e de forças defensivas, que só a Nação Una nos pode fornecer; temos de ocupar e de civilizar, de distribuir racionalmente sobre todo o território da Nação as nossas reservas demográficas; devemos afastar cobiças diversas principalmente com a magnitude da nossa obra; a situação que geográficamente ocupam os nossos territórios na África tropical, e são as situações geográficas que fundem em «bronze indestructível os destinos dos povos, levam-nos a preparar-nos para manter mais uma vez, em «distantes terras, com justo equilíbrio, a civilização latina e, acima de tudo, a civilização portuguesa que dela nasceu, tão própria para transformar as «civilizações primitivas e para se adaptar a variadas «regões, mercê de notáveis características com que «cinco séculos de administração e governo de colónias e de impérios a diferenciaram de outras civilizações.

«Preparação de que maneira?
«De forma alguma guerreira ou agressiva.
«Essa preparação tem de ser, atendidas as condições de tempo e de lugar, a mesma que fizemos no «Brasil. Fixar nas terras de África, que nos pertencem, a nossa raça com a maior intensidade, para «que as suas qualidades de perseverança, de resistência ao desânimo e de coragem indomável que em nós sempre produz o infortúnio, lhes dêem um «cunho bem português; azarrarmos-nos cada vez mais aos nossos processos administrativos, deixando «moldes estranhos para marcarmos bem a nossa «alta capacidade e lonizadora, mantendo inalteráveis em terra; de África os princípios de colonização há tanto tempo fixados pelos nossos maiores; «seguir desassombadamente a nossa politica indígena, baseada nos sentimentos os mais humanitários, sem preconceitos de cor, mas altamente ciosa «da nossa soberania e do predomínio do povo português; — e teremos assim levantado, mais uma

«vez, na nossa aparência de fraqueza, a formidável «barreira da nossa nacionalidade e da nossa civilização, como obstáculo ao desmedido avanço de outra nacionalidade e de outra civilização. Contra «porém as nossas qualidades e os nossos defeitos, «aos defeitos e as qualidades de outros. E assim se «estabelecerá na África o equilíbrio que se estabeleceu na América, se desviarão os perigos que resultam das nacionalidades excessivamente grandes «e excessivamente fortes. E na África, mais do que «na América, várias nacionalidades, derivadas das «duas grandes e principais civilizações humanas, «exercerão pacificamente, perfeitamente contra-balançadas entre si, a missão de civilização a mais «monumental da Humanidade.

«No meio das lutas ingentes pela vida e pela tranquilidade, de que tanto carecemos nesta hora de «tremendas dificuldades para a nossa Pátria, é consolador podermos elevar o nosso espirito, levantar «o alto os nossos corações e bebermos em grandes haustos o ânimo de que tanto carecemos; com «a visão bem firme, bem segura, bem nitida, de que «altos destinos nos estão reservados naquela África «portentosa, glorioso campo dos nossos esforços e «das nossas lutas, onde tantas dores sofremos, onde «tanta «vidas deixámos.»

Acabo de transcrever algumas dessas palavras de um discurso que há dez anos li numa festa que me dedicaram novos da minha terra: — não podiam elas deixar de reaparecer aqui. Nos anos transcorridos desde então, perdi muitas das minhas ilusões, mas robusteci a minha fé nos altos destinos de Portugal, e por isso a oração de há dez anos se tinha de pronunciar agora, com mais ardor e com mais confiança, perante todos os que falam a minha lingua.

E tudo está dito, tudo o que sei dizer.

Que todas as energias nacionais se exaltem, pois é chegado o momento dos novos se põem a caminho de uma grande civilização.

O mundo é o que deve ser para ser activo, isto é, fértil em obstáculos.

VAUNENARGUES.



Régulo da Guiné na Exposição



Angola-Luanda — Estatua de Salvador Correia

A civilização do africano através do ensino e da educação portuguesas

(Continuação da pag. 7)

Caminhos de Ferro, auxiliar de Agrimensura e enfermeiro.

Como professor, é preparado, em Moçambique, na *Escola de habilitação de professores indígenas* da Manhica, fundada em 1930, e em Angola se-lo-ia na *Escola Normal Rural* do Bailundo, fundada em 1929, mas hoje encerrada; como funcionário dos Correios e Telégrafos, Caminhos de Ferro e Agrimensura exigir-se-lhe-ia o exame da 4.^a classe da instrução primária e a 2.^a classe dos liceus, após o que seria admitido nesses serviços a título de praticante, devendo no fim do seu estágio ser sujeito a exame e de seguida nomeado definitivamente, caso não tivesse sido eliminado.

Em Madagáscar este interessante problema foi resolvido pela criação da *Ecole le Myre de Vilers* (Tananarive) que conta 4 secções: *normal*, *administrativa* (sub-secções de correios, telégrafos e caminhos de ferro), *topográfica* (sub-secção de obras públicas) e preparatória para a *Escola de Medicina* (1).

A falta de escola de medicina própria, temido de encontro, muito incompletamente é certo, as necessidades de enfermagem indígena, preparando enfermeiros nos próprios hospitais.

Na colónia francesa a que acabámos de nos referir funciona uma verdadeira escola de médicos indígenas, que têm prestado excelentes serviços no combate à lepra e à tuberculose. O curso é de 5 anos em regime gratuito de internato, ficando os médicos saídos dessa escola na obrigação de servir o Estado durante 10 anos. A mesma escola prepara em grande número parteiras para a assistência indígena, que, disseminadas pelo interior, espalham os ensinamentos da pueri-

cultura, contribuindo assim eficazmente para o repovoamento da ilha.

É interessante recordar que entre nós o decreto de 2 de Abril de 1845 criou nas Províncias de Cabo Verde, Angola e Moçambique o *ensino de prática médica*, para preparação de *práticos em medicina e farmácia*.

Mas aqui o problema do ensino prende-se intimamente com o da assistência, que lhe é afim. E, se bem que nos fôsse muito grato, ao abordá-lo, fazer a exaltação da obra realizada pelos médicos em Africa, dêle não poderemos ocupar-nos por agora, porque este artigo já vai desmesurado e o assunto, só por si, exigiria outro tanto espaço. Limitar-nos-emos por isso a acentuar de passagem que, pelo menos em Angola, se têm registado verdadeiras dedicações no combate a doença do sono e que, se mais recursos houvera, essa obra heroica poderia ser para nós um título de glória universal.

Dos elementos que para traz ficam, resalta com evidência um ensinamento; fixadas



Timor — Raparigas Timorenses

as idéas condutoras que nos orientaram na organização do ensino para indígenas e concebidos os moldes das escolas que o devem ministrar, só nos falta caminhar afoitamente no sentido da sua disseminação, alargando o seu âmbito, estreitando cada vez mais a sua rede, de forma a não haver nas duas vastas províncias africanas a que nos temos referido, um único ponto fora da sua esfera de influência.

Dai resultarão, dentro de pouco tempo, compensações tão largas na valorização do indígena e portanto na riqueza geral, que por bem empregado poderá dar-se tudo quanto haja sido gasto em tal obra.

Pacificado, moralizado, enriquecido, o indígena será, cada vez mais activamente, o nosso mais valioso, iamos a dizer, o nosso verdadeiro, o nosso único colaborador. E esse será o legitimo prémio de um esforço exercido inquebrantavelmente através de séculos, durante os quais, em face do mundo, puzemos à prova aquele instinto colonizador, aquela febre de criação a que Lyautey, presentindo-lhe o significado cristão, chamou *força espiritual*. E força espiritual tão grande e tão nobre, que por ela fomos chamando a nós os que inicialmente foram nossos inimi-

gos, por ela vamos resgatando para a humanidade aqueles que, antes da nossa chegada, se achavam mergulhados nas trevas prehistóricas da mais profunda selvajaria!

Sá da Bandeira — Angola, 25 de Março de 1934.

GASTÃO SOUSA DIAS.

NOTA DA REDACÇÃO.— No número especial de Março deste ano que o semanário *Vu* publicou sobre *Colonização* e onde num artigo sobre os Portugueses somos considerados os *decanos da colonização*, Gaston Bouthoul discreta sobre os destinos históricos das colónias, afirmando que *desde o começo a colonização europeia foi empreendida por três nações*: os Ingleses, os Ibéricos (Espanhóis e Portugueses) e os Franceses, apresentando em boa hora, pelo menos nos dois primeiros grupos, os caracteres que conservará no futuro. E acrescenta, com a maior gravidade:— *A colonização ibérica parte dum principio ao mesmo tempo religioso e autoritário. Destroi todas as instituições e crenças que pudessem ter existido antes dela. Sem visar destruí-la, reduz à escravidão ou a um irremediável idiotismo a população indígena.*

O admirável estudo do ilustre publicista que honra estas colunas desmente da forma mais categórica e com o apoio rígido dos factos a calúnia tórpe do sr. Bouthoul que, infelizmente, como a maioria dos franceses revela uma acentuada improbidade mental quando discorre sobre o espirito colonizador português e *não ibérico* — que só existe, porventura, na imaginação dos facciosos.

Não se regista na nossa larguissima expansão colonial uma unica destruição sistemática... di-lo a pena autorizada de Gastão Sousa Dias, cuja inteligência e extensão de conhecimentos sobrepassam a do improbo plúmivo de *Vu*.

A *Ação Colonial* regista com desvanecimento este facto que lhe deu ensejo de opôr à torpeza dum conceito falso, as palavras do testemunho são, equilibrado e superior de Sousa Dias que se apoiam nos documentos incontestáveis da nossa História Ultramarina — uma História que a França não tem, porque não é povo que figure entre os povos descobridores e primeiros colonizadores desde o século XIV, onde os Portugueses têm lugar primacial e inconfundível.



Inocência

(1) Os indígenas de Madagáscar, Comandante José Cardoso, no *Lourenço Marques Guardian* de 29 de Julho de 1933.

MISSÕES CATÓLICAS

por D. João Evangelista,
ARCEBISPO DE OSSIRINCO

OLHOS DE LINCE

QUANDO foi das bôdas de prata do casamento de Guilherme II, que era ao tempo imperador da Alemanha, os povos do seu vasto dominio ofereceram-lhe muito dinheiro, ao que parece carradas dele, para assim o Kaiser poder concorrer pelas suas próprias mãos, conforme melhor entendesse, para a felicidade e alegria da sua pátria.

Poderia pensar-se, dada a indole guerreira e a ambição de Guilherme, que aquela montanha de cobre ia tóda derreter-se nas fábricas para a construção de *Bertas e de dum-duns*, ou para a elaboração de gases asfixiantes ou lacrimogénios. Fora desta hipótese, a mais verosímil sem dúvida, poderia pensar-se que o génio magnânimo do imperador empregaria os tesouros do seu jubileu em dar alento a caridade, ao ensino ou as artes. Foi outro porém o destino que teve todo o ouro da sua festa. Hohenzollern dividiu aquela fortuna em duas partes perfeitamente iguais, destinando uma delas para as missões protestantes e a outra para as missões católicas das colónias do seu império.

Com este acto inesperado, que retumbou na ocasião por tóda a Europa, o soberano alemão consagrou uma verdade de largo alcance, já então reconhecida em matéria colonial: que as missões religiosas, mesmo aquelas que olham de frente para as almas, que não pretendem senão as almas e não lutam senão por elas, para as quais as bandeiras, os padrões, os escudos são coisas imensamente queridas e respeitáveis mas não entram em linha recta no plano da vocação



missionária, no que ela tem de mais alto e por assim dizer de divino, tódas, as que vão principalmente para alargar o império e as que vão principalmente para encher o Céu e despovoar o inferno, tódas, e na mesma medida, como resulta evidentemente da divisão que fez o Kaiser do seu dinheiro, são elementos sobre todos poderosos do engrandecimento e das glórias futuras da Pátria.

Nós de um modo especial, os missionários portugueses, estamos em condições mais livres de servir a Pátria do que outros que labutam em territórios que não lhes pertencem: nós, partindo para a Africa, para a India, para o pouco que temos na Oceania ou na China, não mudamos de pátria, só mudamos por assim dizer de casa dentro da mesma terra; não temos portanto necessidade alguma de ocultar ou disfarçar a nossa origem, de evitar de pronunciar a cada passo o nome de Portugal, com receio de que os outros desconfiem de nós e das nossas intenções escondidas. Oh! não, nas nossas colónias, nós falamos de irmãos para irmãos, acolhemo-nos todos a sombra desse mesmo jubiloso estandarte que é o simbolo augusto da nossa gente e da nossa terra.

Compreende-se o melindre, por exemplo, de um francês ou de um italiano nas missões da China ou da Cochinchina. Se os naturais não descobrem na alma do missionário senão o ardor do apostolado cristão, ainda se juntarão, confiados e sorridentes, à volta dele;

mas, por pouco que se persuadam que, atrás do pregão do Evangelho, se agita e se pretende lançar a mira tensa de uma conquista, o seu ministério é *ipso facto* um ministério falido, queimado.

Assim, mais do que em outros campos missionários no mundo, os nossos padres, os nossos auxiliares, os nossos catequistas, as nossas Irmãs, quasi não poderão dar um passo, ou pronunciar uma palavra, ou exercer qualquer acto do seu ministério, sem ao mesmo tempo, por uma espécie de consequência benéfica e necessária, eu ia a dizer automática, fazerem de qualquer forma, às vezes mesmo imprevisita, um bem enorme à sua pátria.

Que aplicação melhor poderiam ter portanto os Presentes do Príncipe no dia das suas Bôdas do que destiná-los a animar a acção das missões alemãs, quer católicas quer protestantes?! Se êle, por essa imparcialidade eclética, mostrou importar-se pouco com a forma da doutrina pregada aos pagãos dos Camarões ou da Damaralândia, mostrou porém corresponder, e compreender à légua, como em volta do missionário se cria sempre, ainda mesmo que êle não dê por isso ou não o pretenda, uma aura de simpatia pela pátria que o enviou.

Como eu estimaria também que, quando o Estado português tivesse de celebrar algumas Bôdas de ouro ou de prata, êle preferisse, para a distribuição dos presentes, mesmo a pontes e a estradas, mesmo a asilos e a hospitais, mesmo a igrejas e a escolas, as nossas missões lá de onge, dalém dos mares!

D. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL
Arcebispo de Ossirinco.



VILA RICA - SACRÉDO - Convento dos S. Espirito Santo.



Missão Católica do Munhino - Pomar de tanger

TINHA estado dilatados anos na Índia dos palmares. E na infinita desolação da costa atlântica da África Austral, amortalhada a meio do dia de taciturno *cacimbo*, eu só sonhava com a resplandecente magia dos países do Oriente.

O caixão para ir à cova custava tanto como os vencimentos mensais de magistrado... Santo Nome de Deus, porque não ir até Timor, no fim do mundo, onde crescia o sândalo, que «perfuma o machado que o fêre», que Camões porventura visitara, mercador nas vizinhas Molucas, e fazia parte «daquêle oriental arquipélago, dos confins da Ásia, a que os escritores Chins, Siames, Gueos e Lêquios nomeiam nas suas geografias por «pestanda do Mundo», como disse mais de uma vez na sua *Peregrinação* o meu querido mestre de energia portuguesa, Fernão Mendes Pinto?

Vinham-me à memória gravuras admiradas na minha infância, ilustrando a tradução francesa da obra do grande naturalista inglês Alfredo Russell Wallace, *The Malay Archipelago*.

Pedi transferência para Timor, e tiveram a bondade, no Ministério das Colónias, de atender a minha súplica, creio bem que pelo argumento avocado do preço do caixão de ir à cova no cemitériosinho de Mossâmedes, rondado pelas hienas do deserto circundante.

E fui assim, suponho, o primeiro juiz que pediu colocação em Timor. Hoje não será já o mesmo...

Fiquei sempre sob o sortilégio da Índia maravilhosa. Mas confesso que, de todo o Ultramar português que me foi dado conhecer, é para Timor que ainda vão, nesta hora tarda da vida, as minhas maiores saudades.

Basta-me descançar a vista numa concha de matizado nácar, para me vêr de repente no divino esplendor dos céus timorêses. Certas manhãs do vale de Lahâne, perfumadas pelo subito florir dos paus-rosas, pelas orquídeas *Vanda*, ou pelos *ilang-ilang*, viverão até o fim na minha memória visual. *Fulan-narôma*, o luar, em lingua tétum, dir-se-ia doirado, na noite pálidoamente azulada, doirado ao de leve pela alma de algum artista japonês de *Kakemonos* suavemente sobre-naturais.

Como a tôdas as ilhas malaías, dir-se-ia que o Génio das flores lhe alvorota continuamente as seivas e os aromas no estuar dos vulcões inumeráveis do *Círculo de Fogo* do Pacífico.

A minha primeira impressão foi a de que pisava de novo a terra da Índia dos Gates e dos palmares. A mesma côr vermelha do solo, a mesma flora, apenas mais nacarada a luz, mais docemente aproximada do sonho dos homens.

Pouco e pouco, porém, pormenores se definiram. Era de facto ainda o continente indiano, um prolongamento de Samatra, de Java, da Península Malaia, mas já um mundo novo para mim aparecia, soldagens milenárias de uma Australásia imensa, meio afundada, num seu extertor gigantesco, pelas lavas e pelas ondas.

Os *palavões* brancos (*Eucalyptus alba*) das encostas chistosas do litoral, os *palavões* pretos (*Eucalyptus obliqua*) dos altos vales das montanhas sobrepujantes, diziam a solidade adusta do *Bush*, na Austrália vizinha.

A população de Indonésios, mais ou menos cruzados de Malaio na costa marítima, dizia o continente asiático; mas mostrava também os traços de raças que eu jámais vira, papúas, afirmavam os sábios, gente estranha da Nova Guiné e arquipélagos vizinhos.

A *arvore do pão*, tão esbelta e robusta, logo ao começo do alto vale de Lahâne, os sagueiros da praia estreita, sempre frementes à brisa dos recifes de coral eternamente

TIMOR IGNORADO

DOUTOR
OSÓRIO DE CASTRO

ressoantes, eram já as ilhas maravilhosas do Oceano Pacífico, cuja emanação é para o homem branco como que um néctar de exaltação, de doçura exânime, de ebriedade, e de morte.

A breve fauna de Timor já não é, pode dizer-se, a da Índia, como o é a de Samatra, a de Java e a da Malaia, mas a da Australásia misteriosa tão proxima. Nem falta um pequeno kanguru, o *Iaco*.

E a jornada de desvaio até Timor, que maravilha dos olhos! Ceilão, o Achem inimigo, Malaca a doirada, Singapura de esmeralda, Java, o porto cintilante de Bima, onde algum dia fomos vencedores... Há ocasiões em que o navio que nos leva passa entre vulcões fumegantes e as rescendências, jámais sentidas antes, de duas ilhas a par.

Mas que dizer a homens práticos, para quem a vida é sempre qualquer coisa de duro e grave, do valor para portugueses da nossa mais distante colónia, tôda viridente a beira do Pacífico, nos confins orientais do Indico?

Imagino que na futura guerra mundial pela hegemonia no Pacífico, a escala do Timor português, a meio caminho da Austrália e da Nova Zelândia, e dos pontos vulneráveis das Índias Neerlandesas e dos estabelecimentos britânicos dos Estreitos, poderá ser um dado sem preço do problema estratégico. E isto, para nós, portugueses, é porventura capital...

Florestas magnificas, a teca e o sândalo, a mangueira brava e o pau-rosa, o eucalipto, e mil outras essências preciosas, dar-nos-iam, na exploração comercial, madeiras de primeira ordem.

Mas sem marinha mercante que valha, não poderemos explorar êsse valor.

O café da ilha riquíssima tem o seu mercado natural nas Índias Nearlandesas, como a copra dos seus palmares o mercado de Singapura. Temos êsses produtos mais perto.

Já o comércio português poderia dispor do ságu de Timor, que não abunda no mercado nacional, e é um admirável alimento.

O sândalo timorês, por demais se exporta desde séculos para os mercados extremo-orientais, e urge salvaguardar essa riqueza

natural da nossa colónia, já assinalada nos *Lusiadas*.

Colónia de povoamento podia para nós ser Timor, pelo menos o bastante para o desenvolvimento da grande propriedade europeia e da pecuária.

Em carta de um governador nosso do último quartel do século XVIII, dizia êle ao rei de Portugal:

«... aquelas terras... porque são possantes e riquíssimas no produzir de oiro, prata, tamboca (*tambaca* — cobre ou zinco) e mais metais, aljófar, pérolas, muita cêra, azeite vário, pau-rosa, veio, preto, amarelo, sândalo e outras madeiras singulares em abundância a tôda a serventia, e inñitas raizes de muitas virtudes medicinais, cauril (concha da *Cypraea moneta*, que serve de moeda no Oriente), ambar (o ambar cinzento, aromata), bichos do mar (*holothuria*), tartaruga, ninho de pássaro (ninho gelatinoso de andorinha), rottos (rotim e rota de bengalas), gamuti (piassaba de sagueiro), tabaco, binga (ceilanite, variedade azul), sapão (pau brasil), caparosa, gêsso e outras tintas; montes de pe-



Cabo de fôca indígena

Dr. Osório de Castro e sua gentil netinha Maria Madalena



dras que por sustento comem os timores, além das de Suai, e das de salgerado pela Providência (sal-gema) e melhor que o de Ormus, panipiloia (?), açúcar, mantimento, todo o ano e milho de todas as castas, trigo, arroz, sagu, côcos e legumes, gados em quantidade e cavalos na mesma forma, enxôfre, óleo da terra (petrólio), outros materiais peçonhentos e salitre, assafrão, gengibre, canela, todas as verduras, uvas quatro vezes ao ano



Vários artefactos artísticos e tecidos de Timor, da admirável coleção do Dr. Osório de Castro

e em todo o decurso dêle laranjas, limões, e mais espinho, e frutas excelentes pelos matos, café, noz (moscada), cravo, pimenta, e o mais género de espécies que podem produzir-se com fácil cultura se lhe grangear, pois não diferem em nada os seus ares com os das Molucas, que não tem mui distantes; escravos e tudo em tanto sobejo fóra o que se não sabe, e conhece, que pode carregar com leve feitoria todos os anos armadas, e em conclusão, terras aonde se não pede esmola, não há moeda pelo barato, que tudo a pouco trabalho sem outro custo se acha, a gente ágil e com capacidade para todo o ensino, que muito carece; e de mestres que a aplique a ciência de qualquer arte por ser hábil em demasia...

Viu bem o velho governador português de Timor, do fim do século XVIII, Pedro do Rêgo Barreto da Gama e Castro.

Semi-civilizados, os indonésios de Timor, mesclados um pouco de papuas, de malaio e de chinas, e de facto «gente com capacidade para todo o ensino»

Se nós, portugueses, conseguíssemos deixar em Timor um povo civilizado e fino como o Tagalo das Filipinas, encantadoramente espanholado, mas tão maravilhosamente representativo das raças malaio, imaginosa, poéticas, guerreiras e destemidas, na terra como no mar; povo de mareantes, os Malaio, que se espalhou nos últimos milénios desde as esbraçadas costas do Golfo Pérsico até Madagáscar, e aos últimos arquipélagos paradisíacos da Oceania!

O ciclo cultural a que pertencem as populações de Timor é já notável. O sentimento do colorido é perfeito. Os pequenos artefactos de fôlha de pandano, a tecelagem doméstica, manifestam uma arte pueril e encantadora. Dá já objectos de arte. E o que confrange é que Timor seja ainda para nós uma espécie de Ilha do Diabo, uma massorra asfixiante, quando bem perto Java, Samatra e Bâli, em mãos enérgicas de holandeses, são a maravilha incomparável da colonização europeia, e os Paraísos reencontrados pelo Homem de hoje.

ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO.

A RÁDIO DIFUSÃO E O ULTRAMAR

DE entre os magnos problemas a que o certame da cidade invicta empresta ambiente propício a serena discussão, impõe-se o da radiodifusão Colonial não só porque é de suma importância a obra de nacionalização ultramarina que terá de preencher mas, ainda, pela multiplicidade de benefícios que pode proporcionar uma vez cabalmente solucionado.

O Continente necessita ainda, é verdade, dum certo número de emissoras de carácter regional que venham formar com a obra de Barcarena uma radiodifusão homogênea capaz de preencher todas as aspirações e necessidades da actividade nacional; mas antes que este plano — já em si de urgente execução — se torne feito consumado, é absolutamente necessário, para prestígio da nossa nacionalidade, que se habilite o Ultramar Português a sentir de perto as manifestações da actividade e civilização metropolitanas.

Não podemos, infelizmente, acalentar o sonho de dispôr, dentro de curtos anos, dos meios materiais necessários a um convívio intenso simultaneamente compatíveis com a vastidão e riqueza do Império e com os matakavilhosos recursos da hora ultra-mecânica que passa.

Mas se, nos não é possível organizar uma frota de guerra ou comércio em equiparação com a imensidade oceânica por onde se espalham as preciosas reliquias da ciência e heroísmo dos nossos maiores;

se, por falta de capitais aventureiros ou rendimentos fáceis, não podemos aspirar a centralizar no país um circuito de aviação comercial que acelerando a

função económica Metrópole-Colónias faculte ao colono uma comodidade de uso corrente para combater o seu relativo isolamento;

se, ainda por falta de potencial financeiro, nos não é possível promover a nacionalização de todos os potentados industriais ou comerciais que ao serem estrangeiros não podem ter pela obra de colonização o carinho que caracteriza neste capitulo a acção do português;

se, em resumo, a maior parte dos meios de que se servem as nações poderosas para estreitar os laços económico-morais com as suas colónias nos estão vedados, felizmente que a ciência pela sua mais maravilhosa conquista nos oferece o meio de modificarmos, ao menos, o isolamento espiritual que tem dominado as nossas relações com o Império.

São evidentemente inúmeras as vantagens que advirão da realização dum plano inteligente de radiodifusão colonial e entre ellas avulta a possibilidade dum intercâmbio moral, intelectual e artístico que cuidaria de alimentar, com o necessário vigor, o estímulo do elemento colonizador ante a sua árdua e patriótica função.

E que se não julgue infimo o valor desta acção permanente da voz da Pátria, ora suavizando a monótona situação do colono que levado pelas necessidades da exploração agrícola perdeu o contacto com a civilização litoral, ora fornecendo preciosos dados, sobre a marcha da economia metropolitana, de enorme utilidade na orientação do comércio colonial.

Há, porém, sobrelevando todas as razões que recomendam a rápida criação da Emissora Colonial, uma que se sobrepõe a todas pelo seu valor simbólico grita bem alto a necessidade urgente da Rádio do Império.

É a manutenção do prestígio e auréola do símbolo civilizador da metrópole que não pode aguardar, sem prejuízo, que o indígena cultivado possa comparar a abundância de falares exóticos que se entrecruzam no éter com a ausência da língua em que se elevou que naturalmente lhe merece eterna afeição.

E, por isso, a todos os títulos imprescindível que aqueles que podem contribuir para a rápida solução deste problema capital arranquem a Radiodifusão Colonial do Campo dos votos formulados e das teses aprovadas e lhe imprimam o dinamismo realizador necessário para a conclusão da obra que para ser exequível só carece de sabia e recta orientação.

E ainda assim Portugal já não poderá perder a honra de ser o último país colonial a organizar a Radiodifusão do seu Ultramar.

Se examinarmos detidamente o cuidado que nos países coloniais merece o estudo dos mais ínfimos pormenores susceptíveis de influir na progressiva intensificação das relações com os Domínios, podemos colher vastos elementos que não podem ser desprezados quando se pretenda estudar as bases da nossa radiodifusão colonial.

Particularmente no que diz respeito a Radiodifusão encontramos-a completamente diferenciada consoante as necessidades de cada país, mas sempre apresentando uma organização perfeita debaixo do ponto de vista da finalidade a atingir.

Assim, a Grã Bretanha e a França que, como nós, possuem domínios incluídos em diferentes fusos horários, isto é, com horas locais diversas, dão-se à tarefa de repetir as suas emissões tantas vezes durante o dia quantas as necessárias para colher sucessivamente o colono ou indígena dos diferentes Domínios, nas suas horas ociosas para que a finalidade procurada seja o mais eficiente possível.

Ainda aproveitando as mais recentes investigações sobre as ondas curtas, as suas emissoras coloniais radiam com onda dirigida e reflectida o que lhes permite concentrar extraordinariamente a sua acção sobre determinadas faixas do Globo.

Por outro lado, como há factos que por se produzirem somente a determinada hora seria impossível radiar a hora cômoda para os diferentes domínios, recorre-se a gravação de discos que reproduzirão o acontecimento quando se julgue oportuno.

A Alemanha, apesar da sua reclamada crise financeira e da sua qualidade de país sem domínios é quem apresenta a mais poderosa organização de radiodifusão por ondas curtas, o que coincide singularmente com as reivindicações coloniais do Reich.

Enfim, a Bélgica tem modeladamente organizado o seu rádio-jornal diário para o Congo, a Holanda dispõe duma perfeita ligação com as suas Índias e a Itália tem mais do que o necessário para se fazer ouvir de Trípoli à Somália.

Portugal também não deixara, certamente, de dentro de curto espaço traçar um plano de rádio-fusão ultramarina que, evitando reparos de estranhos sobre a nossa acção colonial, satisfaça plenamente as aspirações dos portugueses conscientes.

Faro, 30-6-934.

ANTÓNIO GOMES NENÉ JÚNIOR.

RESSURGIMENTO ULTRAMARINO

GENERAL JOÃO D'ALMEIDA

EM 1820 começa a noite negra da nossa história colonial — a decadência. A vida oficial portuguesa concentrou-se toda em volta das ideologias novas e, sobre os objectivos nacionais, baixou a névoa opaca de uma falsa grandeza e dum falso ideal. A paixão pela acção grandiosa e engrandecedora sucede a paixão torpe pelas palavras inflamadas, pelos troços da política, pelas ideologias da revolução. Ao homem de acção succedeu o orador, e ao guerreiro succedeu o escriba. Faz-se então a mentira do país pequeno; é o próprio poder central que se esquece do Império constituído em cinco partes do Mundo e se julga limitado pelo Minho e Algarve. Perde-se o Brasil como a inepcia que se conhece e abandonam-se a si próprias as províncias da África e do Oriente.

Os homens que se batiam por todo o Mundo pela grandeza da sua terra, passam a bater-se uns contra os outros na Metrópole para satisfação das suas paixões inferiores. Duma acha incandescente da fogueira francesa fizemos a nossa fogueira nacional — essa fogueira onde durante quasi um século tudo tem ardido sem brilho, nem fulgor como a madeira ruim.

Os próprios pontos fulcrais da política interior foram deslocados.

Invidados pelos franceses, que nos deixaram as suas idéas e as suas flores de retórica, invadidos depois pelos ingleses que com o pretexto de auxílio prestado se iam fixando, o poder central desmoronava-se e as classes dirigentes repartiam-se entre o liberalismo que nos vinha de França e o conservadorismo que nos impunha a Inglaterra. Degladiavam-se as duas maçonarias e, sobre todo o país, escorria esse veneno corrosivo da política de campanário como óleo ruim em tecido de qualidade.

O geito romântico não se tinha perdido; apenas se modificara inferiorizando-se. O romantismo da expansão, da grandeza, o romantismo heroico e persistente da conquista, da defesa da independência e da colonização deu lugar — ou ao romantismo

inflamado dos triunfos, ou ao romantismo mórbido dos poetas. Um debatia-se dentro de curtos horizontes de uma ideologia, o outro era negativo e pobre, nervânico e doentio.

As paixões inferiores da política asfixiaram a paixão superior da nacionalidade.

As elites eram as mais fortemente atacadas. E aqueles que sentiam sinceramente a nossa inferioridade e decadência, que iam a perigosa ledeira que iamos descendo, prodigalizaram o seu espirito a bater um mal, sem terem vislumbado a luz, ou os prenúncios de um resgate. Entre as classes médias o ideal de Além Mar foi substituído pelo ideal de ser funcionário público. E fizeram-se heróis de rua, de pronunciamentos, de arruaça como outrora se faziam heróis da conquista e da Colonização.

As colônias foram abandonadas e perdido o ritmo da sua administração. E em lugar de terras sagradas de heróis e mártires, começaram a ser vasos de aventureiros e degredados.

Perdida também a escola de administradores, os cargos coloniais eram providos segundo o espirito e o ritmo da política metropolitana: homens que se imobilizavam no litoral, ignorando tudo, deixando esquecer inclusive os resultados da acção interior.

As nossas glórias e o esforço do passado não tinham sido completamente obliterados mas tudo isso servia apenas para enfeitar discursos e empolar uma retórica passadista, e exhibia-se como passaculpa de todos os erros e pecados em que insistiamos. O Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Aljubarrota e Montes-Carlos, Ceuta e a Índia foram assim, durante esse nocturno século XIX, muito mais um pretexto para desculpar erros do que estímulos para prosseguirmos no rumo dos nossos maiores.

Todavia não se pôde dizer que a decadência fôra de toda a Nação. Toda ela estava, é certo, profundamente tocada pelos estigmas inferiores, mas a decadência era sobretudo do Poder Central. Nos sertões de Angola e Moçambique os pioneiros iam fazendo a sua obra; abandonados, ignorados, mas portadores do espirito eterno da Raça cada uma dessas unidades, agindo por si próprias cruzavam a África Portuguesa, comerciavam, fundavam fazendas e feitorias, colonizavam.

Simplesmente esse esforço era disperso e fazia-se na ignorância do Poder Central.

Nele comungavam os bons como os maus: Silva Pôrto como João Brandão e José do Telhado — os que eram heróis de boa tẽmpera e os que eram bandidos escorraçados da sociedade. Uns e outros lançados no sertão agiam automaticamente como unidades legítimas dum país de colonizadores, implacavelmente dominados pelo espirito de expansão.

Enquanto Silva Pôrto realizava as suas formidáveis viagens de penetração comercial e acabava austeramente como um herói de Plutarco, João Brandão e José do Telhado fundavam fazendas prósperas — uma das quais em Catumbela foi a perscrutadora da magnífica plantação que hoje se chama o Cassequel.

Esses esforços individuais, que prolongavam o verdadeiro sentimento português da colonização, não tinham qualquer eco na Metrópole.

Apareceram, é certo, um Sá da Bandeira, um Andrade Corvo, que compreendendo o sentido da nossa grandeza e animados do sadio romantismo português, remaram contra a maré e pretenderam generosamente criar o impulso e a ordem do ressurgimento — mas também esses eram em breve asfixiados pelo desinteresse dos chefes. O espirito nacional reagiu e borbulhava de quando em quando não se resignando a queda em que o lançavam, mas a reacção prontamente era sufocada pela ventania da decadência.

E enquanto nós desciamos, sem nobreza e quasi sem dignidade, a vertente miserável, procurava a Europa estabelecer-se em África e constituir como pretexto uma nova concepção de colonização — a concepção que já era antiga de séculos em Portugal.

Livingstone conseguiu convencer o mundo que tinha descoberto a frica; outros, antes e depois, pelos caminhos devassados pelos portugueses, gritavam as suas descobertas e davam-nas como fundamento para ocupações estranhas.

Quando a Alemanha manobrando uma vontade

firme de se estabelecer em África fez reunir em 1885 a Conferência de Berlim, vimos retalhar na mesa de um Congresso, entre diplomatas, os territórios que nos pertenciam. E não tínhamos argumentos a opôr-lhe porque nem sequer possuíamos informações não só do que estavam fazendo os nossos pioneiros como também do que outros tinham feito antes de eles. Assim perdemos o Congo e assim iamos fracassar nesse sonho do mapa cor de rosa.

Organizaram então viagens e explorações: Serpa Pinto, Capelo e Ivens foram de novo à descoberta de África. Era tarde — e seria desnecessário se o Poder Central tivesse conhecimento do que havia feito nessa África tormentosa onde ele mandava degredados e aventureiros.

A Inglaterra, empurrada por Cecil Rhodes, caminhava para o sonho imperial Sul-Africano — e nessas cobiças e atentados ameaçavam o nosso Sul



General João d'Almeida

de Angola e Moçambique. A noite escurecia cada vez mais — e perante a situação terrível a Metrópole continuava a encerrar-se diante das suas ideologias, das suas lutas parlamentares, dos seus conselheiros formalistas. A custo alguns heróis da diplomacia e da acção, detinham o movimento brusco que tendia a afundar-nos completamente.

E o romantismo português adoecia: Os poetas cantavam a Morte, as paixões doentias, as paisagens sepulcrais; as alas dos namorados eram camaratas de tubérculos, a acção romântica era um cháfariz de lágrimas.

Não se julgue talvez que estou a pintar um quadro de cores exageradas e que sou injusto para com tantas coisas belas que o século XIX nos deu. De modo algum. Estou vendo em conjunto a paisagem dum sociedade decadente com os estigmas da sua decadência e as consequências dos seus erros e pecados. E que eu ainda sou do tempo em que os homens que não eram tuberculosos, que não recitavam Soares de Passos, que não choravam por dá cá aquela palha, que não se mirravam de amores por um romance adrede imaginado, eram tidos por deshumados ou por loucos — por criaturas suspeitas.

Todas as coisas belas que se criaram e floriram neste século de decadência foram como cantos de cisne — e nem todas elas, a pesar-da sua beleza, foram sádias, vigorosas, vivas como tantas coisas belas que neste belo país se criaram e engrandeceram!

Foi numa verdadeira cavalgada para o abismo que atingimos a última década do século XIX. Tínhamos nessa altura a soberania de facto das nossas colônias reduzida a estreitas faixas de litoral — e o que pertencia à nossa soberania de direito como restos de um festim de lobos, andavam em jôgo nas chancelarias da Europa e nos propósitos de Cecil Rhodes.

O coronel Azevedo Coutinho e Caldas Xavier em 1891 e já antes de Paiva de Andrade, quasi por iniciativa própria, por mandado imperioso desse bom romantismo nacional que escolheira almas de eleitos para nelas se recolher, têm o primeiro movimento de nação digno e dão o primeiro passo para a esteira luminosa do ressurgimento. O ultimatum inglês sacode finalmente os nervos desta gente, como uma chicotada sangrenta que finalmente nos desperta. E então a Nação vibra, agita-se e galga às alturas, mais altas que a baixa política. Sente e compreende a afronta — encara os seus pergaminhos como uma realidade.

E o movimento foi só de palavras, de manifestações, de gestos desencontrados de revolta, que criou

(Segue na página 32)



Na Exposição — Casal de indígenas

Os grandes empreendimentos
do Ultramar



Cia. do Açúcar de Angola

Ao espírito daqueles que sentem amor pela causa colonial — que é a causa da Nação — muito grato se torna falar de um empreendimento de vulto como o da Companhia do Açúcar de Angola, tão português, tão sintomático da nossa capacidade rática, a servir de exemplo fulgurante para todos os que possuem vontade e iniciativa. É a «Acção Colonial», que se entusiasma por todas as obras de cunho essencialmente nacional, sente-se bem ao focar nas suas colunas a Companhia do Açúcar de Angola, organismo próspero e sólido, mercê da sua criteriosa Administração e do espírito de método, de tenacidade e inteligência que o seu fundador, António de Sousa Lara, nome dos mais prestigiosos entre os coloniais contemporâneos soube dar à sua impecável obra, hoje fielmente seguida pelos seus filhos, António de Sousa Lara, Dr. Luiz de Sousa Lara e João de Sousa Lara, que lhe honram dignamente a memória e que constituem a firma Sousa Lara & C., Presidente do Conselho de Administração.

De nenhuma outra empresa colonial sentiríamos tanta satisfação em referir-nos como a esta, porque, além de ser um alto valor na economia da Nação, ela é a prova clara de que, se todos os portugueses olhassem seriamente para os nossos domínios coloniais, muito mais acreditada andaria a nossa obra de valorização ultramarina. É de empreendimentos deste quilate que nós precisamos, não só em Angola como em todas as outras nossas Províncias de Alémmar. Gente portuguesa, capitais portugueses, organização nossa, enfim, matéria prima totalmente, estruturalmente portuguesa. Companhias similares a esta são indispensáveis para o engrandecimento do País, para valorização do Império Colonial, porque a sua acção estende-se a todos os campos da actividade, quer sob o aspecto objectivo, quer pelo seu lado moral. Para a obra de civilização das populações africanas, sua educação profissional e espiritual, em costumes portugueses e dentro de um ambiente perfeitamente nosso, quão importante não são os factores deste jaez?!

A Companhia do Açúcar de Angola é bem o paradigma das virtudes luzas quando, atrás delas, vontades existem impregnando a todos os seus actos o desejo de tornar efectivos planos de fomento que requerem tenacidade e inteligência. António de Sousa Lara, espírito superior dos heróis da nossa colonização, foi um entusiasta, um lutador e um amoroso de Angola — da sua Angola querida — que soube levantar bem alto o pendão glorioso dos seus sonhos realizados. Desde 1873 para cá, ele trabalhou sem descanço na efectivação dos seus planos grandiosos — deixar obra que vincessse profundamente a sua passagem por África e a sua tempera de velho português de lei, de homem de acção inteligente, de caracter e decisão. E conseguiu-o!

Quanto mais analizamos os descrentes, os ignorantes e os derrotistas dos nossos valores ultramarinos, que pupulam por esse país fóra, mercê de uma incompreensível falta de mentalidade colonial, mais se nos eleva na alma o seu fulgurante espírito de realizador e de empreendedor, deixando em nós uma admiração estimulante e reconfortadora.

Da sua acção em terras africanas, falam bem alto as suas propriedades que elle atormoseou carinhosamente e amou num constante hino de louvôr ao trabalho, e são pertença agora da Companhia. E hoje, onde então havia mato bravo e o capim áspero pejava a terra, nós vemos plantações e culturas admiráveis, fábricas, povoamentos, pontes, barragens, caminhos de ferro, estradas, enfim, mil manifestações de progresso e de civilização a patentear a sua acção de europeu, empreendedor e pioneiro da grande colonização luza em terras africanas.

Para todos aquêles ignaros estrangeiros que de vez em quando, lá fóra, nos apoucam a obra de colonização, mostremos-lhe este grande exemplo flagrante da nossa capacidade colonizadora; para os apáticos e scepticos internos, a obra de Sousa Lara serve para despertar-lhes energias latentes e estimular-lhes a vontade.

Inda há bem pouco tempo, um dos seus filhos, o dr. Luiz de Sousa Lara, dizia num relatório, como se fosse um rebate de consciência para os que vivem comodamente a dizer mal de tudo e de todos: «Temos lido, por vezes, afirmações insensatas ou levianas, espalhando-se e apregoando-se até, quanto são risonhas e fáceis as nossas explorações em Angola, onde a água e a terra são de graça, e a mão d'obra a mais barata do mundo!

«Sendo assim, porque não accorre o capital dos portugueses a essas terras de promissão, em busca de tão altos proveitos com tão minúsculo esforço?»

«Angola tem milhares de hectares que se abriu a novas iniciativas!

«Mas, a triste verdade é que o comodismo e a segurança do capital e da saúde na mãe Pátria, longe dos perigos das transferências, das biliosas e dos gafanhotos, ao abrigo do lindo céu e doce clima de Portugal, quer recebendo juros dos titulos do Estado ou das rendas dos prédios urbanos, tentam e seduzem, certamente muito mais, o pequeno ou grande capitalista, do que a aventura daqueles que preferiram arriscar toda a sua fortuna, o seu bem estar e o seu futuro, até, nas paragens longinquis e incertas de África.

«Além disto, e por via de regra, raros são os que sabem ou se conformam em esperar e confiar no futuro, applicando os seus capitais, sem a perspectiva de resultados immediatos.»

Esta é que é a verdade, dura e clara, que tantas vezes temos dito e redito nestas colunas!

A Companhia do Açúcar de Angola, se está próspera se é um valor a considerar, se é um motivo de orgulho e exemplo a seguir por todos os que tem amor às colônias, não foi obra que se realizasse ao acaso, nem foi sem sacrificios de toda ordem que ela se criou e singrou, para poder agora apresentar-se modelar, esplendorosa. Não! E desde os seus primeiros passos, foi bem uma escola de labor continuado, persistente, aturado, intenso, sempre animado pela centelha da Fé e da vontade férrea do seu iniciador e felizmente seguida por homens que lhe souberam herdar as suas excepcionais qualidades, pelo zelo que sempre lhes tem merecido a defesa do bom nome e interesses da Companhia.

Para singrar em qualquer empreendimento que seja, não basta o dinheiro; o melhor factor de prosperidade é o carinhoso interesse com que nele se opera, e que foi o que se deu com Sousa Lara.

E hoje, a Companhia do Açúcar de Angola, é um valor de grande monta na economia do País. O seu progresso tem sido formidável, mercê das suas bases sólidas em que assentou inicialmente. Basta cita alguns números: de 3.480.000 de quilos de açúcar fabricados em 1920-21, passou para 6.212.000 em 1927-28, e para 13.850.000, em 1933-34; de 193.825 quilos de produtos oleaginosos, em 1927-28, passou para 708.350 quilos em 1932-33; acréscimo este que se acentuará mais no de 1933-34. Já conta 200.000 palmeiras, plantação racional, e duas moderníssimas fábricas que asseguram o tratamento de oleaginosas. O desenvolvimento porque estão passando as culturas de cereais e de algodão é também muito notável. Por esse motivo, a Companhia possui apetrechamentos de todos os maquinismos necessários aos respectivos fins industriais. Os caminhos de ferro, numa extensão de 24 quilómetros, transportam, no movimento interno das Fazendas, cerca de 200.000 toneladas de carga, durante o ano finno. Do completo relatório do Sr. Dr. Luis de Sousa Lara, transcrevemos ainda: «Só quem conheça, porém, as dificuldades que é preciso vencer para manter um gráfico ascendente em explorações agrícolas ou industriais, dificuldades essas que se avolumam e multiplicam com incrível rapidez nas colônias, onde não se dispõe dos recursos de que beneficiam outros países que, pela sua situação geográfica, se encontram mais próximos dos grandes centros fornecedores, poderá compreender e avaliar o esforço e tenacidade que, sem desalento, tem despendido, na realização de um programa traçado com ponderação, firmeza e visão clara.

«A indústria do açúcar é sem contestação a principal indústria das colônias portuguesas. Ela pro-

(Segue na pág. 32)

Viu a *Acção Colonial* a luz da publicidade com um único fim — o de fomentar o desenvolvimento material e moral das nossas províncias Ultramarinas.

Por tôdas as fôrmas ao seu alcance tem pugnado por êsse desenvolvimento, quer reclamando-o nestas colunas, quer empregando os seus esforços, para que veja satisfeita as justas exigências a que tem direito.

Debate-se no momento em que escrevemos, e com todo o calor, a transferência da Capital de Bolama para Bissau.

Núvens negras perpassam pelo horizonte de Bolama.

Núvens que podem no momento próprio, produzir tempestades terríveis, como seja o aniquilamento puro e simples de Bolama, Capital da Província.

arcebispo. Não menos assombro deve causar, a afirmativa que vamos fazer.

A Guiné, carece, também, de uma eminentíssima e reverendíssima reforma no campo agrícola, base de tôda a sua prosperidade.

Os seus produtos de exportação, mancarra e coconote, estão desvalorizados, mas na intensificação da sua cultura, está a salvação da Colónia.

Paralelamente urge dotar, também, convenientemente, a Repartição de Pecuaría de molde a poder exercer praticamente a sua acção.

Quem pretender dedicar-se à criação de gado, não o pode fazer porque os serviços não estão convenientemente apetrechados.

A Criação de um laboratório para a pre-

suza capacidade de trabalho e, em poucos anos, a Guiné ressurgirá da crise que a afecta presentemente...

A frente dos destinos da Colónia está uma alta individualidade que, com a maior isenção, segura e firmemente, procura fazer da Guiné de hoje, pequenina e acanhada, a Guiné de amanhã, próspera e produtiva, realizando obras de fomento que há muito se impunham, paralelamente com a reorganização de todos os serviços públicos, merecendo-lhe de início a melhor atenção, os serviços de marinha e farolagem.

O actual Governador, pelo que já vimos e «de visu», pelo que conhecemos, podemos afirmar seguramente sem falsear a verdade, que um pensamento o domina — o de bem servir.

Mas localisemos, por hoje, as nossas im-

Da Guiné Portuguesa & BOLAMA ou BISSAU?

Em nossa opinião, a capital deve ser conservada, mas Bolama deve acordar do sono em que há muito mergulhou.

Bolama deve bastar-se a si próprio e para o conseguir tem que procurar pôr em execução uma série de medidas, congregando os esforços de todos os seus filhos, pondo de parte desinteligências pessoais e políticas, exigindo que a olhem com mais amor e lhe dêem mais carinho.

E' absolutamente imperioso que os dirigentes estejam em todos os campos a altura dos dirigidos; que acordem, que não estejam inactivos, encerrando-se adentro das tradições da terra onde nasceram ou donde desenvolvem a sua actividade.

Eis o que nós queremos...
Congreguemos todos os esforços, energias, boas vontades, e Bolama despertará activa e risonha para enfrentar a luta.

Como?
Vamos dizê-lo na singeleza dum artigo que não pode ser muito prolixo.

A questão tem sido debatida; o *Século* tem-na agitado tomando a peito a defeza de Bolama.

Nós, vamos entrar também na liça, com a convicção de que cumprimos um dever sem outra preocupação que não seja a de dar satisfação à opinião pública que, do outro lado do Oceano, deseja ser esclarecida.

Por outra: deseja saber se há razões fortes que determinem a mudança da capital de Bolama para Bissau.

Crentes que servimos a opinião pública, não receamos vir conhecer das razões «in loco».

Refere a história que o arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, indignado com a vida pecaminosa dos cardeais, no concílio de Trento, gritou, alto e bom som: «Os Eminentísimos e Reverendíssimos Cardiais, carecem uma eminentíssima e reverendíssima reforma». Causaram assombro, então, as palavras proferidas pelo virtuoso

É o problema de
mais palpitante
actualidade

—
Bissau disputa
a Bolama
o título de capital



Paços Municipais de Bolama

paração de vacinas, impõe-se como medida instantânea de combate às hipizootias.

A colocação do gado nos mercados do Continente deve ser estudada, procurando-se o barateamento do frete, atendendo a que estamos a nove dias do Continente.

Feito isto, procure-se seleccionar as sementes de mancarra e arroz; intensifique-se as culturas de gergelim e purgueira de resultados maravilhosos na nossa vizinha Guiné francesa; obrigue-se o indígena a duplicar a

pressões a Bolama, insuflando-lhe a coragem de que necessita para suportar o golpe que a ameaça — a perda da capital.

Repovõe-se a região do Quinara, hoje despovoadada, e, uma vez o indígena, de novo, no chão, que outrora foi fértil e produtivo, estude-se o meio fácil e rápido da condução dos produtos para Bolama.

Um caminho de ferro de via reduzida serviria à maravilha o fim que temos em vista, canalizando os produtos de Bafatá e Xitoli, porque o frete para aqui barateava em relação à Bissau.

Mas... falar em tal neste momento seria, para muitos pedir o impossível quando para nós a ideia é perfeitamente viável.

A sua solução está no valor das individualidades que a ela entregam o seu trabalho, o seu coração e a sua inteligência.

E' um alvitre que sujeitamos à discussão.

Seguidamente, procure-se tornar mais fácil os meios de comunicação com a Colónia quer por via marítima quer terrestre, concluindo-se a ponte do Corubal e colocando-se a ponte movediça que ligue a ilha das Cobras ao Continente.

Desta maneira, e só então, Bolama pôde bastar-se a si próprio podendo dispensar a Capital.

Mãos à obra, criemos nesta cidade um bloco. Ergamos todos uma bandeira: — a mesma bandeira. Façamos, pelo nosso esforço, alvorecer novas energias.

E' infinitamente mais fácil prevenir o mal do que dar-lhe remédio e enquanto é tempo, no desejo de bem servir a Colónia, servindo Bolama, o Senhor Ministro das Colónias, deve relegar para melhor oportunidade a sua transferência.

Fazemos os mais sinceros votos para que assim aconteça.

Bolama, 28 de Fevereiro de 1934.

CARLOS CRAVEIRO.

porciona trabalho a mais de 50 mil indígenas, a cêrca de 1.200 europeus, paga anualmente ao Tesouro português da metrópole mais de cem mil contos de direitos alfandegários; fornece mais de 70 mil toneladas de carga à marinha mercante portuguesa; facilita poderosamente a cobrança do imposto indígena, em cêrca de 5 mil contos anuais, e contribui eficazmente para o prestígio e progresso das nossas colônias.»

E dizer que só aqueles que palmilharam as plagas africanas, é que podem bem avaliar as montanhas de esforços precisos para remover os obstáculos que de toda a natureza se apresentam... O somatório de trabalho que sintetiza uma partícula de açúcar!

Da sua acção na obra de assistência social, diz o Sr. Dr. Sousa Lara na sua clara exposição à Assembleia Geral da Companhia: «... o fundo de Previdência sobre a 250 contos. Este fundo, que é nosso desejo aumentar, destina-se a proporcionar auxílio aos nossos 200 colaboradores europeus, tanto por meio de assistência médica privativa e permanente, extensiva às suas famílias, como pelo pagamento de prémios de seguros de vida a prazos fixos e vitalícios, que lhes assegure um apreciado pecúlio ao cabo de um certo número de anos de trabalho nesta Empresa. Está o Fundo de Previdência representado por títulos do Estado, ficando assim ao abrigo das contingências da nossa vida financeira, porque doloroso seria privar tão dedicados cooperadores duma assistência que, em casos já registados, os tem salvo da morte ou da incapacidade de trabalho e proporcionando a alegria de viver. Desejamos que a nossa população operária se mantenha e se desenvolva física, intelectual e moralmente. Qualquer empresa vale, na verdade, sobretudo pelo valor das entidades que nela colaboram. E' portanto mister que todos, sem excepção, usufruam salários que lhes permitam viver decentemente, educar as suas famílias, exercer os seus direitos e cumprir cabalmente todos os seus deveres. Seguimos e aplicamos estes princípios com entusiasmo.»

Como é consolador ver tão belas doutrinas a nortearem os dirigentes de uma empresa tão nacional como a Companhia do Açúcar de Angola! E como nos sentimos felizes, e comosco todos aqueles que se interessam pelo bom nome do que é português, em registar afirmações destas, de conceito tão elevado!

Como elemento de civilização dos indígenas, é suficiente dizer que a Companhia do Açúcar de Angola dispõe de somas enormes com as suas escolas e missões católicas, ministrando ensinamentos aos 6 mil indígenas que, diariamente, trabalham nas suas propriedades, educando-os em seguida nas suas oficinas, e formando uma pleiade de hábeis artifices e valiosos auxiliares dos europeus. As verbas gastas com os Hospitais, postos de socorros, dispersos pelas fazendas, médicos e enfermeiros, no combate à doença e pela salubridade do indígena, são importantíssimas. A Companhia do Açúcar de Angola é modelar em tudo.

No decorrer dos últimos anos, importantes obras de engenharia e hidráulica foram efectuadas nas suas propriedades de Africa, e não podem deixar de ser mencionadas — a construção da ponte sobre o rio Coporolo, de 300 metros, a barragem do rio Dande, apetrechada com moderno sistema de comportas, e fornecendo um caudal de 4.000 litros por segundo a vala principal de rega, cuja extensão ultrapassa 25 quilómetros, além dos canais para drenagem com as respectivas comportas automáticas, cômodos de defesa contra inundações, e a montagem de novo engeho, com a capacidade de moenda diária de 700.000 a 1 milhão de quilos de cana.

Na Metrópole, toda a gente conhece o elegante edificio da moderna Refinaria, em Matozinhos, o que há de mais perfeito cientificamente no género, e que serve para a transformação do açúcar produzido em Angola.

Do que poderia dizer-se de encomiasticamente justo referente à Companhia do Açúcar de Angola, muitas páginas seria preciso preencher. Basta, porém, dizer, — o que nos é imensamente grato — que ela bem merece da simpatia e admiração de todos os portugueses saões, que sabem apreciar o trabalho e a honradez daqueles que tão patrioticamente erguem o nome de Portugal.

Aos construtores anónimos dos pilares em que assenta o nosso futuro de terceira potência colonial e em que o ressurgimento da nossa esplendorosa tradição de povo conquistador e colonizador possui os melhores vínculos, a «Acção Colonial» cumpre o dever de apresentar, nestas ligeiras notas, os protestos mais vivos das suas homenagens pelo grande quinhão de energias que a vida ultramarina é a economia da Nação vem prestando, e a quem não faltam galardões bem merecidos, já tributados em medalhas e diplomas honoríficos nos vários certames, nacionais e internacionais a que a Companhia do Açúcar de Angola tem concorrido e onde os seus óptimos produtos têm sido justamente apreciados.

— ou antes — reformou uma mística patriótica que o Poder Central não compreendia ainda, mas que a mocidade de então fixou no sangue e nos nervos, como força de acção de que se ia servir.

E é um romântico — um grande romântico a maneira portuguesa de sempre — quem ama a escola de ressurgimento colonial, dá o impulso de que havia de resultar a delimitação das fronteiras do nosso Império, não tirando nunca os olhos desvanecidos de quantos em Africa lidavam esquecidos do maior número. Quero lembrar, o nome, que não é de esquecer, de El-Rei D. Carlos, a quem Mouzinho dirigiu um dia um angustioso «Aqui d'El-Rei» — e nunca abandonou, acima de grupos ou partidos, e das lutas que aqui dividiam, os generosos líderes das províncias ultramarinas, ganhando-lhes de tal maneira a confiança, que eu próprio, quando um dia me puzeram uma barreira na minha ância de *ir mais longe* — foi para El-Rei D. Carlos que eu e os meus camaradas procurámos apelar.

Há então duas correntes românticas em Portugal: uma que havia de popularizar a Dama das Camélias e cantar ao piano canções langorosas; a outra que desperta na alma portuguesa adormecida depois de um século e se quer lançar como os homens de outrora para as glórias, as tentações, as grandezas de Além Mar.

António Ennes segue para Moçambique com os seus rapazes — e Metrópole vê-os partir quasi com indiferença. Portugal, o verdadeiro Portugal — nação grande de gente grande, passava-se para a Africa.

Moçambique estava nas mãos dos indígenas e estes eram manobrados pelas políticas estrangeiras de absorção, que contavam tirar da nossa impotência perante os nativos, o pretexto para a sua intervenção. A 10 quilómetros de Lourenço Marques já se pisava terra insubmissa — e a capital foi atacada pelos guerreiros vátuas mais do que uma vez. Ao norte, na Zambézia e no Niassa, no Barué, em Gaza — por toda a provincia dominavam raças aguerridas, dispostas a defender bravamente a sua independência de facto.

As acções que até então se tinham travado eram quasi puramente defensivas e deviam-se à persistência e heroísmo desses portugueses que, em qualquer parte trazem em si próprios o comando e a iniciativa com que defendem o torrão natal.

Com António Ennes é verdadeiramente uma tradição que se reata e uma escola que se reforma. E os seus companheiros, os seus discípulos, elevados por uma mística nova e desconhecida na sociedade portuguesa de então, entusiasmados depois pela glória e pelas durezas do sacrificio, tiveram muitas vezes o ar de românticos cavaleiros de uma nova ala dos namorados. A galhardia romântica, os lances de cavalheiresca bravura, a competição para a glória, o generoso presente das vidas a uma mística de patriotismo, percorreram Moçambique como uma cavalgada célere que em menos de 10 anos havia de ocupar e pacificar toda a provincia.

O que foi esse esforço, todas as suas páginas de beleza, toda a sua generosa grandeza não o posso eu descrever nem referir apressadamente. E' elle todavia que, não só reduz à efectiva soberania portuguesa todos os potentados aguerridos de Moçambique, desde o Niassa ao país de Gaza, como também faz deter o avanço das ambições estrangeiras sobre os nossos domínios.

A persistência, a reiteração dos esforços, a unidade de vistas, os lampejos de heroísmo individual e infatigável energia de todos, floriram sobre o romantismo dessa pleiade de moços e fizeram da conquista de Moçambique uma das mais belas páginas de glória do Exército Português.

Uma das primeiras e mais benéficas consequências das vitórias que se iam alcançando, e que na Metrópole soavam como notas vibrantes duma alvorada, foi a de interessar novamente pela Africa — campo de glória e de desenvolvimento do nosso espirito eterno de expansão, as novas gerações militares. O recrutamento de officiaes e de soldados começou a fazer-se dentro do critério que se impunha perante terras sagradas por tanto sangue e tanto sacrificio — e passou a haver quem não vendo nas colônias simples vasadoiro de condenados, as tivesse como campo largo e generoso onde se colhia a glória com que os moços sonhavam.

E essa geração — a primeira que depois do século XVIII traz em si o sentimento, a idea e o ideal da grandeza de Portugal. Não a grandeza que se faz de palavras, de retórica e para a qual se pôde olhar confortavelmente, mas a grandeza que se vislumbra na própria definição dos objectivos nacionais e que nos comove e nos agita, nos lança para a frente e nos dá o prazer, o orgulho, a honra de SERVIR.

O decreto de 14 de Novembro de 1901 evado já do espirito, da experiência e da generosidade dos primeiros românticos da occupação, estabelece definitivamente as normas de uma assistência militar às provincias de Além-Mar e facilita o desenvolvimento da ância expansionista de que os novos do Exército haviam de ser os arautos.

Sob a égide do romantismo generosissimo de António Ennes, surgem Mousinho, Couceiro, Galhardo, Aires de Ornelas, Azevedo Coutinho, Freire de Andrade, Gomes da Costa — enfim todos os moços que o acompanharam ou lhe seguiram as pisadas, que o compreenderam ou se deixaram iluminar pelo sóp'o da verdade portuguesa que a sua acção tinha levantado.

Os antigos — os que até então eram heróis obscuros e desconhecidos, arditos na chama de glória sem espectáculo, ingressam na falange como mestres. E com o exemplo dos seus feitos, dos seus sacrificios a escola revigora-se e o espirito nacional ressurge. Não no Poder Central, ainda contaminado, ainda impellido por velhas fórmulas e velhos erros, mas num escol da Nação que podia ser — como de certo foi — a alavanca do seu ressurgimento.

Na Metrópole enchiam-se do dolor da retórica e do passadismo doentio as inovações mórbidas da nossa epopeia. No fundo eram razões sentimentais que ninguém comprehendia — bandeiras para enfeitar comemorações e muitas vezes vistosos jazigos de familia.

Na Africa constituiram-se vigorosamente razões da Razão — desconhecidas há tanto tempo — para se constituir um orgulho de sermos portugueses. E chegou o tempo, finalmente, em que não foi preciso ir buscar ao Passado, luz que alumiasse os nossos destinos porque o Presente a estava dando na Africa.

E certo que no Terreiro do Paço e nessa porção do País que lhe ficava adjacente, todas essas coisas se passavam numa quasi indiferença. Os homens da occupação eram por vezes exaltados pela forte irradiação romântica da sua individualidade e dos seus feitos, mas decididamente a Metrópole ainda não os acompanhava. A sua obra era uma obra de abandonados — quasi de proscritos.

Em todo o caso, pelo número, pela qualidade, pela ténpera excepcional de que eram feitas as suas almas — sobretudo — pela grandeza da obra que levaram a cabo, o Império ressurge e os velhos ideais portugueses encontravam quem os servisse.

E esta foi a primeira vitória moral da geração do ressurgimento: A chama não estava extinta — e onde ardia, tinha a mesma cor lampejante de glória e do mesmo calor ardente de patriotismo.

Do riso e da ironia da raça preta

(Continuação da pág. 19)

senta uma verdadeira tortura moral mais sensível a essas almas simples do que os sofrimentos fisicos. ? E damos-lhe, porventura, em troca, algum renôvo espirital?

Os nossos exemplos, os ecos do pensamento europeu, geralmente infeccionado de materialismo, a ausência de práticas religiosas entre o grôssos dos representantes de uma civilização, o agnosticismo do nosso ensino público, concorrem em conjunto para escandalizar as populações autoctonas e desviá-las de toda a religião. Só o Missionário resta em Africa para satisfazer essa ânsia espirital que atormenta a alma de todo o sêr humano. Mas o Missionário luta com os mais invencíveis obstáculos. Na sua vida de sacrificios indizíveis não tem menos parte a sua acção de defeza do preto mais propriamente da presença do branco do que dos preconceitos tradicionais que o prendem á barba.

Onde o preto se encontre liberto da acção corruptora do branco, mais se revela nele em todo a pureza o sentimento duma espiritalidade em que o riso e a ironia expendem com uma elevação que surpreende. Eu pôde colher na minha vida de Africa, essa convicção segura quando permaneci entre elles em plena selva em territórios de reserva indígena, longe portanto do contacto daqueles brancos que António Ennes chamou cafres. r. verdade que ali mesmo isolado com elles, onde só lhes dava exemplo da vida moral que levava com a minha familia constituída e numerosa, a cafraria branca veio coaleante, na sombra das trações miseráveis, morder-me nos calcanhares como as viboras. Mas ainda nisso ganhou o meu conhecimento da delicada espiritalidade da gente preta e se compensava a minha consciencia virgem de malicias. Eu ficára conhecido na região pelo Ruamíca. E este nome dão-nos elles apenas aos homens bons e justos, como os padres...



BRAGA E O IMPÉRIO

JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO

HOJE, que o espírito nacional fulge no esplendor da sua maravilha de império, pôde Braga, como avósinha gentil ao contemplar o garbo de estremecidos netos, rever-se na sua obra.

E é que Portugal, o império português, é uma obra bracarense. Braga o gerou, no seio casto e puro, pelo admirável consórcio que nêle consumaram o vigor lusitano e a elegância de Roma.

Apenas entrada nas terras de Hispânia a civilização do Lácio, fez-se império seu a região minhota, e Braga, distinta entre as mais cidades do império, cognominava-se de Augusta e de tal modo se identificava com a cultura do Tibre que hoje ainda a lingua conserva no seu frescor uma pureza latina que nem na Itália conservou. E lá na longínqua Dácia, os descendentes dos lusitanos fizeram uma Romania de iguais tradições conservando até no modo de dizer o paralelismo mais evidente com o falar português. E' que no seio de Braga se gerara uma raça, mãe de raças, a mais lidima continuadora do verdadeiro caracter ária, *vagina gentium* como da Índia já foi dito.

São estes, ligeiramente apontados, os pró-dromos, o esboço da que podemos chamar civilização portuguesa. Na simplicidade da

ação, quasi sem fazer-se notar, compõem-na o heroísmo, a generosidade, a gentileza mais pura. A brutalidade da força lhe é estranha; ao imperio da moral pretende submeter tudo. Ainda antes do cristianismo, antes de fazer-se cristã, a filosofia hispânica é, com Séneca, intimamente moral, e quando leva a todo o mundo a Cruz de Cristo, nas azas de caravelas portuguesas, é o amor ecuménico, universal, que a dirige, sem que baste a ofuscar suas glórias alguma laivo sangrento, sombra do geito bárbaro, alano, suevo ou vândalo, perdido aqui num dia de invasão.

Ora Braga tem sempre ocupado um lugar de valia em todos os períodos de renovação nacional. Como no tempo dos césares, opulente ao cair do império a cultura latina. Rapidamente dominou o invasor germânico e antes que nenhum outro povo, civilizou os bárbaros, tornando aptos para a cultura os suevos, depressa dissolvidos, absorvidos pela civilização. E depois, obra de bispos e cabidos, frades e senhores com o povo, gerou Portugal, deu inicio, na santa rebeldia de D. Paio Mendes, à rebeldia de D. Afonso Henriques. O germen do império era lançado. Estava posta a semente da árvore que hoje se vê bracejar nas cinco partes do mun-

do—e se mais mundo houvera lá chegara—de que é prova flagrante a Exposição Colonial.

No momento de renovação intensa que nós atravessamos, quando por toda a parte se pode ouvir conchamar em alta voz o nome de Portugal, cumpre a Braga um eminente papel: de cultura, de civilização, de renascimento. Sempre assim foi, sempre, nas horas incertas e difíceis das crises nacionais.

Ora as grandes renovações, os grandes renascimentos não surgem a um golpe de machado, quais Minervas brotando dos crâneos de Jupiteres. São antes como o reino de Cristo, de que Ele próprio fala: grão pequenino de mostarda, que brota e cresce, e frondeja fazendo-se arbusto grande, e o maior da horta. Imperceptivelmente, pois, surge o progresso: Braga o tem feito material, intelectual, moral, e praza a Deus se orgulhe com justiça de nem o progredimento moral lhe ser estranho.

Desde há 34 anos,—o que vai andado deste século—se modifica a fisionomia da urbe, pelo rasgado de vias que do centro irradiam, pelo lançamento de novas ruas, pela erecção de opulentos edificios. As mil coisas de que pode orgulhar-se uma cidade moderna e progressiva, Braga as mostra gentilmente e as

possui com fidalga naturalidade. Forte em movimento comercial, laboriosa na sua indústria, centro de actividade agricola importantissima, esta cidade occupa um lugar digno de nota no progresso material.

Não se deixe, porém, vencer o seu espirito pelo fulgor, unicamente, dos valores que podem traduzir-se em moeda. Mais alto ainda, a magestade de suas escolas, e a actividade de seus estudos até aos graus superiores do ensino — official ou particular que seja — em todos os ramos do saber, levam-na a um lugar honrosissimo na grande obra de renovação, de Renascença.

E esse intimo labor material e intellectual — acompanhado de perto pela Igreja, cujas tradições se entrelaçam com as da cidade, da nação e do Império — não impede que se alinde e torne garrida, até como centro de suave prazer e estância de repouso, collocando ao lado do agora febril, do fórum perturbante, o bosque sagrado das recordações poéticas. Cidade privilegiada de turismo, cujo Bom Jesus, de universal renome é, mais do que sua única estância, um centro de muitas estâncias de turismo.

A arte gótica vive na alma bracarense, até mesmo que não lhe saiba dar o nome. Ela soergue-se em colunas esbeltas, estende-se, convergindo a um centro, sem perder o geito de subir, até que um feliz e delicado florão põe o fecho da incomparável abóbada. Assim

o turismo regional, — desde o Cávado, desde o Ave, desde a orla marítima sobe, sobe sempre, como abóbada ogival, ao florão incomparável do Bom Jesus do Monte.

Vão entre pinhais e vinhedos, entre robles e choupos negrilhos e castanheiros, murmu-



rando nossos rios uma canção estranha; tremulam nos beirais das casas véus de gaze agitados no crepitar sonoro dos lares em chama; entre os milheirais que beijam fios de

impida prata, ouvem-se os cantos das raparigas, dos atalhos ingremes orlados de silvas em flor e já carregadas de fruto, levanta-se, acompanhado a espaços do gemer de um carro, algum hino robusto do nosso lavrador; como aranha que estende seus afilados membros, vemos daqui radiando do núcleo braguês, as estradas branqueando no virente do campo minhoto, e delas também, no silvio de sirenes, chegam a este remanso poético do Bom Jesus, sons estridulos a gritar a civilização. E não compreendemos esta sinfonia maravilhosa. Milhares de fontes, estilizadas, gotejam fios de água cristalina. Todo o monte é bosque, floresta e jardim ao mesmo tempo. Lugar de encantamento, andamos nêle perdidos, ouvimos sem entendê-la a música das aves e o ciciar da brisa, e o murmurar das frondes. E não entendemos ainda como foi possível fazer este paraíso e esmaltá-lo com um monumento que invade todo o monte em escalinatas, e capelas e tórreres, e templos magníficos. Mas lá em cima, por uma garganta da serrania descortinamos o mar e então lembramos que esta civilização, gerada em Braga, e opulentada através dos séculos, a conduzia por esse mar em fóra a nossa grei a todo o mundo, para do mundo a Deus dar parte grande, e então compreendemos que céu e terra e monte e vale, e rio e floresta cantava junto de Braga, na sua linguagem misteriosa o nome excelso de Portugal.

a expansão do idioma pátrio

UM dos elementos que mais eficazmente permite apreciar o maior ou menor valor da acção civilizadora de um país colonial é, sem dúvida, o grau de influência exercida pela lingua desse país.

Assim, a acção civilizadora de Portugal pode bem aquilatar-se pela incontestável influência, que tem exercido a lingua portuguesa não só no seu vasto dominio ultramarino, mas até fora dêle, como sobretudo, em grande parte da Asia.

Compreende-se bem que a lingua do povo conquistador seja ou venha a ser a lingua — pelo menos, official — do povo conquistado, que assim se encontra na necessidade imperiosa de a aprender. Mas tal necessidade subsiste apenas enquanto os indigenas se acham debaixo do jugo estranho. Findo este, desaparece aquela, e assim se explica, por exemplo, que a Holanda tivesse deixado pouquissimos ou quasi nenhuns vestigios da sua lingua em vários pontos da India e de outras regiões asiáticas, não obstante o dominio politico que lá exerceu.

E' também igualmente comprehensivel que os filhos e descendentes dos conquistadores e colonizadores continuem a adoptar — sobretudo quando em grande quantidade — a lingua paterna, que não abandonam por dilatados anos — facto que ainda hoje se verifica em Bengala, Malaca e Singapura, referentemente ao português.

Em Ceilão — a Taprobana dos antigos — o fenómeno é mais curioso. Nessa longinqua ilha do Mar das Indias, o português, embora corrompido por causas várias, é ainda a lingua materna para uma grande parte da população, ao mesmo tempo que outra parte procura aprendê-la por interesses próprios de ordem commercial, doméstica ou religiosa.

Em alguns pontos da costa do Malabar

dá-se então um facto que chega a causar pasmo: — o abandono da lingua própria e a adopção do português por uma determinada classe de indigenas, que abraçam a nossa lingua, tomando-a como materna, ao mesmo tempo que abraçam o cristianismo, e isto sem que descendam de portugueses e, portanto, sem uma gota de sangue português nas suas veias!

Verdadeiramente formidável foi a expansão da nossa lingua pela Asia nos séculos idos!

Ela chegou a falar-se, mais ou menos pura, por toda a India, na Malásia, Pegu, Bramá, Sião, Tonquim, Cochinchina, China, etc., onde se fazia ouvir da boca de povos étnicamente diversos e diversos também pelas respectivas religiões professadas.

Se passarmos da Asia à Africa, encontraremos de modo semelhante traços evidentes da expansão do português através da maior parte do vasto continente negro.

Das linguas europeias faladas em Africa e que constituem o chamado *grupo estrangeiro* — o outro grupo, o *indigena*, é constituído por numerosas linguas nativas — o português occupa um lugar honroso; mesmo primacial, não obstante os esforços ingleses, que, pela influência do seu desenvolvido comércio, tem procurado sobrepôr a sua lingua a todas as outras.

Quer na nossa Africa insular — arquipélagos da Madeira, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe — quer na continental — provincias da Guiné, Angola e Moçambique — quer ainda na larga faixa que liga estas duas ultimas, etc., pode bem afirmar-se que é o português uma das linguas europeias que mais tem predominado em todo o continente negro!

E por demais conhecida a importância do português na América, mercê, sobretudo, dessa nação pujante e florescentissima, que

é o Brasil, onde não falta uma literatura própria, dia a dia mais enriquecida com o cultivo aprimorado da lingua-padrão comum.

E nos extremos do Oriente, em pleno Oceano Pacifico, lá estão Macau e Timor a atestar ainda, embora mais circumscritamente, o predomínio e a expansão desta lingua abençoada, em que escreveram tantos luminares — vultos intellectuais de primeira grandeza — entre os quais avulta o nome de Camões, que, na expressão de Frederico Schlegel, por si só constitui uma literatura inteira!

Em resumo: vivem hoje sob a bandeira portuguesa cerca de 17.000.000 de individuos, como vivem aproximadamente 45.000.000 sob a bandeira brasileira.

Podê juntar-se-lhes, sem o mais pequeno exágêro, 1.300.000 portugueses espalhados por outros países e colónias estrangeiras, o que tudo dá um total de 63.300.000. Subtraídos 3.300.000 d'este último número — o que chega e sobra para compensar os chineses de Macau, os pretos da nossa Africa e os indios do Brasil, que ainda não falam português — ficam nada menos de **sessenta milhões** de individuos, que actualmente falam a nossa maviosa lingua — número este que na verdade lhe dá jus a ser considerada uma das mais faladas linguas do mundo, occupando, sob este aspecto, o quarto lugar entre as linguas europeias!

O pequeno espaço, a que se destina este rápido ensaio, não permite maior desenvolvimento, não obstante o assunto ser, por sua própria natureza, vastissimo e complexo.

Parece-nos ter atingido o nosso alvo — mostrar em breves palavras a considerável expansão da lingua pátria, motivo de supremo orgulho para o nosso patriotismo.

I. XAVIER FERNANDES.

S. TOMÉ E GUINÉ AGRÍCOLAS

É um dos mais belos florões do Império Colonial Português.

Devido à sua situação geográfica, relevo montuoso, ambiente quente e húmido, ali prosperam todas as culturas tropicais e muitas dos climas temperados.

Ao trabalho teimoso e inteligente do colono português, afrontando impávido toda a sorte



António José Monteiro Filipe
Regente agrícola

de inclemências, ao seu único esforço e iniciativa se deve a transformação da maior parte dos «obós» (florestas virgens) em extensas plantações de vegetais úteis, que deslumbram nacionais e estrangeiros, quando pisam terreno das lindas ilhas de S. Tomé e do Príncipe.

Mesmo para os ali residentes, a exuberante vegetação da grande variedade de plantas cultivadas e não cultivadas, que vão desde o ponto onde as vagas do oceano mansamente se espreguiçam, até à cumeada dos seus mais altos picos, é sempre motivo de reparo contemplativo.

Os roceiros-agricultores, os empregados agrícolas de todas as categorias, os artifices, os trabalhadores pretos em todas as modalidades do serviço agro-pecuário, aliados em comunhão íntima e disciplinada, dando o esforço do seu sangue, da sua energia, do seu saber, fizeram essa obra maravilhosa, que é S. Tomé, orgulho de portugueses, por ser obra de portugueses.

Obra a que o próprio Cadbury presta homenagem de inequívoca admiração, e homens de ciência estrangeiros visitam para estudo.

O trabalho feito em S. Tomé, tem de ser considerado no seu verdadeiro significado, que é: o engrandecimento da Nação. O exemplo vivo de quanto vale a perseverança e labutação metódica. O trabalho em si,

puro e simples, abstrahindo dos seus factores. O estímulo para novos empreendimentos. O esforço do génio luzitano, que a par e passo de feitos guerreiros, descobertas e conquistas, ali se manifestou também corajoso e confiado na vitória, e a pesar do desalento de bastantes, perdas de vida de muitos, brancos e pretos, esse génio revelou-se sempre intrépido e audaz para atingir o término da espinhosa jornada que empreendeu.

Vista através do enriquecimento de alguns, que foi justo prémio do seu labor, é uma grave injustiça que se sanciona a tal obra, é reforçar a inveja que a prosperidade de S. Tomé lá fora provocou; é até incompreensível egoísmo, porquanto são numerosos os que têm quinhão assegurado na partilha das riquezas das ilhas.

Primeiro, os directos cooperadores na montagem e funcionamento dessa formidável indústria extracto-transformadora, cujos atelieres têm por cobertura essa abóbada imensa, que se chama o firmamento e por pavimento o uberrimo solo no seio do qual tem montados os seus vastos laboratórios.

A seguir, os que indirectamente colaboram nessa indústria, o Estado como garantidor da ordem e da justiça, recebendo os impostos que lhe são devidos, as Curadorias por onde transitam os trabalhadores, as indústrias subsidiárias, as Companhias de Navegação, e Comércio, etc.

Os organismos agrícolas das ilhas são perfeitas escolas rurais e agrícolas, abrangendo artes e ofícios, sem qualquer dispêndio do Estado.

Os trabalhadores que ali vão prestar serviços, civilizam-se e nacionalizam-se pelo conhecimento da língua portuguesa, pelos hábitos de trabalho, exigências da vida, assimilação dos nossos costumes, que por sua vez vão difundir nas suas terras, quando ali regressam. Facto este de todos bem conhecido e foi constatado pelo ilustre Governador Geral de Moçambique, Sr. Coronel José Cabral.

A produção geral tem baixado muito nos últimos anos, o que não significa inaptidão da terra para a agricultura, como muita gente diz.

Inaptidão há sim, e continuará a haver, mas da maioria dos actuais roceiros.

Apesar disso S. Tomé será eternamente rica e opulenta, em confronto com territórios de igual natureza e situação.

Os seus actuais proprietários necessitam reagir, tomando como norma de proceder o exemplo dos seus maiores, dos que fizeram as ilhas, sujeitando-se a sacrifícios de toda a ordem, e desajudados de auxílios do Estado. Auxílios, que é preciso afirmá-lo, já não é possível dispensá-los nos tempos actuais.

Estas excelentes e pequenas ilhas não podem abandonar-se aos precários recursos que dia a dia lhes agravam a situação.

Devem considerar-se monumento nacional, que os detractores lá de fora não-de a pesar de tudo continuar a cubiçar.

O Estado terá de fornecer-lhes assistência e todas as facilidades como seja, mão de obra, ensinar muitos roceiros a serem agricultores, a insuflar-lhes «alma de lavrador», que não têm, como muito bem diz o Sr. Dr. A. Correia Afonso.

Dando balanço às possibilidades agrícolas de S. Tomé temos que: As altitudes de seus encadeados «picos», «mórros», «cavaletes», e «assentadas», cortados por «grotas» e «grotões», podem dividir-se em três zonas agrícolas, por cada uma ter facies muito semelhante ao das regiões de origem das diversas espécies de plantas importadas e que por igual ali produzem.

Classificá-las-hemos por: «zona de cacáu», altitudes inferiores, «zona do café arábica», altitudes médias, «zona das quinanas», altitudes superiores.

Bem sabemos que não é classificação rigorosa, por o cacoeiro tomar muito terreno da zona do café arábica; mas não pôde subir à zona das quinanas. O café arábica toma pé na zona do cacáu e em muito terreno da zona das quinanas.

As quineiras é que não descem das alturas, em que lhes apraz viver.

Cultiva-se a Cana sacarina, Coqueiros, Palmeira andim, Koleiras, Izaquente, Safueiro, Abacate, Fruta pão, Café libéria, Bananeiras de todas as variedades, Mamão, diferentes fruteiras tropicais, Ricino, excelentes Citrinas, sendo a Tangerina de sabor delicioso, Batata igual à da Europa, Milho, Legumes e Hortaliças, culturas alimentícias próprias dos climas quentes, como seja a Batata doce, Mandioca, etc.

Há Caneleiras do Ceylão e plantas borrachíferas.

Os seus maravilhosos «Obós» constituídos por altas, corpulentas e variadas essências florestais, fornecem inestimáveis e valiosas madeiras, e põem em movimento serrarias mecânicas e braçais.

Bons gados, destacando-se o bovino, em função de trabalho, cevatriz e lactígena.



Indústrias principais: Cal, Sabão, Cerâmica e Pesca.

Em resumo estas duas Pérolas do Golfo da Guiné, hão de continuar a ser os dois mais belos florões do Império Colonial Português, e a Bem da Nação têm de ser acarinadas e assistidas como merecem, porque a estes cuidados têm indiscutível direito.

GUINÉ

CHEGOU a ser considerada, mais como empório comercial do que agrícola. Esta opinião modificou-se, visto que é na agro-pecuária racionalmente conduzida que tem de firmar a sua prosperidade, civilização e riqueza dos seus naturais.

O Regente Agrícola José A. Franco delineou em 1905, um plano simples de exploração agro-pecuária, que não chegou a ter execução.

Em 1917, o mesmo fez o Governador, Sr. Coronel Manuel Maria Coelho, em diplomas legislativos, publicados no *Boletim Oficial*, que ficaram somente a atestar o interesse que lhe merecia o fomento agrícola da Guiné.

Nos últimos tempos o mesmo sucedeu com o Governador, Sr. Tenente-Coronel Leite de Magalhães.

Agricultura e Criações estão quasi por completo na mão dos indígenas.

E são estes agricultores simplistas quem faz movimentar o comércio, os transportes, os serviços aduaneiros, as recebedorias, etc. com as milhares e milhares de toneladas de produtos, especialmente de oleaginosas e arroz, que levantam da terra e lançam no mercado.

Cultivam: Milhos, Mandioca, Batata doce, Mancarra e Arroz.

Os palmares dendem, sólida riqueza da Guiné, são explorados como produtos de colheita. Apenas a Companhia Agrícola de Bubaqueos-Bijagós lhes dá tratamento cultural.

Não os sabem limpar, nem sabem extrair o apreciado mósto de palma sem prejudicar a planta; mas sabem muito bem danificá-los.

Nos números 20, 27, 29 e 31 do *Notícias Agrícola*, pode ler-se o que escrevemos em referência a esta nobre palmeira e mósto de palma.

Não aproveitam o azeite que os palmares poderiam dar, visto que, grande quantidade de frutos se despegam e caem por excesso de maturação.

Apanhados, a polpa oleaginosa quasi tem desaparecido, servindo apenas para quebrar e separar o coconote.

Coqueiros, cultura de futuro, mas jaze ainda no estado incipiente; pôde ler-se o que em referência escrevemos nos números 55, 56 e 58 do *Notícias Agrícola*.

Há a Palmeira leque, ou Cibe, muito empregada em construções que tenham de resistir à acção do tempo.

Das muitas plantas borrachíferas, extraem o lactex, indústria que já os não interessa. Dedicam-se à colheita do mel, por sistema que é urgente modificar, como propõe os Serviços Agrícolas Officiais.

Propensos à apicultura e dada a abundância de abelhas, fácil é desenvolver esta indústria.

A Cana sacarina, é cultivada por alguns europeus e indígenas, destinando-a ao fabrico de aguardente.

Café arábia, tentam alguns colonos a sua cultura, que é viável em determinados locais onde encontre condições favoráveis. Deve propagar-se esta planta.

Koleiras, existem algumas plantações, produzindo bem.

Bananeiras, Mangueiras, Cajueiros, Ananazes, Mamão, ha em muitas localidades, bem assim as Citrinas, que sendo em abundância, podem constituir lucrativo comércio de exportação.

Outras plantas é necessário propagar, tais como: a Fruta pão, variedade não semineira, Abacates, Izaquente, que já existe, Safu, Cajamanga, de que recebemos sementes de S. Tomé, dando já plantas bem desenvolvidas, Ricino, Tabaco, Sizal, Feijão Congo, e outras mais.

Os indígenas esmeram-se na cultura do arroz, de que têm muitas variedades, que semeiam em separado e bem distinguem.

Vão ser reduzidas, para se intensificar a cultura das melhores de cuticula branca.

Há inumeras e extensas áreas de boas terras, chamadas «bolanhas», destinadas à sua cultura, que podem abastecer a metrópole deste cereal.

As variedades de sequeiro semeadas nas primeiras chuvas de junho têm a maturação em fins de Outubro.

As de «bolanha», ou terras alagadiças, semeadas em alfores nos fins de Junho e começo de Julho, são transplantadas em Agosto, tendo a maturação e colheita em Dezembro.

Quem lhes ensinou esta pratica da transplantação de arroz, que usam desde tempos muito remotos? Sabe-se lá?!

O que se sabe é que, sobretudo os «balantás», são eximios no seu cultivo.

O trabalho nas bolanhas só pode ser manual e é violento.

Merece atenção a forma como dispõem as terras, sistema de camalhões e como regulam o movimento das águas.

Nalgumas bolanhas os plantadores executam a transplantação metidos na água, que lhes chega quasi ao joelho.

Intensificar a cultura das variedades de arroz, bem aceites pelo mercado metropolitano, é fomentar a riqueza geral da Guiné.

O comércio no seu proprio interesse e pelo contacto directo com todos os indígenas, é quem, com melhor eficiencia, pode auxiliar a realização deste desideratum, comprando só as boas qualidades e fazendo o seu reclame.

Também cultivam o algodão, que se desenvolve bem, não ativando a sua propagação simplesmente por falta de compradores.

Preparam o algodão e tecem para seu uso cintas e bandas de que confeccionam vestuários.

As mátas não são magnificentes como os «Obós» de S. Tomé, embora povoadas de essencias florestais de valor.

Existe uma arvore, o Poilão fôrro (*Bombax buonoprensis*), que deve propagar-se devido á excelente sumáuma ou kapok, que produz. Não confundir esta planta com o «Océa» (*Eriodendron anfractosum*), á qual chamam simplesmente Poilão e dá sumáuma ordinaria.

Votam as suas melhores atenções á criação de gados, principalmente ao bovino, de que afinal pouco rendimento obtém.

Em geral destinam-os aos «chóros», que fazem quando o creador morre ou sua mulher, ou parente muito proximo.

Habituarão-se já a fornecer o matadouro de Bolama, Bissau e de outras povoações, e necessário era no interesse geral da Colónia, que tivesssem o seu quinhão no fornecimento do de Lisboa.

Para abater escolhem os machos e das fêmeas só as maninhas, tendo o cuidado em aproveitar as peles para venda.

Operam a castração dos machos, deixando só os padreadores que entendem ser melhores e os indispensáveis.

Também adotam esta operação para os suinos e outros animais.

Vendem e consomem o leite em natureza.

Fabricam manteiga e neste fabrico se distinguem os indígenas das ilhas Formosa, Orange grande e Uno, do arquipelago dos

Bijagóz, onde há anos o falecido regente agrícola Fernando Leopoldo, lhes ensinou esta arte.

Deixam também coalhar o leite, que depois consomem em requieirão.

Possuem excelentes bovinos, que não obstante a deficiência de recursos alimenticios durante a prolongada estiagem, mantêm em bom estado.

As ilhas acima citadas, tendo-se já propagado a outras do mesmo arquipelago, que se encontram os melhores.

São os decedentes de cruzamentos com as raças indígenas, dos sementais importados da metrópole pelo antigo concessionário daquelas ilhas.

Não utilizam os bovinos nos trabalhos de lavoura.

Desde a pacificação Teixeira Pinto (1915), a Guiné produziu bastante. Possui vasta rede de estradas, é serpenteada por rios e canais, que asseguram facilidade de comunicações e transportes por via fluvial e terrestre.

No entanto, falta-lhe ainda uma bemfeitoria preciosa e indispensável: a «Água», sem a qual terras expostas meses e meses seguidos á luminosidade e ardencia solar, não podem com exito, ser agricultadas.

O solo arável necessita alimento, que é o adubo, o sangue, que é a água.

Tratar da hidraulica agrícola pondo á disposição de todos, de tudo e em todos os lugares, água em abundancia, é realizar obra grandiosa, de que resultaria a valorização imediata de milhares e milhares de hectares de terra, influa consideravelmente na hygiene geral e em muitissimas utilidades que ocioso é enumerar.

Beneficiava imenso uma das grandes forças vivas da Colónia, a principal, os indígenas, e todos os que nesta terra exercem suas actividades, por terem ao seu alcance bemfeitoria de inapreciável valor.

E intuitivo que sollicitas atenções, devem por inteiro convergir, no sentido de bem fomentar a Agricultura em tôdas as suas ramificações.

Guiné-Bissau, Abril de 1934.

ANTÓNIO JOSÉ MONTEIRO FILIPE
Regente agrícola



da imprensa do ultramar

A Imprensa ultramarina portuguesa tem uma larga tradição de independência e de honestidade de processos que não pouco contrasta com a da industrialização jornalística da Metrópole.

No Ultramar há, sobretudo, duma maneira geral, o jornal de opinião livre, independente, quer se ocupe simplesmente da vida social sob a ampla visão do interesse colectivo, quer exprima uma doutrina ou perfilhe uma escola política ou filosófica.

Jornais de *indústria* são raros e mesmo não seriam praticáveis no Ultramar português. Os meios sociais são por natureza restritos e as pessoas conhecem-se facilmente. Nem essas especulações mercantis teriam possibilidade de garantir um rendimento compensador do capital empregado, nem encontrariam expansão de venda, nem a opinião sustentaria uma fôlha de especulação à semelhança do que ocorre entre nós.

Aparece aqui ou acolá por vezes uma fôlha de interesse pessoal ou de determinados interesses de grupo, mas destinada a ter a vida que Malherbe dava no poema às suas rosas.

A um certo gusano colonial deve a Imprensa do Ultramar a inspiração da lei, ainda em parte hoje em vigor, que visava apenas acabar de vez com todos os jornais, ao impôr-lhes uma direcção que não fosse de *funcionário* publico, nem de pessoa em contracto com o governo e não fosse diplomada com curso superior ou especial. Como a maioria dos jornais era feita simplesmente por jornalistas e muitos destes fossem paralelamente empregados do Estado, a solécia dos profíctos do silêncio descobria a maneira engenhosa de se desembaraçar de todos os jornais independentes e morais.

Deu-se até por essa ocasião em Lourenço Marques um facto que não tem precedentes na história do jornalismo. Como simples afirmação de doutrina, todos os jornais limpos de Lourenço Marques, que ao tempo ali se publicavam, suspenderam a sua publicação, editando um número de conjunto intitulado *A Imprensa de Lourenço Marques*, hoje considerado uma verdadeira preciosidade bibliográfica.

Nesse número único colaboraram todos os directores dos jornais protestantes, com os seus respectivos títulos, figurando como seu editor o dr. Chaves de Almeida, notável advogado e jornalista e director do jornal *Ação Nacional*, de caracter acentuadamente nacionalista. Entre outros, figurava tambem o célebre jornal de caricaturas *Agnhas e Afineses*, escrito e desenhado pelo grande Artista Calvet Pinto de Magalhães, a quem a *Ação Colonial* entregou a direcção artistica do presente número.

Inesperadamente, sem o apoio mais do que o capricho do arbitrio, tanto Chaves de Almeida, como Calvet, são expulsos da Provincia como *agitadores perigosos e bolchevistas*. O ukase teve uma vida efêmera... Em poucos meses os juizes do Conselho Superior das Colónias declararam-no unanimemente nulo, irritado e de nenhum efeito. O embarque na primeira classe do «Angola» dos jornalistas levou contido ao cais Gorjião a maior multidão que jamais se havia visto em Lourenço Marques. As manifestações de aprêço de que Pinto de Magalhães foi alvo, difficilmente se descrevem. O seu semanário fôra a publicação mais interessante, mais espirituosa e mais artistica que jamais se editara no Ultramar. A sua venda venceu mesmo todos os recordos de edições jornalísticas, sendo hoje raras as colecções que existem da admirável fôlha, escrita e desenhada com uma elevação moral e critica como na Metrópole mesmo não se encontra.

Felizmente, com o advento do coronel José Cabral ao Governo Geral da Provincia, onde ainda hoje se conserva — caso na verdade raro, pois, é o único que na vigência da Ditadura pôde orgulhar-se desse facto — a situação desanuviou-se e os jornalistas de Moçambique nunca mais foram atacados com leis de excepção que em circunstância alguma lhes seriam de applicar, visto que o exercicio da liberdade de imprensa se regula no Ultramar por lei própria.

Pois apesar da esperteza do golpe, inspirado pela tórva politica de corrilhos e de interesses inconfessáveis, a Imprensa continuou vivendo no Ultramar e a afirmar a sua imparcial acção civilisadora, contando-se por elevado número, hoje, os periódicos

que se publicam em tôdas as Provincias Ultramarinas e no Estado da India. Ligu-nos a essa imprensa, com que mantemos a mais intima solidariedade, laços de velha estima e camaradagem e afinidades ideais na defesa do nosso patrimonio ultramarino, do prestigio da sua administração e no esplendor da sua civilização. A *Ação Colonial* que festeja no presente número o seu IV aniversário e a Exposição Colonial do Pôrto, aproveita este ensejo para deixar aqui consignado o seu protesto de admiração pelo sacrificio jornalístico de quantos nos grandes prolongamentos de Portugal afirmam o pensamento e a grandeza espiritual desta missão árdua que representa a defesa do Bem Comum.

A *Ação Colonial* regista, com os seus agradecimentos, a recepção regular das seguintes publicações periódicas:

Da Provincia de Angola:

Pecuária, anais dos serviços pecuários de Angola, revista de especialidade, dirigida pelo dr. Artur de Almeida de Eça.

Angola, revista mensal de doutrina, estudo e propaganda instrutiva, dirigida por Amílcar Correia.

Voç do Planalto, semanário de Nova Lisboa, dirigido por Gilberto de Mascarenhas. Número especial dedicado a Exposição Colonial do Pôrto.

A Provincia de Angola, diário de Luanda, direcção de Adolfo Pina.

Ultima Hora, de Luanda.

O Comércio de Angola, de Luanda.

Jornal de Benguela, de Benguela.

O Intransigente, de Benguela.

Noticias do Bié, de Silva Pôrto.

Actualidade, de Nova Lisboa.

O Académico, de Mossâmedes.

Mossâmedes, de Mossâmedes.

Da Provincia de Moçambique:

Moçambique, órgão da Liga da Defeza da Provincia de Moçambique, de Lourenço Marques.



COLABORADORES DA «ACÇÃO COLONIAL»: DA ESQUERDA PARA A DIREITA — VIRGILIO FARIA, OCTÁVIO FERNANDES, LUCIANO PÔRTO E GERVÁSIO DOS SANTOS

Noticias, diário de Lourenço Marques.

O Emancipador, de Lourenço Marques.

O Brado Africano, de Lourenço Marques.

Lourenço Marques Guardian, de Lourenço Marques.

Missão Africana, da Beira.

O Comércio da Beira, da Beira.

A Vanguarda, da Beira.

Do Estado da Índia:

A Terra, de Mormugão.

Heraldo, de Nova Gôa.

O Anglo-Lusitano, de Bombaim.

Bhraatmitra, revista de Rivona, Gôa.

Alem destas publicações periódicas, recebemos e agradecemos mais as seguintes:

Boletim Oficial de Angola.

Comissão de Administração Urbana da Beira, monografia profusamente ilustrada e dedicada à Exposição Colonial do Pôrto.

Sociedade de Estudos de Moçambique, Boletim mensal desta admirável sociedade, inserindo interessante colaboração.

Boletim Económico e Estatístico, da Direcção Geral de Estatística de Lourenço Marques.

Boletim Oficial da India.

Boletim Oficial da Guiné.

Aurora do Lima, de Viana do Castelo.

A Flôr de Lis, de Braga.

A Plebe, de Valença do Minho.

O Comércio de Leixões, de Matosinhos.

A Voç do Pastor, do Pôrto.

Jornal Lusitano, número especial, dedicado à Exposição Colonial do Pôrto, em que é feita referência ao presente número da *Ação Colonial*.



JOSÉ LUIS BORGES FILIPE
SECRETÁRIO DA «ACÇÃO COLONIAL»

Jornal do Comercio e das Colónias, de Lisboa.

O Império Português, de Lisboa.

A Voç de Lamego, de Lamego.

O Povo de Aveiro, de Aveiro.

Jornal de Espinho, de Espinho.

O Regional, de S. João da Madeira.

União Nacional, de Leiria.

Mensageiro do Ribatejo, de Vila Franca de Xira.

Ala Esquerda, de Beja.

A Indústria, de Setúbal.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

Jornal de Lagos, de Lagos.

O ALGARVE

O Algarve, este cantinho do globo, situado ao sul do País, onde a terra se acaba e o mar começa é um paraíso que a natureza criou.

A florescência dos campos, a sua paisagem marítima, maravilhosa, aliada ao magnífico



Infante de Sagres

clima, tornou este rincão da terra num dos mais apreciados.

Para os estimados leitores da *Ação Colonial* que porventura não conheçam o Algarve, vou dar-lhes um itinerário:

Sagres, em todo o seu esplendor, evoca a memória do Infante D. Henrique e com êle a epopeia dos nossos grandes descobrimentos. A Escola que o Infante fundou e as demais recordações que ali nos restam, são dignas de uma visita. A seguir **Lagos**, a velha cidade de outrora, detentora da maior baía da Europa, porto de abrigo das grandes esquadras.

Em **Alvor**, visita-se as ruínas do castelo onde viveu D. João II de Portugal.

Seguindo sempre esta rota, eis nos chegados à Costa Vermelha, a **Praia da Rocha**, a maravilha com que a natureza nos fadou; que hoje é uma das grandes estâncias balneares do País, com a vantagem também do seu belo clima, aproveitado por estrangeiros no inverno e de uma grande frequência nos restantes meses do ano. A nôvel cidade de **Portimão** que lhe fica visinha, grande centro industrial, trabalha e progride.

Monchique e Caldas de Monchique, a Sintra do Sul, mostra-nos a sua magestosa paisagem, bocadinho de encanto, onde um delicioso sonho, nos faz pedir muitos dias de vida. A água medicinal que as suas **Termas** oferece, delícia e dá saúde, pelo que é aconselhada por grandes médicos na cura de diversos males.

Sibes, a outrora **Xelb** capital do grande reino árabe de **Alfaghar**, vive do honroso tradicionalismo, mostrando e oferecendo a visita aos seus castelos. Ali próximo admira-se também a **Crús** de Portugal, monumento nacional.

Em **Loulé**, um dos maiores concelhos do País, vila rica, abrigada por castelos, recordamos as lendas das mouras encantadas e verificando a riqueza das suas quintas, num panorama sublime ao qual **As Amendoeiras em Flor** empresta a melhor nota, ficamos encantados.

Albufeira com a sua bela praia e **S. Braç de Alportel**, terra de portas, cercada por encantadoras campinas, fecham o Barlavento da provincia.

Faro, capital do distrito, a cidade aristocrática, vive no seu papel de dominar tanta beleza. Alguns dos seus museus, são interessantes pelos assuntos expostos.

Olhão, a vila cubista, centro industrial de conservas de peixe, de grande importância, obriga-nos a consultar a História, na qual verificamos o seu grande heroísmo, quando da Restauração.

Tavira, a Veneza algarvia, terra pacata, mas de grandes recursos e finalmente **Vila Real de Santo António** a nobre vila que o Marquês de Pombal edificou em linhas rectas, formam o conjunto da paisagem no Sotavento da provincia, abrindo-nos caminho a terras de Espanha.

Mas, o Algarve não vive especialmente à sombra das suas nobres tradições, nem da sua beleza; aqui trabalha-se e muito, a prova é, que, é uma das provincias de Portugal, onde se realiza um maior numero ou volume de exportações.

Arrancando ao mar o peixe, com que se fabricam as suas acreditadíssimas conservas e à terra os seus saborosos frutos—figos, amendoas, alfarrobas, etc. etc.—e também cortiças, num labor constante, o seu grande desenvolvimento na exportação para o Estrangeiro, representa na balança económica da Nação, um valor de grande importância, no movimento que dá aos seus portos e Alfândegas e consequentemente obriga a entrada de ouro no País o que é para apreciar, sabendo-se de antemão o que isso representa.

Falando neste assunto não quero deixar de citar a provincia do Douro que de mãos dadas com o Algarve, são as provincias mais ricas do País.

Agora, que está aberta a grande Exposição Colonial Portuguesa, na cidade do Porto, iniciativa muito interessante, que só após tantos séculos de colonização soubemos realizar, não fica mal lembrar a todos os excursionistas estrangeiros, que uma visita ao Algarve, é absolutamente recomendável.

Junho, 1934.

OCTÁVIO FERNANDES.

ESTA apetecível e risonha capital do Algarve, tão cheia de vida e luz, continuamente remoçada pelo esplendor do Sol que infatigavelmente a acaricia e beija, esta simpática terra a cuja cutis rosada e alegre as brisas do oceano dão inalterável frescura, sabeis vós, caros leitores, que idade tem?

Oh! Se não sabeis, não vô-la diremos porque seria incorrecto da nossa parte, visto a considerarmos rainha das cidades da nossa provincia.

E neste pé de femilidade, considerando-a sempre tão gentil, tão linda e tão môça, não falamos da sua idade, porque tal nos problem as regras de cortesia, quando se trata de uma senhora.

Diremos apenas que ela foi elevada à categoria de cidade em 7 de Setembro de 1540, por D. João III o qual logo tomado de simpatia por ela, a presenteou, concedendo-lhe o brasão que é aquêle interessante escudo de prata, coroadado, tendo ao centro a imagem de Nossa Senhora da Conceição ladeada por duas tôrres.

E, tal como a vêdes, não quiere dizer que não tivesse tido revezes na vida.

Vários teve. Em 1560, atraídos pela cobiça das suas riquezas, corsários ingleses, em avantajado numero, arribaram à ilha da Barreta e, assaltando-a, a saquearam e incendiaram. Assim foi que a sua vasta livraria, enriquecida por D. Jerónimo Osório, (último bispo de Silves, que para aqui transitara) foi ter à Universidade de Oxford.

Também os terremotos não a pouparam e nos anos de 1722 e 1755, os seus muros foram abalados, as suas casas sacudidas e na sua quasi totalidade soterradas.

Mas de todos os desequilíbrios de tôdas as provações experimentadas ela renasce sempre airosa e bela, viçosa e atraente. E assim hoje, com um liceu central que tem uma população escolar, oscilando entre 800 a 900 alunos, com a sua escola Commercial e Industrial assaz frequentada com as corporações militar e administrativa, de bombeiros municipais e voluntários, com os seus clubes e grêmios recreativos e de Sport, emfim com população citadina que deve orçar por 15.000 habitantes, Faro é uma cidade cheia de movimento e com tal coloração de cambiantes

FARO

que lhe dá uma vida aprazível tornando-se por isso mesmo apetecida e agradável.

Para o literato, o artista e o arqueólogo

ela dispõe de uma biblioteca de mais de 30.000 volumes e apresenta não só um interessante museu fundado em 4 de Janeiro de 1880, onde se vêem restos prehistóricos da idade da pedra e dos metais, esculturas, moedas e outros objectos da época dos visigodos e dos árabes mas também o não menos interessante museu Pedro Nunes, actualmente no Departamento Marítimo do Sul, que encera aparelhos de pesca, construções de navios, máquinas, planos e cartas hidrográficas e quadros a óleo representando molúsculos e crustáceos dos mais importantes da industria de pesca em Portugal.

E então o mimo, a forma fidalga e cativante como ela recebe o turista!...

A que agradáveis passeios, a quantos atractivos panorâmicos ela nos conduz!...

Sem falarmos de Santo António do Alto, que pelo lado do Sul está separado da ria de Vale Formoso, apenas pela variegada *carpete* que a seus pés se estende; sem falarmos dos ridentes vergeis donde aqui e ali se destacam as austeras ossadas, salubrememente ressequidas, dos figueirais cuja produção constitui uma das principais riquezas da nossa provincia, diremos que Faro é centro, ou melhor, quartel general de quantos a visitam.



Pesca de atum

Daqui os turistas derivam para Barlavento ou Sotavento, voltando para adormecerem à noite no plácido e doce recolhimento de tôdas as louçanias, de todos êsses primores que nos embriagam pelas alacridades da côr, pelas combinações de tintas admiravelmente entrelaçadas em tôda a costa algarvia.

(Segue na pag. 40)

O PAVILHÃO DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

A Companhia de Moçambique construiu no recinto da Exposição um pavilhão privativo, dando a sua representação um relevo muito especial.

Dentro dele instalou o mais valioso e completo documentário que se possa imaginar, demonstrando a eficácia da acção que durante quarenta e dois anos vem desenvolvendo no Território confiado à sua administração.

Maquettes, dioramas, quadros e gráficos espalhados com um grande sentido de equilíbrio e decoração, pelas três salas que o pavilhão abrange, constituem a prova eloquente do trabalho realizado com uma persistência verdadeiramente exemplar.

Os vários capítulos que podem interessar os entendidos e o público em geral dando-lhe, por processos simples e sugestivos, a ideia exacta do progresso verificado, aparecem tratados no pavilhão da Companhia de Moçambique não deixando o seu exame qualquer dúvida sobre a importância do caminho percorrido desde 1892 até aos nossos dias.

A população, a economia, a protecção ao indígena, as vias de comunicação, a assistência médica, a instrução surgem aos olhos do visitante em todos os aspectos da sua evolução, sendo flagrante o contraste entre o que existia há quarenta e dois anos e aquilo que hoje existe.

Só nestes últimos trinta anos, desde 1903, a população indígena subiu de 182.255 para 344.091 habitantes; o aumento da população europeia, especialmente da portuguesa, é também um sintoma da prosperidade e das condições excelentes do desenvolvimento do Território.

Se através do documentário que a Companhia de Moçambique apresenta na Exposição investigarmos da produção agrícola, da actividade industrial e do movimento comercial encontraremos os mesmos índices de progresso.

Para dar, resumidamente, uma ideia da importância da actividade económica do Território, basta dizer que ela era representada em 1892 por 15.046 contos, tendo atingido em 1930 a importante cifra de 2.011.477 contos e sendo ainda em 1933, apesar das dificuldades da crise, representada por 946.799 contos.

No capítulo de protecção ao indígena a Companhia tem conseguido os melhores resultados, que aparecem documentados na Exposição, com a sua reorganização de serviços posta em prática desde 1926, podendo considerar-se exemplares as suas normas de fiscalização de trabalho e as que regulam a vida e actividade dos naturais; a prova de que assim é, encontra-se no acréscimo populacional, nos sentimentos sempre manifestados pelos indígenas e nos depoimentos de inúmeras personalidades.

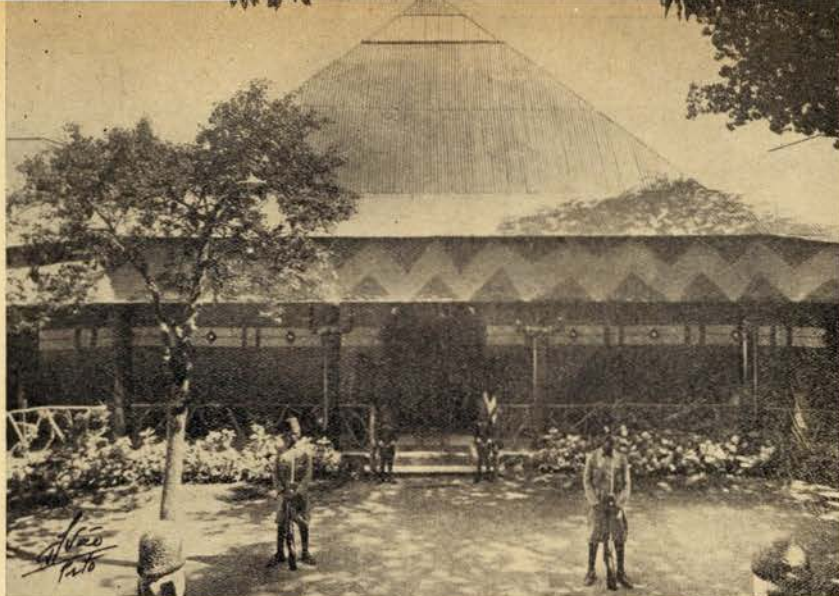
As vias de comunicações, estradas, caminhos de ferro, portos, apresentam uma melhoria sensível em relação à data em que a Companhia iniciou a sua administração. Pouquíssimas eram as estradas existentes em 1892; hoje a sua rede eleva-se a 5.072 Km. Naquela data não havia caminhos de ferro, atingido hoje a rede ferro-viária, em via larga, 568 Km.

O pórtico da Beira, cuja importância geográfica e comercial toda a gente conhece, pode ser apontado como um dos melhores de toda a África, encontrando-se apetrechado para um amplo movimento de carga e passageiros. Em 1933 entraram nele 587 navios, sendo o movimento de carga representado por 462.943 toneladas e o de passageiros por 9.328.

A assistência médica é um dos problemas a que a Companhia tem dedicado toda a sua atenção e interesse, conseguindo, com um esforço metódico e constante, melhorar as suas condições existindo hoje no Território quinze hospitais e dez enfermarias com um corpo clínico escolhido e a mais moderna e completa aparelhagem.

Muito útil tem sido também a sua acção no que respeita à instrução pública: as três escolas rudimentares existentes em 1892 transformaram-se numa vasta organização pedagógica que abrange hoje oitenta e oito estabelecimentos de ensino, de instrução rudimentar, de instrução primária, de artes e ofícios e de preparação de professores indígenas.

E toda esta admirável acção que no Pavilhão da Companhia de Moçambique aparece documentada por forma a torná-lo um dos mais valiosos elementos da Exposição do Porto.



Fachada central do Pavilhão e Interiores



Major Mendes do Amaral
Governador do Banco de Angola
e Antigo Ministro das Finanças



Dr. Lyster Franco
Presidente da Comissão de Turismo
de Faro



Dr. Antonio Guerreiro
Vice-Presidente da Comissão de Turismo
de Lagos

Sociedade Propaganda de Portugal
TOURING CLUB DE PORTUGAL

Fundada em 28
de Fevereiro
de 1906



Considerada de
utilidade pública
por decreto
n.º 6440 de 3 de
Março de 1920

Largo do Chiado, 12, 2.º
TELEFONE 23972 LISBOA



Vista aérea de Macau

Joaquim Trindade

Primeiro Fabricante de BOLAS
DE FOOT-BALL EM PORTUGAL
CASA FUNDADA EM 1908

Bolas Amarelas - Marca Nacional - Registrada



Bolas Amarelas - Marca Nacional - Registrada

São as únicas sem favoritismos, mas sim pela sua perfeita fabricação, e dentro das regras e dos regulamentos, de péso e de medida, são usadas em todos os campeonatos nacionais e internacionais. Completo sortido em todos os outros artigos de Sport.

452, Rua Santa Catarina, 454
PORTO — PORTUGAL

**AVISO DA ADMINISTRAÇÃO
DA «ACÇÃO COLONIAL»**

Todos os cartões de identidade e credenciais passadas por esta Administração e Direcção caducaram com o presente número, só tendo validade os de data ulterior.

F A R O

(Continuação da página 38)

Se se dirigem para Barlavento seguindo toda a orla que em fantásticos relêvos acompanha a costa algarvia desde Albufeira à Ponta de Sagres, formando uma continuidade de praias, cuja falésia imprime e vinca as mais diversas impressões, ser-lhes-há dado colher as mais variadas emotividades.

Depois de terem sentido a emoção forte, que se experimenta perante a grandiosidade e o bloco tetânico das pedras negras que inspiraram ao Infante de Sagres aquela monumental obra que transformou e refundiu a ciência geográfica de então, depois de terem aspirado os ares fosfatados e acres daquela região toda iodada, experimentarão, no interior, à *volte-face*, a surpresa dum panorama absolutamente diferente, quer pela luxuriante vegetação, quer pelo pitoresco das altitudes cuja suavidade dos ares aprazíveis e riqueza d'águas atraem milhares dalmas sófregas do repouso e bem-estar.

Se se dirigem para Sotavento, de Albufeira a Vila Real, notarão que a Natureza ali muda de aspecto. Desapareceu a falésia elegante para dar lugar aos alcatifados extensos de areia doirada, onde no verão as crianças doídem sob os afagos do Sol enquanto o oceano amoroso e terno tece com a sua saliva quiméricos desenhos.

Para o interior, olhando a serra formada de cabeços arredondados, com as ondulantes e louras cabeleiras que lhes oferecem os trigais, como é lindo o quadro que nos sugere essa admirável tapessaria de inegalável verde-claro.

Emfim todo este rincão simultaneamente activo e sonhador, risonho e atraente, que se chama Algarve, tem como capital e centro Faro, cidade que modernizando-se segue esteio do progresso.

Sousa G

AGENDA do Império

A ACÇÃO COLONIAL está organizando uma Agenda com este título, de género absolutamente inédito entre nós.

Hotel e Restaurante GARRIDO VIZELA

Excelente hotel, com um bom restaurante, situado num dos pontos mais centrais de Vizela, muito próximo do Estabelecimento Termal, tendo uma boa instalação eléctrica. Quartos espaçosos e higiênicos, decentemente mobilados e um óptimo serviço de mesa. Cozinha à portuguesa, dirigida pelo seu proprietário.

Para mais esclarecimentos, dirija-se a
J. ALVES TEIXEIRA — Vizela

FÁBRICA DE
TECIDOS DE
ALGODÃO DE

ALFREDO ALVES FERREIRA DE BRITO

VIZELA

Especializados em panos brancos

PENSÃO TERMAS

Rua Dr. Abílio Tórreres

VIZELA

TELEFONE 10

Bom serviço de mesa
Bons quartos
Serviço à Lista

A Proprietária,
Maria da Conceição Ferreira

INDÚSTRIA NACIONAL

Lâmpadas "LUMIAR"

Trazemos a mais grata impressão da visita que acabamos de fazer à fábrica que a Empresa Nacional de Aparelhagem eléctrica montou na Avenida 24 de Julho, 158, em Lisboa, para fabrico das lâmpadas eléctricas "LUMIAR".

É ali que, instalada num edifício moderno, obedecendo a todas as exigências da higiene e da técnica, uma numerosa mão d'obra nacional se dedica à fabricação da lâmpada portuguesa.

Longe vai o tempo em que a electricidade era um luxo. Hoje, desde as grandes cidades às mais remotas aldeias, a lâmpada eléctrica tornou-se, ao lado das géneros de alimentação ou de vestuário, um verdadeiro artigo de primeira necessidade, daqueles que todas as nações procuram produzir dentro das suas fronteiras, colocando-se assim ao abrigo de possíveis complicações internacionais e evitando assim a importantíssima drenagem do ouro que a importação de tais artigos representa.

É por isso altamente consoladora a visita a esta fábrica. De hoje em diante Portugal fabrica lâmpadas eléctricas de qualidade que rivalisa com as melhores marcas estrangeiras e em condições de não só abastecer o mercado nacional como até, pela exportação, trazer abundantes receitas à nossa economia.

É favor de todos nós apoiar as iniciativas de tanto valor.

Fábrica da Camisaria Progresso, L.^{da}

Rua de S. Julião, 32, LISBOA — Telef.: 2 0438. Teleg.: PROGRESSO

INDUSTRIA PORTUGUEZA

MARCA REGISTADA

Os nossos
Artigos
recomen-
dam-se



Pelo seu
bom acaba-
mento
e Preços

LISBOA

Exportação para o Continente, Ilhas e África
Fabrico primoroso em Camisas, Cuécas, Colarinhos, Pijamas, etc.

Testa & Amadores

AGENTES BANCARIOS E
DEPOSITARIOS DA "SHELL"

Telef.: 26 Teleg.: TESTA

Mercearias por grosso

AVEIRO

FATOS SEM PROVA?!!!

Sim! Fazem-se por medida para qualquer cliente, homens ou meninos, do Continente ou do Império Colonial, restituindo-se a importância ao cliente que não ficar satisfeito.

Temos a mais completa secção de **Vestuário já feito**, para homens e meninos, onde todo o cliente que tenha urgência encontra qualquer género de vestuário de que necessitar, tão perfeito como se o tivesse provado.

Não temos o artigo ordinário de baixo preço, mas sim o **Artigo bom por preços baratos**, por comprarmos tudo nas melhores fábricas a pronto pagamento.

OLD ENGLAND

SARMENTO & C.^a

Rua Augusta, esquina da Rua de S. Nicolau — LISBOA

Enviem-se Amostras e Catálogo gratis

GRANDE HOTEL DE ESPINHO

Hotel com todo o conforto moderno

Rua N.º 19 — ESPINHO — Portugal

Telefone: 2 Endr. Teleg.: GRANDOTEL-ESPINHO

Casa expressamente construída para este fim

Expléndida sala de jantar, bons quartos. Casa de banho em todos os andares. Magnífica sala de visitas com piano. Gabinete de leitura. Caixa de correio e Garage.

O correitor do Hotel comparecerá à chegada e partida de todos os comboios

PROPRIETÁRIOS:

FERNANDO LAGO & C.^a

HOTEL DA GRANJA

GRANJA 15 — ARCOZELO

PÃO DE LÓ PRIMOR

DE

Joaquim Pereira

Praça da República

Telefone: 11

FILIAL: Em frente ao Parque

VIZELA

PENSÃO OVARENSE

(Junto à Estação do Caminho de Ferro)

O máximo de asseio,
O máximo de comodidade
com o mínimo de preços

OVAR

PENSÃO DO PORTO

DE

José Monteiro de Lima

Rua N.º 8, 751

ESPINHO

FÁBRICA DA PORTELA DE FIGUEIREDO & SOARES

Fiação e mercerização de fios finos

Telefone: 87 — Santo Tirso

PENSÃO PORTUGAL

PROPRIETÁRIO:

Mariano C. de Oliveira Peixoto

Rua N.º 16, 519 (Antiga Avenida do Teatro)

ESPINHO

Bons quartos higiênicos,
bem mobilados, com luz eléctrica e bonitas vistas. — Quarto de banho. — Boa mesa. — Tratamento familiar. — Máxima seriedade. — Almoços e Jantares.

PREÇOS MÓDICOS

Hotel do Toural

PAULINO FERREIRA LEITE

CONCESSIONÁRIO DO HOTEL DA PENHA

HOTEL DE 1.ª CLASSE

Instalações higiénicas e confortáveis.
Esmerado serviço de cozinha.
É o hotel que mais comodidades
oferece aos seus clientes

TELEFONE 74
GUIMARÃES

HOTEL DA PENHA

ABERTO TODO O ANO

PROPRIETÁRIO

PAULINO FERREIRA LEITE

(CONCESSIONÁRIO DO HOTEL DO TOURAL)

TELEFONE 74
GUIMARÃES

GRANDE ESTANCA DE TURISMO
A 617 METROS DE ALTITUDE

INSTALAÇÕES MODERNAS E CONFORTÁVEIS
CAMIONETAS À CHEGADA DOS COMBÓIOS

Grande terraço em que se servem refeições ao ar
livre, com horizontes largos e os
mais belos panoramas da região

Café Toural

O MELHOR E O MAIS
FREQUENTADO

EXPLÊNDIDAS CEIAS
DAS 11 ÀS 2 HORAS

Salas de Bilhares
e jogos de vasa

PRAÇA AFONSO HENRIQUES

TELEFONE 74
GUIMARÃES

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS

DE

João Ribeiro da Cunha,
Filhos & C.ª, L.ª

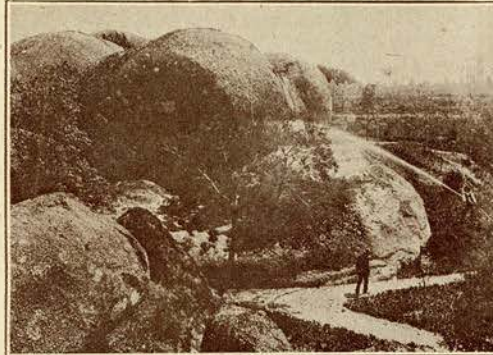
ANTIGA FIRMA

Cunha & Ferreira, L.ª

Fábrica Textil de Pevidem

Telefones { 25 — Réde de Pevidem
233 — Réde de Guimarães

PEVIDEM — GUIMARÃES



Um trecho do formoso Parque da Penha — Guimarães

FÁBRICA DE TECIDOS DO SAGANHAES

DE

António Ribeiro
da Cunha

TELEFONE 3

PEVIDEM — GUIMARÃES

FÁBRICA DE TECIDOS DE LINHO E ALGODÃO

PANOS EM TODAS AS LARGURAS

Albano M. Coelho Lima

TELEFONE 12

PEVIDEM — GUIMARÃES

Empresa Textil do Sumes, L.ª

FÁBRICA
DE TECIDOS
DO SUMES
DO RIO SELHO

TELEFONE 19

SUMES — PEVIDEM

CASA DOS LINHOS
(REGISTADA)
TEIXEIRA D'ABREU & C.ª
Premiados na Exposição de Paris de 1900
Fabrico especial de panos de linho de Guimarães
Algodões, panos d'algodão, leões, celhas de seda
e ditas d'algodão. Bordados regionais; servizes para
camisa, ditas para mesa, cobres, sapateiros, etc.
32, 33, 34, Largo Prior do Crato, 35, 36, 37
Telefones N.º 25
GUIMARÃES

ANTIGA TINTURARIA DE GUIMARÃES

Fundada em 1871

DE

FRANCISCO JOSÉ FERREIRA, FILHOS

26 — Rua Gil Vicente — 30
GUIMARÃES

Nesta acreditada tinturaria, executam-se todos os serviços concernentes à sua arte, por processos modernos. Tintas firmes em tôdas as cores, e preto, para todos os artigos. A que garante tôdas as suas tintas. Remete encomendas contra reembolso para tôdas as terras do país. Tingem também: Carpetes, tapetes, resposteiros, etc.

PREÇOS SEM COMPETÊNCIA

Pensão Caroco

PROPRIETARIA

Júlia Mascarenhas Sineiro

TELEFONE 23

SANTO TIRSO

FÁBRICA «ARCELINHA» DE PENTES E AGULHAS DE LÃ

V.ª José Pinheiro da Costa e Sousa

Premiada em diferentes Exposições
A mais moderna em fabricação,
e mais antiga em fundação

Rua da Arceia, 2-4-6 — GUIMARÃES



FÁBRICA DE CUTELARIAS DE JOSÉ FERNANDES GUIMARÃES

Fabrico de navalhas e canivetes.
A melhor marca do país. Marca
n.º 20 — Registada. Premiada na Exposição
Industrial e Agrícola Concelhia 1923

Rua da Liberdade, 99 a 101 — GUIMARÃES

Fábrica de Tecidos da Ponte Velha

SANTO TIRSO

DE

JOAQUIM MANUEL
RODRIGUES & C.ª

TELEFONE 91

ESCRITÓRIO NO PORTO:

Rua do Heroísmo, N.º 276

TELEFONE 5733

PREFIRA

Ponche Albergaria

FÁBRICA:

Avenida Camilo, 116 a 120

PORTO-PORTUGAL

Francisco J. da Cunha Guimarães & Filhos

Fábrica de Fiação e Tecidos

DE

Santo António do Cahido

e do Moínho do Buraco

(FUNDADA EM 1890)

TELEFONE 235

(RÉDE GUIMARAES)

PEVIDEM

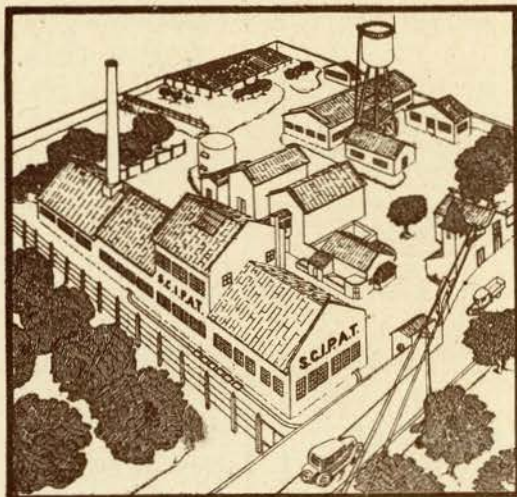
SCIPAT

UMA NOVA INDÚSTRIA QUE HONRA O PAÍZ E QUE É FACTOR IMPORTANTE NO FOMENTO COLONIAL

Tradicional como é a relutância que existe na aplicação de capitais em novas modalidades da indústria, nós vemos com infinito prazer ressurgir entre nós a exploração industrial e comercial de um producto que muito ha-de concorrer para o desenvolvimento económico das nossas provincias ultramarinas, a par dos beneficios que dela resurgem no campo da alimentação.

A «Acção Colonial», que toma interesse por tudo quanto diga respeito a iniciativas tendentes ao progresso da economia nacional, não podia deixar de fazer uma referência encomiástica ao patriótico grupo de portugueses que, entre nós, iniciou uma indústria tão simpática, tão útil e de tão largo futuro, — qual seja a exploração industrial da bananeira que prolifera admiravelmente nas nossas colonias e cujos fructos são demasiado conhecidos como alimento precioso, rico em elementos de primeira ordem para o enfortalecimento do organismo.

Tendo-se constituído em Lisboa a Sociedade Comercial e Industrial de Productos Alimentares Tropicais, não podiamos deixar de registar nestas columnas algumas palavras de louvor a empreendimento deste vulto, não só porque traz novos horizontes



à cultura tropical, como da grande incentivo áqueles que em terras africanas laboriosamente mourejam.

As matérias minerais, gorduras, açucares, amido, celulose e proteínas de que se compõe a polpa da banana, tornam esta o alimento ideal que, segundo os médicos, se torna indispensável na nutrição e desenvolvimento da creança e que nos adultos é precioso para o enfortalecimento do organismo.

Nos paizes de grande cultura científica desde ha muito tempo este alimento se usava; entre nós nada se havia feito nesse sentido. A SCIPAT, veio, porém, demonstrar que existem ainda em Portugal homens da boa vontade, cuja iniciativa é profícua não só á saúde como á economia da Nação. Os seus productos industriais, BANANINA e BANAGAU, estão sendo procuradissimos pelo grande público, a conselho dos médicos, pois, da Fábrica modelar que a Scipat possui no Calhariz de Bemfica oferece ao consumidor todas as garantias de confeção e qualidade dos productos, dado o impecável cuidado dos seus técnicos na manipulação e hygiene. É com verdadeiro prazer que registamos os nossos parabens á Direcção de tão prestimosa Indústria.

ARMAZEM DE CABEDAIS
de Nuno dos Santos Ferreira & C.^a
Rua Direita (Baixos do Monte Pio) VIZEU
TELEPHONE 31

SOLAS dos melhores fabricantes. Sortido completo e a venda de todas as qualidades de CABEDAIS. Todos os artigos próprios para calçado desde o mais modesto ao mais luxuoso.

VENDAS POR JUNTO E A RETALHO
PREÇOS SEM COMPETENCIA

PADARIA «MARINHEIRO»
DE CARLOS MARQUES
Avenida Mousinho d'Albuquerque, 47
PÓVOA DE VARZIM

Especialidade em pão bijou, pão francês, pão doce, pão coado fino, mistura e pão de milho

Fabrico por processos mecânicos, facultando-se a assistência do público.
ACEIO E LIMPEZA INEXCEDITAIS

O Bem Arranjadinho de Leixões

Fornecem-se almoços e jantares para fóra
ACEITAM-SE PENHIONISTAS

PREÇOS CONVENCIONAIS
CLAUDIO T. BASTOS

118, RUA DO CASTELO, 120
LEÇA DE PALMEIRA (LEIXÕES)

O COLSON

ESPECIALISTA ROUPEIRO
CONFECCIONA ROUPAS BRANCAS EM TODOS OS GENEROS
FORNECE O TECIDO OU RECEBE O DOS CUJENTES
MONOGRAMAS E ENXOVAIS

RUA IVENS, 17-A
TEL. 2 5022 LISBOA

POVOA DE VARZIM

Pensão Avenida

A MELHOR DESTA PRAIA

Rua Mousinho de Albuquerque, 3 a 7

TELEPHONE 94

Palacio Pensão Leixões

Recomendado pelas suas instalações pela Sociedade Propaganda de Portugal

Rua Ribeira Brava, N.º 2

LEÇA DE PALMEIRA

TELEPHONE, 77-M

FABRICA DE SUSPENSORIOS
CINTOS e LIGAS MELBER

TELEPHONE 1572

JOSÉ PRIETO PÉREZ

RUA DOS CALDEIREIROS, 137-1.º / PORTO

ARMAZEM

DE
SOLA E CABEDAIS

ADELINO DIAS DA SILVA

TELEPHONE 4966

14, Trav. da Rua Formosa, 18 — PORTO

PENSÃO ESTEFANIA

LEÇA DA PALMEIRA

Aposentos higiênicos e confortaveis

Ótimo serviço de cozinha

R. BRITO PAIS, 7 — LEIXÕES

Café - Restaurante Lusitano

DE ANTONIO D'OLIVEIRA GUERRA

ESMERADO SERVIÇO DE MEZA

COMODOS e HIGIENICOS QUARTOS

A.MOÇOS, JANTARES, LUNCHES e CEIAS
Rua Marquês de Pombal — MARINHA GRANDE
Telefone N.º 45

MADEIRAS

DO PINHAL DE LEIRIA

José Guilherme Roldão & C.ª, L.ª

MARINHA GRANDE

FABRICA DE VIDROS

A CENTRAL

J. Ferreira Custodio & C.ª

[FUNDADA EM 1894]

Telefone N.º 15
MARINHA GRANDE

Bôca

Estomatites Mercuriais ou bismuticas, Piorreia, Gengivas descarnadas ou a sangrar e outras doenças da bôca curam-se com o uso da PASTA MEDICINAL COUTO

Fabricantes: Couto, Limitada / Largo de S. Domingos, 106 / PORTO
Agentes em Lisboa: Vicente Ribeiro & C.ª / R. dos Fanqueiros, 84-1.º / Tel. 26663
Evita o uso do clorato de potássio ás pessoas que fazem tratamento mercurial

OS RELOGIOS DA FÁBRICA NACIONAL **A BOA REGULADORA** SÃO OS MELHORES RELOGIOS

Hotel Francfort
ANTIGO FRANQUEIRA
 Avenida dos Combatentes da Grande Guerra
 BRAGA
 Telefone 193

Este hotel está local sado no ponto mais central e lindo da cidade, oferecendo todas as comodidades e tendo água corrente em todos os quartos

Instalações obedecendo a todas as indicações da Comissão Central do Turismo

PREÇOS MÓDICOS

CARREIRAS DE AUTO-CARS
BRAGA-PORTO e
 Braga-Povoá de Varzim

DA
VIAÇÃO AUTO MOTORA
 DE
António Magalhães & C.^o

Tele-fone 402—BRAGA—TAXIS

Partidas de Braga		Partida de Porto	
(a)	8,25 Horas	(a)	8,45 Horas
(a)	9,40 "	(a)	11,00 "
(a)	11,10 "	(a)	14,30 "
(a)	13,25 "	(a)	17,15 "
(b)	18,10 "	(a)	19,00 "

(a) Esta carr. tra não se realiza nos domingos
 (b) " " " nos domingos parte de 20 horas

Rua do Almada, 177 Telefone 4151

PENTES — TRAVESSAS

E ARTIGOS DE GALALITE E CELULOIDE PARA O CABELO

USEM SÓ MARCA

Veado

de José Mendes d'Oliveira

Telefone 26
GUIMARÃES

Empresa Comercial do Minho
 (SILVA, NUNES & C.^o)
BRAGA
 FONE 96
 TELE / GRAMAS. «EMPRESA»

Compra e venda por junto de: merceario, azeite da mais fina qualidade e das melhores procedências, com pureza garantida por ANÁLISE OFICIAL. Enxofre, sulfato nacional e estrangeiro, adubos e muitos outros artigos.

Depositiários da exploração cimento «LIZ»

Preços de absoluta concorrência

ESCOLA MODELAR

Angulo das Ruas Santa Catarina e Passos Manuel — PORTO

CURSOS DOS LICEUS E COMERCIAES

ADMISSÃO ÀS UNIVERSIDADES E AOS INSTITUTOS INDUSTRIAES E COMERCIAES

Fernando Almeida & C.^o

ARMAZEM DE TECIDOS DE ALGODÃO

TELEFONE: 103
 TELEGRAMAS: «Fernando Almeida»

GUIMARÃES

Ferragens, Pentes e Cutelarias

Fabrics de calçado para homem e criança

Augusto Mendes

45,
 RUA DE GIL VICENTE,
 47

GUIMARÃES

Fabrica de Malhas SANTA LUZIA

ANTONIO VAZ DA COSTA
 RUA DE PAIO GALVÃO
 Telefone 98
GUIMARÃES

REPRESENTANTES:
 NO PORTO:
 AMANDIO SOTTOMAYOR
 Rua da Constituição, 821

EM LISBOA:
 ANTUNES & FONSECA, L.^{da}
 Rua dos Fanqueiros, 234-2.^o

CASA SILVAS

DE
A. J. SILVA & IRMÃO

Grande sortido de lanifícios, malhas, sedos, algodões, meias, peugas e miudezas.

65, Campo Cendo da Agrolongo, 67—BRAGA

LIVRARIA CRUZ DE CRUZ & C.^o Limitada

121, R. D. Diogo de Sousa, 133, Braga—Telef. 29

Completo sortido de livros adoptados em todos os estabelecimentos de ensino. Livros de arte, sciencia, lieratura, medicina, liturgia, missa e devoção.

AGÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES
 Correspondência directa com as principais livrarias da Europa.

REME E-SE CATALOGO GRATIS

Garage Herculano

DE
 Herculano dos Santos Pereira

Acessorios para diversas marcas de automoveis

Rua Candido Reis, 15
 BRAGA

INDUSTRIA DE MALAS

São os viajados que dizem para viajar com os artigos de viagem da Casa

FRANCISCO JOSÉ FERREIRA
 Rua do Sou fo, 87—BRAGA

Armazem de Ferragens e Deposito de Balanças Decimais

SANTOS & C.^o, L.^{da}

Casa exportadora de fogões, metais, balanças e cofres.

55, R. Miguel Bombarda, 59
 BRAG — Telefone 333

Visita Braga?

Vá almoçar ou jantar ao **CAFÉ RESTAURANTE PENINSULAR**

O mais bem situado e o que melhor serve

ARCADA - Telefone 237

Montagens Electricas de Luz e Força

A. Barbosa

Casa fundada em 1912—A mais antiga da provincia do Minho

TELEFONE N.º 123 **BRAGA**
 Rua Candido Reis

PENSÃO TIVOLI
 BRAGA

22, Avenida da Liberdade

REGIMENS ALIMENTARES DIETAS

Serviço combinado com as TÊ-MAS DO GÊREZ E CADELAS

Bons aposentos — Economia — Atenção — Asseio



BRAGA — Vista geral

SALA DE FUMO

Variado sortido de artigos de papelaria

LOTARIAS: A coisa que mais vezes tem vendida a **SORTE-GRANDE**

CERVIZAS—LARANJADAS—REFRESCOS

64, Rua Miguel Bombarda, 65—BRAGA

BAZAR BRAGA
 CASA DE CONFIANÇA de Miguel A. J. de Silva Braga, Succesor

FUNDADA EM 1882—TELEFONE 160

Rua Nova de Sousa, 137 e 143
 Rua da Misericórdia, 1 e 7
 Filial: Rua da Misericórdia, 2 e 8
BRAGA

Grande sortido de brinquedos e quinquelherias, bijouterias, perfumarias, óptica, miudezas, talheres, cutelarias, etc. Armazem de vendas por junto e a retalho — PREÇOS FIXOS.

PENSÃO MATOS

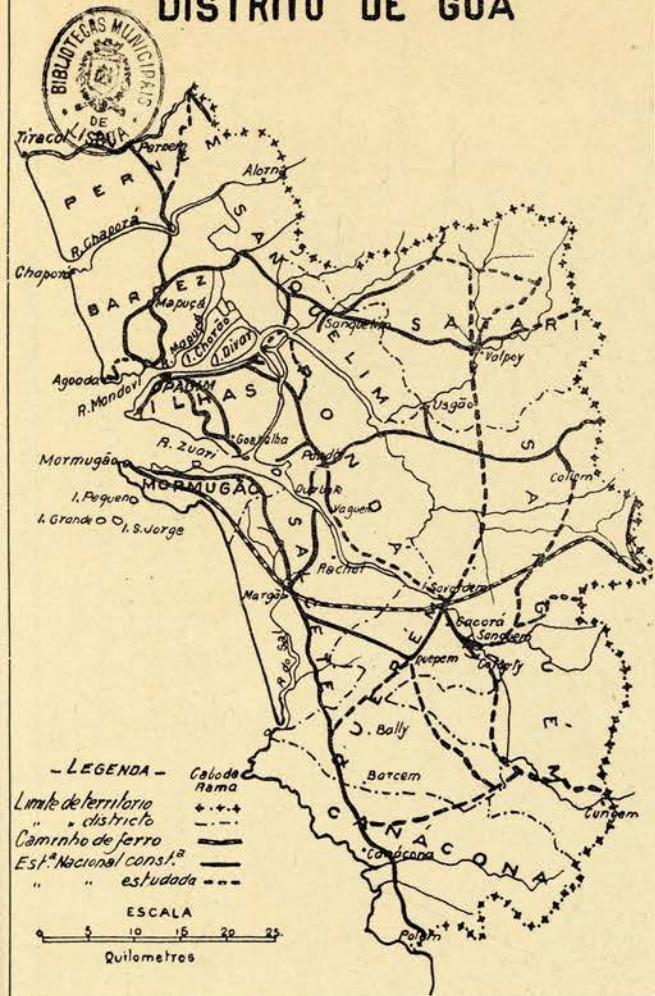
EXHOTEL situado no local mais central da cidade: **RUA CANDIDO DOS REIS, 33 e 41—BRAGA**

Conforto e asseio—Airosa sala de jantar—SERVIÇO DE RESTAURANT, independente do lato de jantar dos Ex.^{tas} Hospedes—Esmerado tratamento com ou sem dieta—Magnificos quartos com excelentes vistas.

DIARIAS DESDE 20500

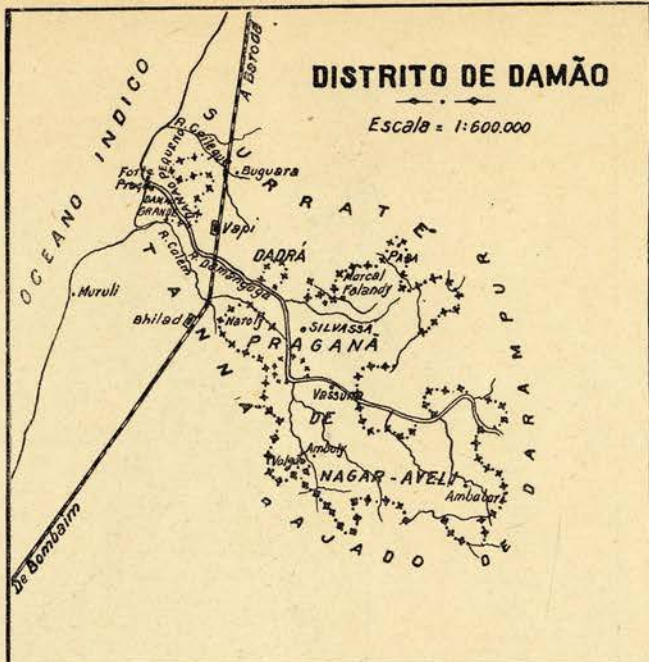
Proprietaria e Administradora: **JOSÉ MALLEIRO**
 Tem correitor na estação à chegada dos comboios

DISTRITO DE GÔA



DISTRITO DE DAMÃO

Escala = 1:600.000



DISTRITO DE DIU

Escala = 1:250.000



ÍNDIA

Onde outrora Portugal possuiu domínios tão vastos, existem apenas hoje os distritos de Gôa, Damão e Diu, numa superfície de 4.000 k.^{ms} 2 e com 600.000 habitantes, metade dos quais são indígenas convertidos ao cristianismo e europeizados.

A maior riqueza é agrícola e a instrução atinge alto grau de desenvolvimento, sabendo ler e escrever, quasi todos os homens. Possui Escola Médico-Cirúrgica em Nova-Gôa, Liceu Central, 2 Municipais, Instituto Comercial, Escola Normal, várias Escolas

Industriais e Agrícolas, além de 130 Primárias. Exporta frutas, peixe seco e salgado e sal. A indústria do magnésio tende a desenvolver-se.

Atestam a nossa grandeza na Índia, os mosteiros, e obras de arte em Gôa, que chegou a ter cerca de 100 igrejas, entre elas a do Bom Jesus, que abriga o túmulo de S. Francisco Xavier. Arcebispo: Primaz do Oriente e Patriarca das Índias.

PRODUCTOS FARMACEUTICOS E LABORATORIOS

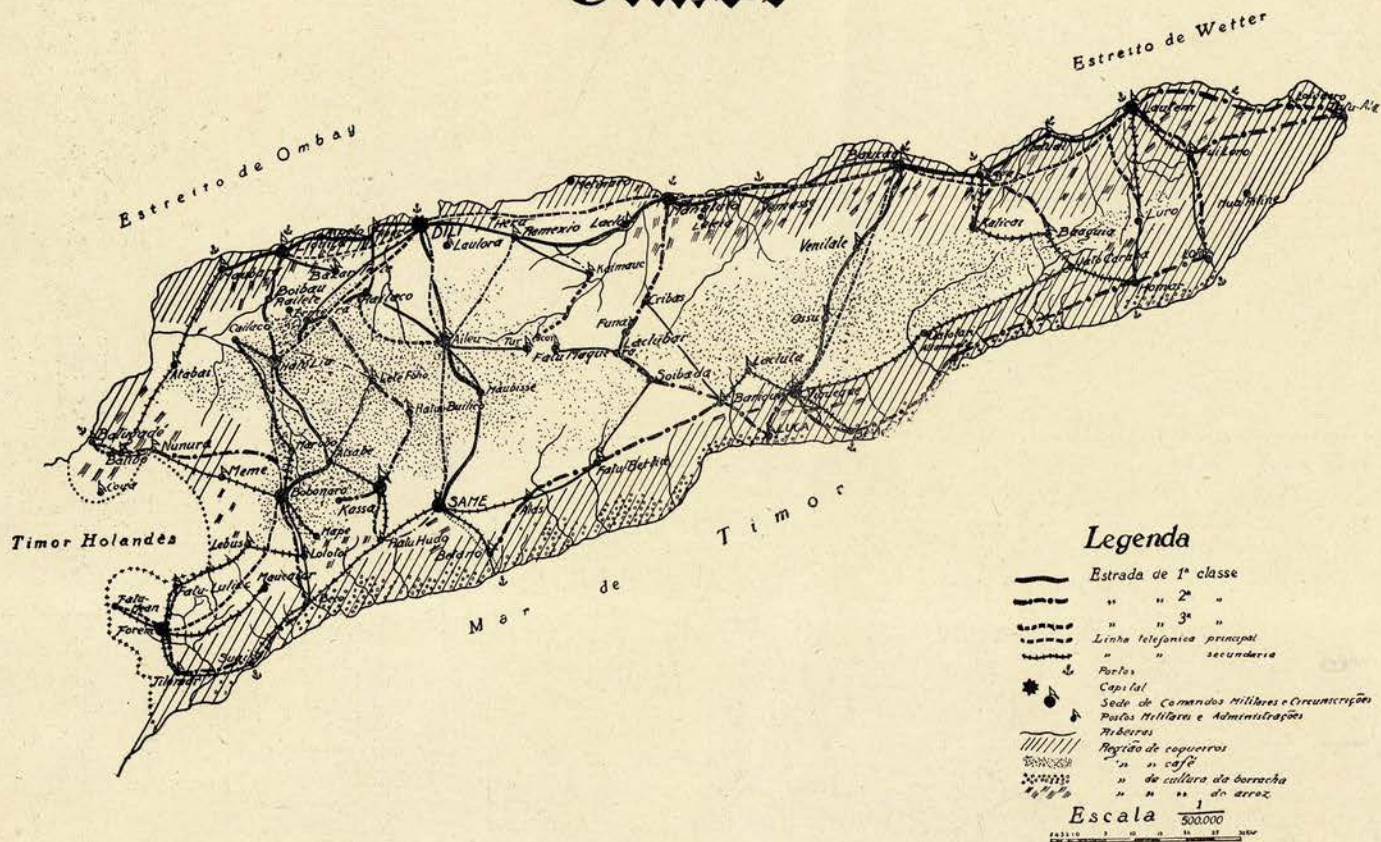
Instituto Pasteur de Lisboa

RUA NOVA DO ALMADA, N.º 69
L I S B O A
TELEFONES: 2 0113-14-15

Já disse!...
Para se trajarem com elegância e bom gosto só usando o clareu

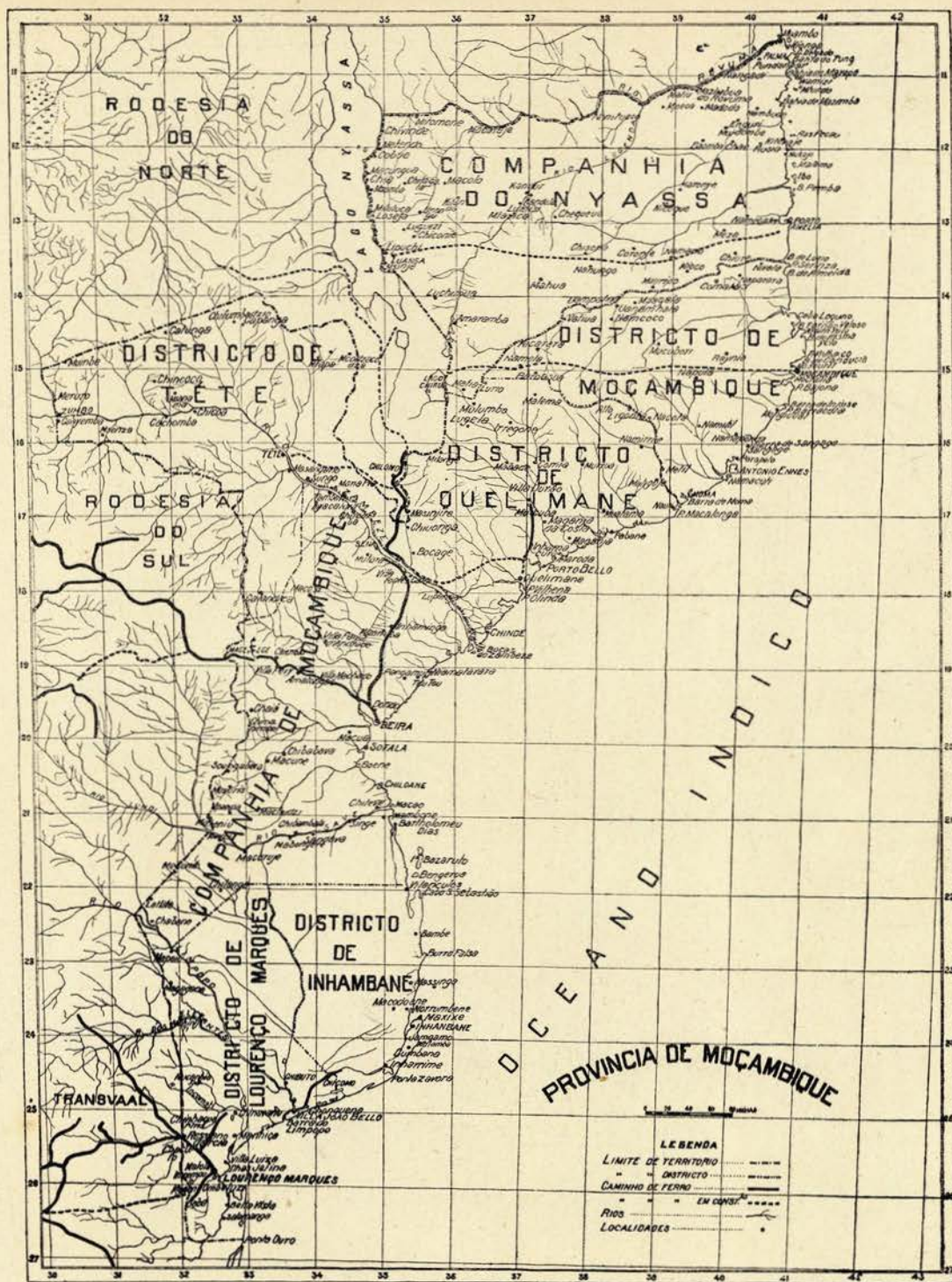
Ródia
a grande marca portuguesa
Rua da Palma, 159A Lisboa

Timor



Do vasto Império que Portugal possuiu no extremo Oriente é, além de Macau, tudo quanto resta. No arquipélago de Sonda, esta longínqua Província ocupa metade da ilha do mesmo nome, na extensão de 19.000 quilometros e com cerca de 500.000 habitantes, quasi todos malaios, inteligentes e dóceis que se dedicam à agricultura e criação de gados.

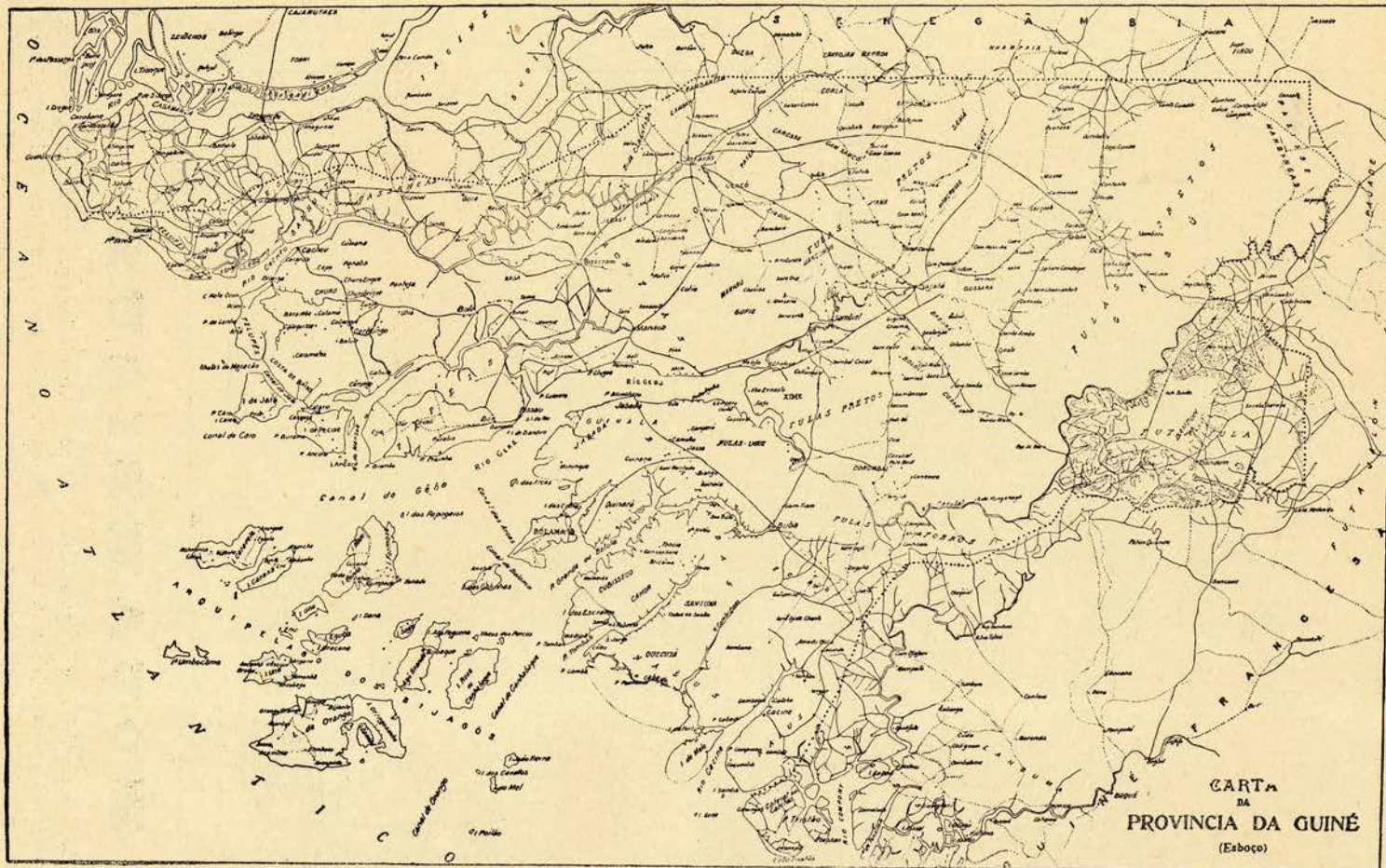
Timor oferece largas possibilidades económicas: terreno fértil para as mais variadas culturas; riqueza florestal e mineral. Clima litoral, 29°,5; a 650^m de altitude, 23°,5. Ponto culminante, Mai-Lau, com 2950^m de altitude. Estradas 400 quilometros. Porto: Dili, capital.



MOÇAMBIQUE

Com 771.133 k.^m² e 4 milhões de indígenas, 18.000 brancos, 8.000 índios e 9.000 mestiços, Moçambique, apresenta o maior progresso e desenvolvimento. Lourenço Marques, capital, com o seu porto admirável, é hoje a mais importante e moderna cidade do nosso ultramar, centro de turismo e de grande movimento.

Solo fertilíssimo, riqueza pecuária, sub-solo com ouro, carvão, etc.



G U I N É

Descoberta em 1496 por Nuno Tristão e Alvaro Fernandes, começou a ser explorada pelo Infante D. Henrique, pelo processo das feitorias. Superfície 36.000 kms.² e 350.000

habitantes. Exploração exclusivamente agrícola e pecuária.

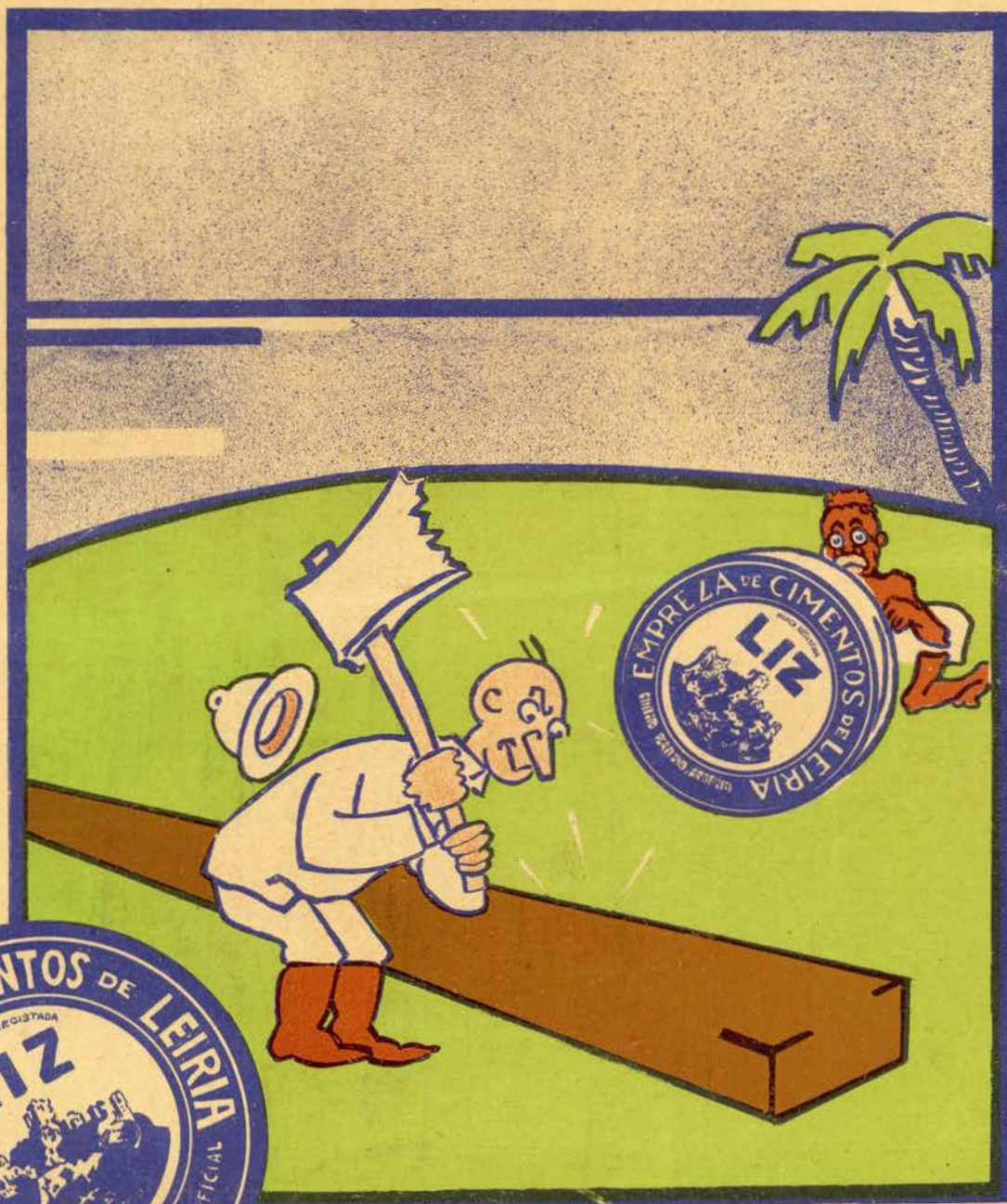
Óptimos terrenos para cultura de mancarra, arroz, milho, batata, algodão, etc.

Exporta coconote, mancarra, couros, azeite de palma, cera e borracha. É cortada em todos os sentidos por óptimas estradas.

Capital, Bolama; possui uma

grande rede de rios e canais que muito beneficia as comunicações e transportes, para qualquer parte.

O terreno é plano e existe caça em abundância.



*Cimento nacional
para obras de responsabilidade*

Fábrica em Moçimboa

PRODUÇÃO ANUAL 120.000

*Escritório em Lisboa, Rua do Cois de Santarém, 64, 1.º
Filial no Porto, R. Formosa, 297*



Bananina. Banacão

o alimento que os médicos recomendam

Scipat